



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo

LUIS EDUARDO CUNHA SILVA

**ESTADO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: TENSÕES DA POLÍTICA NO
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SISAL (BA)**

São Cristóvão – SE

2018

LUIS EDUARDO CUNHA SILVA

**ESTADO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: TENSÕES DA POLÍTICA NO
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SISAL (BA)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Rocha dos Santos

São Cristóvão – SE

2018

LUIS EDUARDO CUNHA SILVA

**ESTADO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: TENSÕES DA POLÍTICA NO
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SISAL (BA)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a . Ana Rocha dos Santos

Orientadora

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFS

Prof Dr . Sócrates Oliveira Menezes

Examinador Externo

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Prof Dr . Eraldo da Silva Ramos Filho

Examinador Interno

Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFS

São Cristovão-SE

2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586e Silva, Luis Eduardo Cunha
Estado e desenvolvimento territorial : tensões da política no
Território de Identidade do Sisal (BA) / Luis Eduardo Cunha Silva ;
orientadora Ana Rocha dos Santos. – São Cristóvão, SE, 2018.
164 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2018.

1. Geografia regional. 2. Geografia econômica. 3. Agricultura e
Estado. 4. Desenvolvimento econômico – Bahia. 5. Sisal (Fibra) –
Bahia. I. Santos, Ana Rocha, orient. II. Título.

CDU 913(813.8)

Diante das dificuldades e perseverança dedico essa dissertação...
À minha mãe **Maria Raimunda** e ao meu pai **Humberto**

AGRADECIMENTOS

Iniciar um pensamento de gratidão a todos e todas que contribuíram para a materialização do presente trabalho não é uma tarefa tão simples, talvez por conta de que essa dissertação é o resultado da contribuição de valiosos e valiosas camaradas. Por isso mais do que agradecer, é preciso reconhecer que sem o apoio dessas forças amigas nada disso seria possível.

Iniciando minha singela homenagem aos que estão comigo nessa jornada. Agradeço a Deus em todas as suas formas de manifestação e denominação.

Agradeço à minha família, que mais do que tudo representa a minha base e o meu porto seguro. Pai e Mãe sou eternamente grato por todo esforço que depositam em mim. Meu imensurável e crítico incentivador Luís Felipe, com quem compartilho uma relação de irmandade. Aos meus tios, tias, primos e primas sou grato por todo o carinho, apoio e válida compreensão durante as minhas ausências nos encontros familiares. Cito também a importância dos meus avós que estando ou não em vida, representam todo o meu aprendizado de valorização das condições de vida camponesa. AVÔHAI!

Aos amigos de antigas e recentes aventuras, começo pedindo desculpas por todos os encontros que estive ausente. Mas tenho a certeza de que a compreensão de vocês sempre foi bem esclarecida.

Mazinho, Adelson, Erilza, Rony e toda turma de Gavião-BA (meu sertão), muito obrigado por estarem sempre comigo!

Ana Clarice e Felipe, muito obrigado por toda a sinceridade e lealdade que encontro em nossa amizade!

Leônidas, umas das principais representações estudantis que tive a oportunidade de conhecer ainda na UEFS, hoje um grande amigo. Muito obrigado por todas as conversas, disponibilidade e apoio que você sempre ofertou.

Rafaela (ou melhor, Rafa de Bio): Mulher, camarada, amiga e uma referência pessoal, com quem pude compartilhar e ainda compartilho tantos momentos de aprendizado. “Valeu por tudo, Rafa”!

Marcos (um irmão que a vida direcionou), muito obrigado por todas as palavras e atitudes de companheirismo que a nossa amizade apresenta.

Léo, Nielson e Willian Rios (Galera de Maíri-BA) obrigado por todos os momentos de

risadas e parceria. Sem dúvida vocês foram importantes nessa curta, mas intensa caminhada do mestrado.

À Isa por todo o carinho e relevantes contribuições durante nossas conversas.

E todos os demais amigos que depositaram confiança e apoio em mim. OBRIGADO!

Diante das inestimáveis referências que tive a oportunidade de conhecer ao longo dos anos de graduação, não posso deixar de expor o meu profundo agradecimento a Cleonice e Marjorie, minhas “mães orientadoras” com quem tanto compartilhei momentos de aflição, mas também de conquistas. Além disso tenho a eterna gratidão aos professores Marcelo Faria, Nacelice e Acácia pelos rápidos, porém significativos diálogos sobre a presente dissertação.

Aproveitando o momento de nostalgia da graduação na UEFS e saúdo todos os companheiros e companheiras do Diretório Acadêmico de Geografia (Gestão Mobiliza) e do notável grupo OUSAR, o qual contribuiu para meu processo contínuo de formação política em todos os espaços da minha vida!

À eterna República Baianada formada na charmosa Coimbra. Aos loucos e leais Lucy, Vinicius e Marcos, só tenho que agradecer pela convivência e expor a imensa saudade que cultivo de vocês!

Ainda sobre os momentos de intercâmbio, quero aqui homenagear: Joel, Cris, Ivonete, Junior (mineiro), Babi e Nani pelos nossos momentos que ajudavam a amenizar a saudade de casa!

Durante os meus instantes em Sergipe, nada é mais confortante do que à família que foi formada no período da pós-graduação, mas que carrego em meus sentimentos para toda a vida. Apelidada carinhosamente de “República dos Baianos” e tão necessária na minha jornada (Carlinha, Sandrinha, Bismarque e Karla Tanan) direciono a vocês meus sentimentos de respeito e gratidão. A partir da nossa convivência aprendi que o período de pós-graduação também pode ser marcado por leveza e companheirismo. OBRIGADO POR TUDO!

É claro que também agradeço aos amigos e amigas que tive a oportunidade de compartilhar importantes momentos durante o mestrado. Este período não seria o mesmo sem a presença de vocês. Muito obrigado; Rafaela, Morgana, Michele (Mika) Riclaudio, Juliana, Ronilson (doutorado), Danilo, Vanessa, Vanilza, Pedro (doutorado) e Joseane.

Agradeço também as aulas que foram ministradas. Sou profundamente grato à Alexandrina Luz Conceição, pelas contribuições dialogadas durante as disciplinas cursadas, sem dúvidas a presente dissertação apresenta valiosas reflexões suas. Ainda sobre o PPGeo, cabe ressaltar todo o apoio que foi disponibilizado por Matheus e pela professora Sônia,

durante os momentos que precisei.

Aproveito o desenvolvimento do presente texto para agradecer aos professores avaliadores Eraldo Filho e Sócrates Menezes pela disponibilidade ofertada e relevantes contribuições que serão direcionadas ao trabalho.

Reservo esse momento para falar daquela que foi a maior parceira racional e amiga confiante em alguns momentos. Meus permanentes agradecimentos a professora Ana Rocha, com quem aprendi a ressignificar relações entre orientador-orientando e que se tornou uma grande referência profissional para o jovem que foi aconselhado a indicá-la no documento de “provável orientadora” durante a seleção do mestrado pelas ótimas e verdadeiras referências que ouviu ao seu respeito. E mesmo que esse jovem tenha iniciado e concluído o mestrado com inúmeras inseguranças e inquietações, o mesmo tem a plena certeza de que um dos grandes presentes que a Universidade Federal de Sergipe proporcionou, foi o de conviver com você!

Na tentativa de concluir os agradecimentos quero aqui reservar meus sentimentos de gratidão aos camponeses e camponesas que tão bem me acolheram em suas casas, estabelecimentos e áreas de cultivo da fibra de sisal, cultura que também já foi a principal fonte de sobrevivência para a minha mãe e meus familiares.

Agradeço pela atenção atribuída às entrevistas e perguntas realizadas em meio à jornada árdua de trabalho que esses trabalhadores precisam enfrentar diariamente. Impossível não oferecer a vocês, grande parte do meu esforço e dedicação por esse trabalho. Durante cada cancela aberta, ao longo das conversas regadas à mistura de sorrisos e preocupações e após cada “até logo” que foi dito, afirmo que a minha maior vontade era de poder representá-los com o maior empenho e responsabilidade possível. Sou grato de forma mais direta aos camponeses das comunidades de Valilândia e Cancelas que forneceram acima de tudo muito conhecimento popular.

Esboço mais uma vez a minha gratidão, nesse momento aos membros da CET e do CAR, em especial Célia e Arlene que auxiliaram nas atividades de campo e direcionaram importantes ações para fundamentar o presente trabalho.

Concluo meu pensamento de agradecimento com uma reflexão da Rosa Luxemburgo que representa muito do que fundamenta a minha concepção sobre as relações presentes na sociedade capitalista: “Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade? ”

*A seca do nordeste de efeito desastroso
Nas mãos de político e empresário ambicioso
Vira indústria que transforma miséria em algo rendoso
Enchendo bolso de corrupto asqueroso
Enquanto esvazia barriga e sonhos
De homens e mulheres tristonhos
De sertanejos nordestinos
Que caminham sem destino
À procura de uma gota d'água
No sofrido sertão de uma região
Onde o problema da seca não é climático
E todos sabem a solução*

(O Nordeste em versos - Ildélrica Maria de Souza Nascimento)

RESUMO

A ideologia do desenvolvimento, por meio das políticas públicas, acompanha o processo de produção espacial no Nordeste brasileiro. No ano de 2007, o estado da Bahia passou a adotar os territórios de identidade como política de desenvolvimento, baseado no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR) em escala nacional, que define como eixo central a gestão social e sustentável dos territórios. Essa política de Estado está pautada na descentralização do poder e consequente emancipação social redefinindo o papel da participação da sociedade civil nas políticas públicas. Entretanto, compreende-se que o PDSTR implantado na Bahia, através dos Territórios de Identidade, insere-se no plano econômico neoliberal em substituição ao Estado desenvolvimentista e interventor. De acordo com os fundamentos neoliberais, o modelo anterior, baseado no Estado como centralidade econômica para o país havia se esgotado. Na presente dissertação, o Estado é concebido em sua condição totalizadora do sistema capitalista, atuando como unidade do comando político do capital e as políticas públicas territoriais também atuam neste sentido. A escala de análise para o entendimento desta problemática é definida no Território do Sisal-BA, situado nos municípios de Queimadas, Retirolândia, Santa Luz e Valente que apresentam uma articulação em função da cadeia produtiva da fibra do sisal, o que permitiu ao longo dos anos a consolidação de uma rede de infraestrutura que acaba por favorecer a consolidação de ações da política territorial em torno das políticas de crédito e inserção da mão de obra camponesa aos moldes de produção da agricultura de mercado. Nesse contexto, o presente trabalho objetiva analisar o Território de Identidade do Sisal-BA, considerando sua gestão na condição de instância de planejamento inserida em uma relação entre o Estado, por meio das políticas de créditos e os interesses dos grupos que compõem o território e pertencem a diferentes classes sociais. Os procedimentos metodológicos foram elaborados a partir da pesquisa bibliográfica e trabalhos de campo nas localidades delimitadas para compreensão da realidade, estudada com base na dialética. Por esta análise, a Geografia assume a função de interpretação das contradições deste processo e estratégias de controle do capital.

Palavras-chave: Estado, Sisal, Políticas Públicas, Desenvolvimento territorial

ABSTRACT

The ideology of development, through public policies, accompanies the spatial production process in the Brazilian Northeast. In 2007, the state of Bahia began to adopt the territories of identity as a development policy, based on the Sustainable Development Program for Rural Territories (SDPRT) on a national scale, which defines as central axis the social and sustainable management of the territories. This state policy is based on the decentralization of power and consequent social emancipation redefining the role of civil society participation in public policies. However, it is understood that the SDPRT implanted in Bahia in the Identity Territories, inserts itself in the neoliberal economic plan in substitution of the developmentalist and interventor State.. According to the neoliberal foundations, the previous model, based on the State as economic centrality for the country had been exhausted. In the present dissertation, the state is conceived in its totalizing condition of the capitalist system, acting as unit of the political control of the capital and the territorial public policies also act in this sense. The analysis scale for the understanding of this problem is defined in the Territory of Sisal-BA, located in the municipalities of Queimadas, Retirolândia, Santa Luz and Valente that present a joint as a function of the productive chain of sisal fiber, which allowed throughout the years the consolidation of an infrastructure network that ends up favoring the consolidation of territorial policy actions around credit policies and insertion of the peasant labor force into the molds of production of market agriculture. In this context, the present work aims to analyze the Identity of Territory of Sisal-BA, considering its management in the condition of instance of planning inserted in a relationship between the State, through the credit policies and the interests of the groups that make up the territory and belong to different social classes. The methodological procedures were elaborated from the bibliographical research and field works in the localities delimited to understand the reality, studied based on the dialectic. By this analysis, Geography assumes the function of interpreting the contradictions of this process and strategies of capital control.

Key words: State, Sisal, Public Policies, Territorial development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fluxograma estrutural da política territorial no estado da Bahia, 2017	91
Figura 2	Plantio da agave (sisal)	100
Figura 3	Campo de fibra do sisal em processo de secagem no município de Valente-BA	100
Figura 4	Camponês em atividade de desfibramento do sisal	106
Figura 5	Instalações da Escola Família Agrícola	110
Figura 6	Reunião na sede da associação dos moradores do povoado de Cancelas em Queimadas - BA	116
Figura 7	Reunião na sede da associação dos moradores do povoado de Cancelas no Município de Queimadas-BA	118
Figura 8	Sede da STRAF – Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Município de Valente	120
Figura 9	Instalações Internas da Fábrica de processamento da Fibra do Sisal da APAEB no Município de Valente - Ba	137
Figura 10	Cadeia Produtiva da Fibra do Sisal	138
Figura 11	Classificação dos tipos de fibra do sisal	139
Figura 12	Etapa de secagem da fibra do sisal no povoado de Valilândia em Valente-BA	145

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Municípios Pesquisados	20
Mapa 2	Territórios da Cidadania do Brasil em 2009	84
Mapa 3	Atual configuração dos Territórios de Identidade da Bahia, 2012	89
Mapa 4	Localização do Território de Identidade do Sisal, 2017	94
Mapa 5	Municípios que compõem o Território de Identidade do Sisal, 2017	95
Mapa 6	Pessoas em extrema pobreza no Estado da Bahia (Por Territórios de Identidade), 2010	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Principais países produtores da fibra do sisal no período de 1948 – 1952	101
Tabela 2	Principais estados brasileiros produtores da fibra do sisal em 1949	102
Tabela 3	Número de municípios beneficiados pelo PRONAF Infraestrutura e Serviços por Região–1997–2001	129
Tabela 4	Números de contratos na região Nordeste	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Dados gerais dos Territórios da Cidadania na Bahia, 2012	85
Quadro 2	Municípios que integram o Território de Identidade do Sisal	95
Quadro 3	Valores de financiamentos do projeto Pró-Semiárido	120
Quadro 4	Linhas de crédito do PRONAF	127
Quadro 5	Estimativa da renda em percentagem	144

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	A estrutura de mercado da fibra do sisal na concepção dos camponeses	105
Gráfico 2	Produção da fibra do sisal em toneladas no Brasil	107
Gráfico 3	Exportações da fibra do sisal beneficiados para a China	108

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio.

ACM – Antônio Carlos Magalhães.

APAEB – Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Estado da Bahia.

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

CAPPA - Conselho de Acompanhamento do PPAP

CAR- Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional.

CEDETER - Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial.

CET - Coordenação Estadual dos Territórios.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

CODES – Sisal – Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira.

CODETERS - Colegiados de Desenvolvimento Territorial Sustentável.

CONSISAL – Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

CONDRS – Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

COOPERE – Cooperativa de Crédito Rural.

DEM – Partido Democratas.

EFA – Escola Família Agrícola.

EUA – Estados Unidos da América.

FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Médio.

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MOC – Movimento de Organização Comunitária.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PFL- Partido de Frente Liberal.

PNDSTR - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais.

PNUD – Plano Nacional de Desenvolvimento Humano.

PPA – Plano Plurianual.

PPAP - Plano Plurianual Participativo.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PTC – Programa dos Territórios da Cidadania.

PTDSS – Plano Territorial de Desenvolvimento Territorial.

SDT – Secretaria do Desenvolvimento Agrário.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento.

SICOOB – Sistema de Cooperativas de Créditos do Brasil.

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE MAPAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

INTRODUÇÃO.....17

CAPÍTULO I: A (RE)PRODUÇÃO ESPACIAL DO CAPITAL.....22

1.1 O capital, as crises e o Estado.....26

1.2 A (Re) produção do espaço e o controle do Estado a serviço do capital.....30

1.3 A estruturação do Estado moderno.....33

1.4 O Estado de bem estar social do capital38

1.5 Do Estado neoliberal43

CAPÍTULO II: A (RE)PRODUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....50

2.1 (des)encontros do desenvolvimento territorial.....64

2.2 O (des)vendar da institucionalização das políticas territoriais.....75

2.3 O desenvolvimento territorial no estado da Bahia.....81

2.4 O Território de Identidade do Sisal.....92

2.5 A construção da identidade territorial através da relação de exploração do trabalho.....99

**CAPÍTULO III: O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SISAL E AS
CONDICIONANTES TRANSFORMADORAS DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO
CAMPO.....111**

3.1 O acesso ao crédito e a ideologização da emancipação social.....127

3.2 O (des)vendar da subordinação camponesa no Território de Identidade do
Sisal.....135

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....145

4.0 REFERÊNCIAS.....151

5.0 APÊNDICE.....160

INTRODUÇÃO

A categoria território, bem como as análises das ciências humanas em torno das políticas territoriais no país têm apresentado uma significativa ampliação de pesquisas e estudos sobre o que essas políticas representam na sociedade e, principalmente, nas relações de produção do campo. As nuances que caracterizam os Territórios de Desenvolvimento Rural em todo o país vêm se tornando um campo diverso para o debate social das condições de vida e organização das populações inseridas nesses territórios.

Dito isso, a Geografia é uma indispensável ciência para a compreensão das relações de (re)produção que são materializadas nos Territórios de Desenvolvimento Rural. A abordagem teórica trabalhada para esta dissertação tem o seu fundamento no materialismo histórico dialético, compreendendo-o como fundamental para explicar a realidade.

Considera-se no presente estudo as noções de “relação” e de “materialidade” por serem dois fundamentos causais do processo de elaboração da presente pesquisa. A condição de “relação” é estruturada mediante o entendimento de que são as relações capitalistas de produção que determinam e configuram o espaço geográfico em sua totalidade. Nesse sentido, o espaço é produto e condição de (re)produção processual contínua da relação sociedade-natureza. Ao mesmo instante em que a humanidade transforma a natureza pelo trabalho, atribuindo nela sua marca, também está transformando a si própria, humanizando-se (MORAES; COSTA, 1987). A materialidade é estabelecida na perspectiva do concreto do processo de (re)produção espacial nos diversos níveis escalares, desde o local até o mais global possível. Essa condição material determinada pelas relações sociais vigentes está vinculada a cada contexto do desenvolvimento da sociedade capitalista. Esse entendimento metodológico permite-nos considerar que a realidade não se apresenta de maneira estática e linear, mas sim em constante processo de transformação.

Dessa forma, a análise da política territorial na presente pesquisa não é compreendida como um ação isolada, em um período isolado da história do ordenamento territorial brasileiro, mas sim, como consequência processual dos ditames vigentes da sociedade capitalista, condicionados por relações de (re)produção do capital e que materializa suas ações no espaço geográfico.

Assim, são múltiplas as dimensões atuantes na (re)produção do espaço, sendo a sociedade o agente que o (re)produz, portanto, nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos no espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo atuando e trabalhando (SMITH, 1988, p.132). Todavia, é preciso considerar os elementos atuantes nessa (re)produção e o caráter desigual de

materialidade espacial. É nesse sentido que o aprofundamento sobre o estudo das relações de capital-trabalho e Estado torna-se imprescindível no processo de elucidação da presente pesquisa.

As (re)estruturações produtivas do capital determinam uma série de transformações em diversos segmentos da sociedade capitalista. As estratégias, oriundas de um poder hegemônico centralizado na classe burguesa, instauram novos ditames do capitalismo nas condições de vida da classe trabalhadora, aumentando constantemente a exploração da mão de obra. Com isso, na atualidade, a manutenção e expansão da precarização do trabalho através dos planos neoliberais produzem uma (re)produção espacial com níveis de concentração de renda e exploração do trabalho em grandes proporções.

Em um cenário de tamanha precarização histórica da mão de obra rural, como a que se encontra no Território de Identidade do Sisal, onde o capital desempenhou estratégias constantes de exploração do trabalho, o Estado esteve sempre atuante no incentivo à expansão da produtividade agrícola comercial em diversas frentes de atuação. É principalmente com a consolidação das políticas públicas territoriais que mais se expõe a dissimulação dos conflitos do Território de Identidade do Sisal. Baseado no discurso da cidadania, o Estado garante uma plena acumulação do capital no campo, sob os ditames do plano macroeconômico neoliberal.

Mas é principalmente, ideologizado por meio do discurso da inclusão social, que subordina, alicia, coopta, fazendo o uso político da miséria, das reivindicações sociais que compõem as inúmeras realidades no país, o Estado organiza sua estratégia política centrada em criar uma falsa aparência da realidade no discurso de cidadania. (RODRIGUES, 2012, p.24).

Portanto, a análise da realidade territorial é trilhada também na elucidação do discurso de falsificação do Estado de que a superação das mazelas sociais pode ocorrer via o próprio Estado e sem a necessidade de uma transformação no modelo de produção hegemônico.

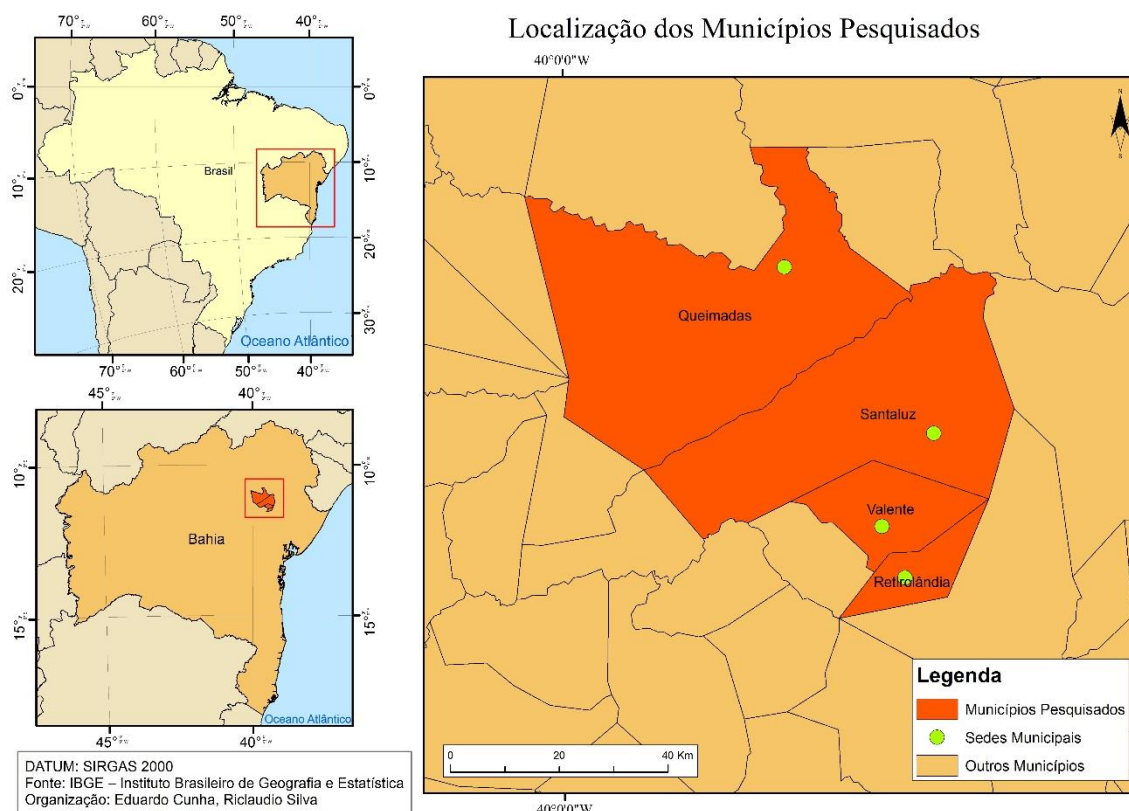
Nesse sentido, e em conformidade com o que foi discutido nos primeiros parágrafos desta introdução, o objetivo da dissertação é analisar o Território de Identidade do Sisal, considerando sua gestão na condição de instância de planejamento inserida em uma relação de conflito entre o Estado e os interesses dos grupos que compõem o território e pertencem a diferentes classes sociais.

Com isto, mesmo com todo o debate norteador em torno da categoria de espaço e seu processo de (re)produção nas discussões iniciais desta introdução, cabe ressaltar que a categoria central na pesquisa é o território. Isso ocorre não pelo discernimento de uma categoria em função de outra, mas sim, considerando o espaço como uma categoria que

perpassa toda a análise geográfica do presente estudo e o recorte territorial em suas relações de poder conflituosas que trazem a especificidade material da presente dissertação.

Do ponto de vista metodológico, diante da dimensão territorial que corresponde ao Território do Sisal, com vinte municípios inseridos em sua extensão, foi feita a escolha dos municípios e comunidades que apresentava as maiores centralidades administrativas do Território. Para tal metodologia percebeu-se uma concentração acentuada de fundações, associações, cooperativas, sedes bancárias, e grupos sindicalizados nos municípios que ainda desempenham a cadeia produtiva da fibra do sisal, tendo inclusive essa estrutura econômica e social vínculo direto com o processo histórico de expansão do cultivo do sisal.

A pesquisa encontrou na microrregião do município de Valente-BA relevantes condições materializadas do desenvolvimento da política territorial (Mapa 1), bem como a rede de expansão da política de crédito e os conflitos territoriais que se mantêm tão presentes no cenário nacional. Assim, foram realizadas visitas de campo, entrevistas, grupos focais, levantamento de dados secundários e análise e sistematização dos dados adquiridos baseados em numa abordagem qualitativa de pesquisa. É importante ressaltar que no que se refere às entrevistas e grupos focais a transcrição da fala dos entrevistados foi feita de maneira direta, sem a identificação dos mesmos. Embora se reconheça a riqueza da fala e até mesmo a relevância territorial que determinadas falas apresentam, cabe ressaltar que foi preservado o anonimato dos entrevistados para manter em sigilo suas opiniões e impressões sobre a política territorial na área da pesquisa. Entretanto, consta nos registros dos trabalhos de campo e dos roteiros de entrevistas todos os dados dos entrevistados no que se referem as suas condições de atuação no Território do Sisal.

Mapa 1: Municípios pesquisados

Fonte: Superintendência de Recursos Hídricos, 2012.

Elaboração: Luis Eduardo Cunha Silva, 2016.

A dissertação está estruturada em três capítulos, além da presente introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo inicia-se uma discussão sobre a categoria espaço geográfico, em sua condição de totalidade de (re)produção das relações de transformação da natureza pela ação do trabalho do homem. Dito isso, nas primeiras instâncias do debate, são apresentados conceitos importantes para a compreensão da realidade espacial, com centralidade para as categorias do capital em seu processo sociometabólico¹ e o de Estado. No que se refere a este último, buscou-se realizar uma análise processual (tendo um enfoque maior no atual cenário de consolidação das políticas territoriais) da necessidade de atuação do Estado para a manutenção da sociedade capitalista.

No segundo capítulo, a análise recai sobre a categoria território e a sua inserção nas políticas públicas do Estado. Mediante o entendimento analítico pré-estabelecido de que as

¹ Debate baseado na discussão de Mészáros (2011).

relações de (re)produção da sociedade ocorrem sob os ditames do modo de produção capitalista, compreende-se que a materialidade desse processo no espaço ocorre em um processo de constantes contradições. O trabalho desenvolvido com a categoria território entendida nesta ótica deve ser interpretado por meio de uma estrutura das relações de poderes conflituosas. Assim, o debate sobre a categoria território inserido na política de desenvolvimento territorial é aprofundada dentro da análise sociometabólica do capital e a sua necessidade de acumulação. Como forma de estabelecer ligações com a realidade empírica da presente pesquisa, no capítulo em questão são apresentados os fundamentos institucionais do Território de Identidade do Sisal, bem como os períodos históricos em que o mesmo é consolidado em consonância com a reestruturação produtiva do capital através das políticas neoliberais.

No terceiro e último capítulo, o foco é direcionado ao aprofundamento do debate empírico sobre o Território de Identidade do Sisal e a realidade das comunidades visitadas nos municípios de Valente, Queimadas, Retirolândia e Santa Luz. Em um primeiro momento coloca-se a questão das características desse Território, elencando os conflitos e tensões presentes no desenvolvimento da política territorial. Para tamanha tarefa objetivou-se a análise de campo em reuniões do colegiado territorial e os seus direcionamentos para as comunidades que foram visitadas. Nesse sentido, foram considerados não somente os diferentes interesses territoriais, mas também os objetivos dos ditames neoliberais no campo do Território de Identidade do Sisal, no que tange às condições de subordinação das relações camponesas no desenvolvimento da cadeia de fibra do sisal que se mantém controlada por setores industriais do mercado de exportação e por projetos de financiamento para a ampliação de culturas agrícolas que são direcionadas para comunidade, instâncias essas que são refletidas nos Plano Territorial de Desenvolvimento Social Sustentável (PTDSS) e nos planos plurianuais.

CAPÍTULO 1:

A (RE) PRODUÇÃO ESPACIAL DO CAPITAL

A análise do espaço, na sua condição de categoria da Geografia, tem promovido uma série de inquietações epistemológicas nos ambientes de pesquisa e ensino da ciência geográfica. Essa ciência que tem em sua essência de pesquisa a relação da sociedade com a natureza propõe analisar essa inter-relação em um mundo cada vez mais condicionado pelo modo capitalista de produção e suas contradições.

O debate permeia as complexas relações do modo de produção capitalista em determinadas escalas de abordagem. De maneira geral, geógrafos e demais profissionais de áreas afins dos estudos relacionados às humanidades almejam por meio e/ou com o auxílio da Geografia, interpretar determinados elementos e processos constituintes da sociedade contemporânea.

Um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço (SANTOS, 2008, p. 67).

Mediante a análise de Santos (2008) e sua observação sobre a imposição da sociedade para com o espaço em um processo de constante produção das espacialidades, ressaltamos ainda que o espaço geográfico como categoria de totalidade da Geografia, se mantém em constante processo de transformação e (re)produção, condicionado pela produção da sociedade capitalista, baseada na acumulação de riqueza em função da exploração permanente do trabalho. Portanto, a concepção de espaço é abordada em sua condição material de (re)produção das relações sociais, a partir da transformação da natureza, através do par dialético capital x trabalho (re)produzindo um espaço heterogêneo e desigual.

No que se refere ao capital, entende-se “[...] que esse não é simplesmente uma entidade material, também não é um mecanismo racionalmente controlável, [...] mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico² (MÉSZÁROS, 2011, p.96). O

² Na qualidade de modo específico de controle sociometabólico, o sistema do capital inevitavelmente também se articula e consolida como *estrutura de comando* singular. As oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertençam estejam realmente situados na estrutura hierárquica de comando do capital (MÉSZÁROS, 2011, p.98).

autor afirma que o capital é incontrollável porque ele não é racionalmente controlável. Além disso, o capital é totalizador porque não apresenta espaço para alternativas dentro dele, dominando assim todas as esferas da vida.

A materialização do capital é concretizada em elementos que representam a sua acumulação da riqueza e exploração do trabalho. No cenário de expansão da sociedade capitalista, a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção também são elementos fundantes para a expansão do capital em seu processo de mundialização. No capitalismo, a propriedade privada não pertence aos que sustentam a produção, pelo contrário, a classe trabalhadora é diretamente explorada por meio da sua força de trabalho, que é comprada pela classe dominante mediante o pagamento de salário. (SANTOS, M. 2016, p.48).

A Geografia engendra-se em questionamentos em torno de termos como “globalização”, “mundialização” e “internacionalização”, muitas vezes de uma maneira que fomenta a ideologização de um espaço cada vez mais homogêneo em sua totalidade de (re)produção. Entretanto, é importante considerar que as relações materializadas no espaço geográfico são determinadas por processos da lógica de acumulação do capital. Esse que em sua gênese ontológica não pode oferecer a condição de uma sociedade homogênea e produtora de um espaço com tais características, mediante a estrutura conflituosa entre as classes sociais que se mantêm dicotômicas.

Na configuração do processo de (re)produção espacial elenca-se a análise de Santos (2008) ao afirmar que há uma necessidade em desmistificar as fábulas criadas pela aldeia global de que o espaço e o tempo foram contraídos e de que a humanidade foi desterritorializada pelo processo de homogeneização provocada pelo mercado globalizado. Assim para o autor, no mundo globalizado o espaço geográfico adquire novas características, novas definições, lógicas e contornos.

No que se refere à nossa abordagem de interpretação do espaço geográfico, compreende-se que a (re)produção espacial ocorre por meio da relação de transformação da natureza através do par dialético capital \times trabalho. Portanto, a condição material do espaço é produzida e (re)produzida, à medida em que as ações humanas são ampliadas, assim a produção do espaço ganha um conteúdo social, constituindo-se historicamente (CARLOS, 2016, p.26).

Não se trata, evidentemente de defender a Geografia como ciência do espaço, nem, todavia, de sustentar a existência de um “espaço geográfico”, mas de compreender o sentido da Geografia como disciplina capaz de produzir, a leitura da espacialidade como momento de

elucidação da realidade social (CARLOS, 2016).

Ao assumirmos o desafio de compreensão de uma determinada realidade social, se faz necessário compreender elementos que são produtos da própria acumulação do capital e da sua necessidade de regular a sociedade capitalista. Neste sentido, o Estado é um dos elementos da (re)produção capitalista do espaço que necessita de uma análise mais aprofundada sobre sua gênese de atuação, bem como suas diferentes maneiras de regular a sociedade de classes em função dos interesses do capital nos diversos segmentos econômicos e sócio-políticos.

Ao retomarmos o pensamento de Engels, observa-se que: “O Estado não é, pois de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; [...] É antes de tudo um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento [...]” (ENGELS, 1979, p.191). Para este autor,

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como ao mesmo tempo nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, 1979, p.193).

Nas sociedades baseadas no valor de troca, a necessidade de automanutenção da vida humana é utilizada como ferramenta de expansão do capital para a exploração do trabalho e produção da mais-valia. Segundo Marx,

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro polo como pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. (MARX, 1988, p.277).

Na abordagem marxista, o Estado é entendido como uma entidade do capital inserido numa sociedade marcada pelo conflito capital \times trabalho (MARQUES, 2012, p.120). O Estado capitalista, segundo Marx e Engels (1993, p 98), se estrutura na medida em que “a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para a garantia recíproca da sua propriedade e de seus interesses”. O Estado desempenha as funções de interesse do capital ao utilizar a lei em benefício da classe dominante.

É sempre na relação direta entre os proprietários dos meios de produção e os produtores imediatos (a forma dessa relação sempre corresponde naturalmente a dado nível de desenvolvimento

dos métodos de trabalho e da produtividade social do trabalho) que encontramos o recôndito segredo, a base oculta da construção social toda e, por isso, da forma política das relações de soberania e dependência, em suma, da forma específica do Estado numa época dada. (MARX; ENGELS, 2008, p.1047).

Em uma análise geográfica, Carlos afirma que

O Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro (elemento que se encontra na base da construção de sua racionalidade) produzindo-o enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado. O espaço é, portanto, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante, que diz representar a sociedade, embora não abdique de objetivos próprios de dominação e que usa as políticas públicas para direcionar e regularizar fluxos, centralizando, valorizando e desvalorizando os lugares através de intervenções como “ato de planejar”. Nessa condição o espaço se pretende homogêneo (pela dominação) e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho). Como produto evidencia-se o espaço da norma e da vigilância como forma da construção de um espaço estratégico. (CARLOS, 2016, p.76).

O Estado tem demonstrado algumas mudanças no que se refere a sua atuação de (re)produção material do espaço, mediante as necessidades que o capital exige para a manutenção da sua lógica de acumulação. Percebe-se então o caráter de controle do Estado em segmentos de (re)produção do espaço, atribuindo as espacialidades atributos de valorização e desvalorização, à medida em que atenda aos interesses do capital.

A História nos revela que ao longo desse processo de consolidação da sociedade de classes, o modo de produção capitalista enfrentou crises cíclicas, sendo que em muitos desses momentos, o questionamento sobre a real funcionalidade do modo de produção capitalista eclodiu e ameaçou a hegemonia do capital em determinadas nações do mundo. Nesses momentos surgiram estratégias de atuação do Estado em função da reestruturação produtiva do capital. Segmentos da burguesia e dos próprios setores estatais reproduzem o discurso da “crise econômica financeira”, em que é criada a necessidade ideológica de reestruturar a atuação do Estado, por meio de estratégias políticas e econômicas que tendem a aprofundar a relação de exploração do trabalho.

Os períodos de crise também se constituem como um objeto de análise para a compreensão da funcionalidade do Estado nas relações de (re)produção espacial, sendo esses períodos analisados a partir da categoria de totalidade do modo de produção capitalista e seus impactos. A função e participação do Estado são um ato de planejamento constante do capital, no que se refere à manutenção do modo capitalista de produção e consequente exploração da classe trabalhadora.

Conforme o pensamento de Marx e Engels (1993), bem como da análise realizada a partir de autores que abordam a interpretação da sociedade por meio do materialismo histórico e dialético, afirma-se que pela dialética do capital (compreendido pela minuciosa análise que se nega a permanecer na superfície aparente dos fenômenos reais) quanto mais o capital cresce, mais ele produz a crise que é própria de sua natureza (IASI, 2013).

O atual momento de crise estrutural do capitalismo mundial é um exemplo da necessidade de reestruturação do capital, mediante uma crise estrutural que atua em todas as sociedades capitalistas no mundo, porém de diferentes modos, em função da própria maneira como o capitalismo é ampliado nas sociedades globais. O que se observa no presente cenário é o intuito de implementar ações estruturantes (chamadas de reformas pelo pensamento burguês) de caráter neoliberal que alteram o perfil de atuação do Estado nas economias periféricas do capitalismo, instituindo assim graves consequências para a classe trabalhadora, no que se refere ao aumento da exploração do trabalho e retiradas de direitos conquistados.

Todavia essas transformações acabam por propiciar um efeito direto de aprofundamento teórico acadêmico no pensamento marxiano. (IASI, 2013). Principalmente no que se refere às ações implantadas pelo capital que visam restabelecer sua acumulação máxima e os níveis de consequência que isto acarreta para a classe trabalhadora. A Geografia já atravessa um período de constantes reflexões sobre as suas abordagens espaciais que visam responder tamanha complexidade da sociedade capitalista mundial. Nessa lógica, os estudos sobre a categoria do espaço geográfico têm buscado interpretar os fenômenos em múltiplas escalas de (re)produção, sendo estas global, nacional, regional, local e territorial.

1.1 O CAPITAL, AS CRISES E O ESTADO

Diante de uma sociedade, estruturada a partir do fortalecimento da propriedade privada, divisão internacional do trabalho e expansão das relações desiguais, as classes burguesas (dominante) e de trabalhadores conflitam no modo de produção capitalista com interesses ontológicos antagônicos. A lógica de expansão do capital se engendra nos interesses da classe dominante, a qual detém a propriedade privada e os meios de produção para o processo contínuo de exploração do trabalho. Aos trabalhadores só lhes resta vender a sua força de trabalho para os capitalistas em troca de uma renda para manter suas condições básicas de sobrevivência.

A sociedade classista está assentada na divisão social do trabalho, entre os possuidores dos meios de produção e os não possuidores. Nessa estrutura de exploração do trabalho, o

capital desenvolve a expansão da taxa de lucro, a partir da precarização da classe trabalhadora, sendo essa uma condição permanente de reprodução do capital.

Qualquer que seja a taxa de salários, alta ou baixa, a condição do trabalhador deve piorar à medida que se acumula capital. Trata-se de uma lei que estabelece uma correlação fatal entre a acumulação de capital e a acumulação da miséria, de modo que a acumulação de riqueza em um polo é igual à acumulação de pobreza, de sofrimento, de degradação moral, de escravidão no polo oposto, no lado da classe que produz o próprio capital (MARX, 1965, p. 1163).

Na sua essência, o capital precisa aumentar a sua taxa de lucro, a partir de uma maior exploração da classe trabalhadora. Para isso, precariza-se o trabalho em benefício do aumento da taxa de lucro e tem o próprio Estado para legitimar tais ações. Eis que nesse cenário, o Estado atua enquanto instrumento estratégico, orientado por uma lógica de (re)produção dos padrões internacionais e desenvolve as suas ações a serviço do processo de acumulação.

Assim, presencia-se uma conjuntura de intensa internacionalização das formas de reprodução do capital, que se baseia em processos de centralização e concentração em todo o mundo como forma de consolidar o seu poder na assimetria das relações de capital-trabalho (MARQUES, 2013, p.98).

Como o capital alimenta o seu processo de acumulação por meio dos mecanismos utilizados na concorrência entre capitalistas, a cada ciclo de acumulação o investimento estabelece o seu foco, sempre e cada vez mais, para os elementos que atuam na produtividade do trabalho, ou seja, no desenvolvimento de tecnologias, matérias primas e da divisão social do trabalho (IASI, 2013, p.12). Esse processo se explica no pensamento marxiano pelo fundamento da lei do valor, ou seja, a busca por produzir mais com a mesma quantidade de trabalho, reduzindo o valor unitário de mercadorias.

Como o valor é determinado pela quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário, o valor só pode ser produzido pelo consumo da força de trabalho. O aumento permanente dos investimentos em capital constante (máquinas, matérias primas, instalações, etc.), proporcionalmente maior do que o capital invertido em capital variável (força de trabalho) leva a uma queda tendencial da taxa de lucro. (IASI, 2010, p.29).

Contudo, com a queda tendencial da taxa de lucro, o processo de acumulação do capital entra em crise. Entretanto, a própria crise oferece elementos para que o capital possa criar a sua reestruturação produtiva. Segundo Iasi (2013), é preciso não confundir a teoria de Marx sobre a crise com qualquer afirmação messiânica sobre uma crise final catastrófica que levaria por si mesma ao fim do capitalismo.

Se a crise golpeia o capital, ela impacta profundamente o trabalhador. O efeito da crise se reverte trágica e imediatamente em aumento de desemprego e pauperização e miserabilidade a ele associadas, em acirramento da exploração capitalista – que visará retomar e /ou ampliar formas de extração de mais-valia absoluta, como aumento da jornada de trabalho, da idade de aposentadoria, do trabalho escravo-por-dívida etc.- na perda de direitos trabalhistas conquistados, na precarização de políticas e serviços sociais estatais, e até na perda ou esvaziamento de direitos políticos e civis. Paralelamente, a classe trabalhadora, com os efeitos do aumento do desemprego (e do Exército Industrial de Reserva), passa a desenvolver uma atitude mais individualista e defensiva, até aceitando muitas perdas para garantir seu emprego, o que impacta nas lutas dos trabalhadores e nos seus efeitos sociais. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.212).

No aprofundamento da precarização das condições de vida do trabalhador, o capital necessita de um instrumento que legitime e neutralize as ações contrárias à sua reprodução. Nesse sentido, Iasi (2013) esclarece que segundo Marx, o capital desenvolveria elementos “contratendências” que fariam da queda na taxa de lucro uma tendência permanente e fundante das crises capitalistas, tornando-as assim cíclicas. Porém, nesses períodos, o capital desenvolve a sua reestruturação produtiva, ou seja, um movimento de crescimento, auge, crise e retomada até novo ápice que leva a uma nova crise.

As chamadas contratendências seriam todas as ações empreendidas pelo capital no sentido de se contrapor à queda na taxa de lucro. Podemos resumilas da seguinte maneira: a) aumento do grau de exploração da classe trabalhadora, seja pelo aumento da jornada de trabalho, seja pela intensificação do trabalho; b) redução dos salários; c) redução dos preços dos elementos do capital constante, tais como buscar matérias primas mais baratas, máquinas mais eficientes, subsídios para insumos e serviços essenciais como aço, mineração, energia, armazenamento, transporte e outros; d) formação de uma superpopulação relativa, ou seja, reunir um contingente de força de trabalho muito além das necessidades do capital e mesmo além do exército industrial de reserva como forma de pressionar o valor da força de trabalho para baixo; e) ampliação e abertura de mercado externo como forma não apenas de desovar o excedente produzido, como de encontrar fontes de matéria prima e recursos abundantes, barateando seus custos; d) o aumento do capital em ações, isto é, buscando compensar a queda na taxa de lucro com juros oferecidos pelo mercado de papéis oferecidos por empresas ou por títulos do Estado. (IASI, 2013, p.07).

Através da sua própria reestruturação produtiva, o capital consegue estabelecer condições de manutenção da sua reprodução, mas há uma necessidade de o capital neutralizar a força de reivindicação dos setores de mobilização da classe trabalhadora. Para isso, o capital direciona ações que legitimam os seus planos de reestruturação para a sociedade capitalista, sendo assim uma condição determinante para que todas contratendências destacadas acima pelo autor sejam legitimadas.

Notem que todas as contratendências escondem um sujeito oculto. Trata-se, já no final de *O Capital*, de mais um embate, este decisivo, contra a ideologia liberal. Quem administra os limites da exploração do trabalho, seja pelo tamanho da jornada, seja pelas condições gerais da contratação? Quem determina os limites legais da compra da força de trabalho e seu valor? Quem pode baratear os elementos do capital constante por meio de subsídios, créditos facilitados, isenções e outros meios conhecidos? Quem assume o custo de administração, manutenção e controle sobre uma superpopulação relativa cujo papel é nunca entrar no mercado e trabalho? Quem representa os interesses das corporações monopólicas na ampliação, conquista e manutenção de mercados em disputa com outros monopólios? Finalmente, quem se presta ao papel de oferecer títulos que remuneram com taxas de juros generosas sem se preocupar em perder dinheiro ou comprar de volta títulos podres e sem valor? (IASI, 2013).

Para que esse processo seja legitimado é necessária a participação do Estado configurado na condição da mediação social com a “aparência neutra e imparcial” nas decisões das sociedades capitalistas.

Essa atuação pode, em determinadas circunstâncias, ser executada de modo velado ou deliberado. Isso evidencia que, embora o Estado seja um alto comitê executivo dos negócios inadiáveis dos capitalistas, precisa, como condição para perpetuação de sua hegemonia social, assumir uma faceta onde, aparentemente, demonstre neutralidade racional. (LIMA, 2012, p.100).

O Estado age na sua integridade para cumprir as necessidades da reprodução do capital. Lima (2012) afirma que o Estado serve como anteparo das pressões exercidas pelas classes sociais subordinadas no interior da sociedade produtora de valor, ao mesmo tempo em que intervém na economia, ao ponto de oferecer a garantia da propriedade privada e da acumulação do capital.

Daí resulta, como problema estrutural do Estado capitalista que ele precisa simultaneamente praticar e tornar invisível o seu caráter de classe. As operações de seleção e direcionamento de caráter coordenador e repressor que constituem conteúdo de seu caráter classista precisam ser desmentidas por uma terceira categoria de operações seletivas de caráter ocultador: as operações divergentes, isto é, as que seguem direções opostas. Somente a preservação da aparência da neutralidade de classe permite o exercício da dominação de classe. (OFFE, 1984, p.163).

As fases de reestruturação produtiva do modo de produção capitalista são entendidas como estratégias de recuperação do lucro nos patamares exigidos pelo próprio capital, onde o Estado desempenha ações determinantes para a manutenção das relações de exploração. Nessa ordem de pensamento, um ponto de grande relevância precisa ser salientado. Certamente, não se deve esquecer que o Estado e a organização da sociedade não se configuram como assevera Marx (1995, p.80) “do ponto de vista político”, duas coisas distintas e sem relações uma com a outra. É necessário atentar que em cada organização

particular da sociedade, o Estado é o seu ordenamento, constituindo assim a função de estabelecer a ordem apropriadamente regulada para que se mantenha a reprodução da sociedade erguida pela contradição histórica entre exploradores e explorados. Portanto, tendo sua gênese nos antagonismos reinantes no âmbito da sociedade, o Estado age sob diferentes ditames do capital no intuito de manter acesa a plêiade que os sustentam, regulando-os para mantê-los nos limites da ordem. (ARAÚJO, 2016, p.32).

Segundo o autor:

O Estado serve para “ordenar” a organização social que constitui a sua base. Ao ser expressão das sociedades de classes, constitui-se enquanto condição indispensável para a reprodução destas. Uma vez que o Estado emerge e se afirma quando se tem a complexificação dos conflitos sociais, sua inteligibilidade não pode ser abstraída do dinamismo societário que concretamente dá forma e significado as suas ações. Adquire, pois, indissociabilidade das relações sociais que o demandam e para cuja reprodução contribui. (ARAÚJO, 2016, p.33).

Todavia, a partir do momento em que o Estado é interpretado como instrumento do capital para a exploração e (re)produção das espacialidades que presenciamos na sociedade contemporânea, as suas formas de atuação podem ser compreendidas no estudo das correlações de forças presentes na sociedade. A análise sobre a atuação do Estado, principalmente pelo questionamento ao imperativo ideológico de que é possível a superação das desigualdades socioespaciais presentes na sociedade capitalista por meio do Estado é de fundamental relevância para a compreensão da política territorial que é desenvolvida no espaço agrário brasileiro.

1.2 A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O CONTROLE DO ESTADO A SERVIÇO DO CAPITAL

O debate sobre a participação do Estado no direcionamento das demandas sociais assumiu ao longo da História posições que acompanham as necessidades do capital mediante as suas crises e ascensões. A classe dominante e o Estado atuam para a realização dos interesses hegemônicos do capital, mesmo quando concede alguns ganhos em favor da classe trabalhadora, por meio de políticas sociais compensatórias. Porém, esses benefícios não atingem o rompimento da relação de exploração do capital sobre o trabalho e com isso a acumulação do capital se mantém em função da precarização da classe trabalhadora.

As diferentes estratégias de atuação do Estado, nas fases de expansão da sociedade capitalista nos conduzem a reflexões sobre a importância da posse do instrumento estatal para

a expansão do capital e a manutenção da sociedade capitalista. Aliado a essa linha de raciocínio, nota-se que a partir da expansão capitalista, através das revoluções industriais, há uma maior necessidade de desvelar como as esferas políticas e econômicas se articulam com as bases da reprodução do capital.

Nesse sentido, sendo o capital uma força motriz totalizadora, a sua dominação não é limitada ao controle do proletariado somente nos campos das produções materiais da sociedade. Os ditames de atuação ideológica do capital são de tamanha magnitude para sua acumulação que permanecem de maneira hegemônica na sociedade capitalista, criando inclusive uma falsificação ideológica de possibilidade da conciliação entre as classes. No campo ideológico das ideias, Chauí (1980) reforça o debate sobre a ideologia, afirmando ser essa um dos instrumentos da dominação de classe e uma das formas da luta de classes.

Segundo a autora:

Se a história é o processo prático pelo qual, homens determinados em condições determinadas estabelecem relações sociais por meio das quais transformam a Natureza (pelo trabalho) se dividem em classes (pela divisão social do trabalho que determina a existência de proprietários e de não proprietários), organizam essas relações através das instituições e representam suas vidas através das ideias, e se a história é da luta de classes, luta que fica dissimulada pelas ideias que representam os interesses contraditórios como se fossem interesses comuns de toda a sociedade (através da ideologia e do Estado), então a história é também o processo de dominação de uma parte da sociedade sobre todas as outras. (CHAUÍ, 1980, p.33).

A ideologia dominante cria uma falsa “harmonia” entre as classes, contrariando o próprio movimento dialético de contradição das mesmas, tendo em vista que a acumulação do capital depende diretamente da exploração de trabalhadores, inserindo-os, em uma conjuntura dialética de reprodução antagônica que determina o processo de (re)produção do espaço geográfico. Nesse sentido, a crença em um poder do Estado isento de parcialidade, é também forjada no interior de suas instituições e na forma peculiar de sua atuação. Em determinadas ocasiões, fica evidente, diante da exposta ação estatal, sua pertinência classista. (LIMA, 2012, p.98).

Contudo se essas ideias dominantes têm de ganhar aceitação como representantes do “interesse comum”, precisam ser apresentadas como idealizações abstratas, como verdades eternamente universais. Assim, essas ideias devem ser apresentadas como se tivessem uma existência autônoma. As noções de “justiça”, “direito”, “liberdade” são apresentadas como se tivessem um significado independente de qualquer interesse de classe específico. (HARVEY, 2005, p.81).

É justamente esse discurso de ação do Estado, em prol do interesse comum que reforça a ideologização dos direitos universais para todos os indivíduos em uma determinada sociedade e assume uma amplitude de ação neutra para a transformação social, o que no modo de produção capitalista se configura como uma contradição, por forjar as reais limitações de ascensão do proletário em uma sociedade classista.

Portanto, na lógica de expansão do capital os processos e elementos da sua acumulação são engendrados numa condição sociometabólica, inseridos em um conjunto de arranjos que envolvem a dominação dos produtores pelo capital, além da própria divisão hierárquica do trabalho que constitui uma das estratégias do capital para garantir a eficiência da sua dominação sobre a sociedade, sendo que a tomada de decisões é uma exclusividade da classe dominante. Assim, o processo determinante de decisões é negado aos trabalhadores, não pelo princípio de que estes são incapazes de compreender a conjuntura produtiva a qual estão inseridos, mas porque o antagonismo entre o capital e o trabalho não permite que o controle do capital seja dividido entre os trabalhadores.

Cada vez mais, o processo de dominação e conflito entre as classes é ampliado em suas assimetrias e o poder do Estado é fundamental para direcionar as ações que intervenham na defesa da propriedade privada e da sua produção, bem como da criação de um falso cenário harmonioso entre as classes.

Segundo Mészáros (2011), os sentidos dos direcionamentos das ações do Estado vêm de fora da estrutura estatal, partem do próprio processo de acumulação do capital. Portanto, o Estado diante do processo sociometabólico do capital, atua com maior vigor para atender aos interesses emergentes, afirmando assim a sua função classista.

A razão principal porque este sistema forçosamente escapa a um significativo controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente de longe a mais poderosa-estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar (MÉSZÁROS, 2011, p.96).

Ainda, segundo o autor, os capitalistas podem controlar sua unidade produtiva, mas submetido aos imperativos determinados pelo capital e sua lógica de acumulação. Por isso que não se pode cair no imaginário de superação do capital, por meio da expropriação legal/política dos capitalistas privados. (MÉSZÁROS, 2011, p.98).

Nesse sentido, o Estado é uma estrutura totalizadora do sistema, atuando na condição de unidade do comando político do capital. Nessa perspectiva, a formação do Estado moderno é

uma exigência absoluta para assegurar e preservar permanentemente a produtividade do sistema (MÉSZÁROS, 2011, p.106).

1.3 A ESTRUTURAÇÃO DO ESTADO MODERNO

O debate sobre o Estado na sociedade capitalista surgiu a partir do Estado moderno, o qual ofereceu bases para a construção do poder político burguês de caráter revolucionário, por defender seu ideário. Em meio a este cenário de revolução burguesa, a política liberal foi promovida em uma nova sociedade econômica, a qual procurou restringir a intervenção política nas áreas de manutenção da ordem pública (SANTOS, M. 2016, p.39). Nesse sentido o Estado “converte-se em mordomo do sistema” (LASKI, 1973, p.63). O Estado passou a modificar a sua forma de atuação para atender as novas demandas econômicas que a expansão do mercado capitalista exigia. Em consequência, as guerras passam a ser por posse de mercados, colônias, nascem os partidos políticos e o rei não se manteve mais na condição de acima da lei, sendo agora subordinado a ela. (LASKI, 1973, p.63).

O período da primeira Revolução Industrial impulsionou a configuração de uma nova (re)produção espacial, materializada no surgimento e expansão do espaço urbano e maior exploração da classe trabalhadora. As sociedades industriais da época presenciavam um crescimento dos centros urbanos, provocado pela mobilidade do trabalho da população do campo para as cidades, em busca das ofertas de emprego. Foi nesse contexto de transformações que o liberalismo se consolidou.

A Revolução Inglesa, através de uma articulação da aristocracia com a burguesia promoveu liberdades constitucionais que contemplavam uma parcela da classe dos proprietários, mas não realizavam os sonhos daqueles que nada mais possuíam além da força de trabalho para sobreviver (LASKI, 1973, p.75). Naquele momento, o liberalismo econômico foi instituído como política dominante do modo de produção capitalista, apresentando a teoria de um Estado que teve seus fundamentos definidos pela experiência da Inglaterra no período dos séculos XVI e XVII. O período após a revolução consolidou um Estado inglês adequado aos fins da propriedade privada e do discurso da liberdade civil promovido pela classe burguesa. Dessa maneira, o novo modo de produção foi favorecido por um ambiente sem obstáculos para explorar novas formas de acumulação das riquezas.

No decorrer do século XVII, as sociedades capitalistas sofreram alterações nos

processos de produção e exploração. A tendência do *laissez-faire*³ emergiu na sociedade industrial em função dos pensamentos de Adam Smith (1983), sobre o papel do Estado, não admitindo a intervenção estatal nos setores produtivos da sociedade. Para Smith (1983) a finalidade das ações estatais é a proteção das atividades espontâneas dos indivíduos. Entretanto, utilizava-se do discurso de proteção do Estado para os proprietários da produção.

Smith (1983) defendia que a economia deve ser regulada por uma força autônoma, denominada por ele de “mão invisível”, sendo a intervenção do Estado uma barreira para o desenvolvimento econômico das nações. Para o autor, “o melhor governo é o que menos governa” (SMITH, 1983).

Não obstante, esses pensamentos impulsionaram a política liberal que estruturou uma doutrina determinada pelas novas necessidades da sociedade industrial, resultando em um fortalecimento da classe burguesa industrial. Nesse sentido, a classe burguesa definiu sua posição de domínio político e procurava limitar a intervenção do Estado na sociedade.

Assim o Estado nas mãos da burguesia revolucionária se tornou um poder coercitivo para manter sob o seu domínio, a classe trabalhadora. As revoltas operárias na Europa em 1848 evidenciaram o caráter novo da burguesia enquanto nova classe dominante e conservadora. (SANTOS, M, 2016, p.45).

A ascensão da burguesia por meio da revolução, em defesa da instituição do Estado burguês, transferiu o poder político dos proprietários de terra para os detentores da propriedade privada industrial. Mediante isso, o Estado, estruturado a partir da lógica liberal e do atendimento as necessidades da acumulação de riquezas, nunca agiu de maneira neutra, em favor do “bem estar” de toda a sociedade como o discurso liberal pregava. Na realidade, o Estado impunha à classe trabalhadora um regime de disciplina social, requerida pelos proprietários privados em função do processo de acumulação.

A política liberal de produção econômica valorizava o crescimento industrial, cuja preocupação era de encaminhar uma transição necessária das economias agrícolas “atrasadas” para uma economia avançada industrial (LISBOA, 2007, p.44). O objetivo dessa expansão ideológica do capital era de promover uma articulação de todos os países, entre si, pelo seu modo de produção e seu comércio. Com isso, o capitalismo fez do mundo inteiro um só organismo econômico e político. (LOWY, 1995, p.5).

Contudo, compreende-se o modo de produção capitalista como totalidade em movimento constante de contradições, e não como uma adição de Estados-Nações que

³ Termo que representa o Liberalismo Econômico Clássico, utilizada para se referir à defesa do livre mercado em funcionamento, sem interferência.

apresentam similaridades e diferenças. Nesse caminho de pensamento teórico, Trotsky (1985) foi sem dúvida, um dos principais expoentes de formulação das críticas ao modo de produção capitalista, no que se refere ao entendimento do processo de expansão capitalista em determinados países do globo terrestre.

Trotsky afirmava que as regiões “coloniais” e “semicoloniais” não poderiam desenvolver a sua história em separado, e, portanto, não seria possível superar o atraso passando a um “estágio” superior ainda dentro dos marcos do capitalismo. O sistema capitalista não deixará mais espaço para esses desenvolvimentos “autônomos” impossibilitando que a história das regiões retardatárias repetisse as etapas das regiões pioneiras do capitalismo. (DEMIER, 2007, p.4).

A promoção do discurso da industrialização mundial se expandiu por todo o globo, consolidado pela divisão internacional do trabalho em países de capitalismo avançado e em desenvolvimento⁴. Ao resgatarmos o pensamento de Trotsky no intuito de compreender a expansão de exploração do capital, a partir dos ditames da política liberal e dos processos de industrialização, sendo que essa conjuntura não pode ser concebida como a saída de uma sociedade agrícola para o pleno desenvolvimento econômico. É preciso considerar que localidades atrasadas possuem uma historicidade própria, sobre o desenvolvimento do capitalismo no seu interior, marcada pela assimilação dos elementos mais modernos nas nações avançadas e sua adaptação a condições materiais e culturais arcaicas (TROTSKY, 1985).

A possibilidade de saltar os degraus intermediários não é, entenda-se bem, absoluta; afinal, ela é limitada pelas capacidades econômicas e culturais do país. Um país atrasado, aliás, rebaixa frequentemente aquilo que ele empresta ao exterior para se adaptar à sua cultura mais primitiva. O próprio processo de assimilação toma, nesse caso, um caráter contraditório. (LOWY, 1995, p.5).

Desse modo, os países atrasados ingressam na era industrial, disfarçando problemáticas estruturais do contexto nacional que se expressam nos conflitos em torno da reforma agrária e da alta concentração de renda do país, por exemplo. Assim, a classe dominante dos países periféricos, surgidas tardiamente na história do capitalismo global, articuladas ao capital internacional e aos grandes proprietários rurais seria incapaz de realizar qualquer tipo de

⁴ No Brasil essa defesa se estrutura na razão dualista de desenvolvimento, a partir do entendimento de que uma estrutura arcaica de produção funciona como um entrave para a promoção do desenvolvimento capitalista. Estes pensamentos foram vinculados à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Este debate será aprofundado nesta pesquisa ao discutirmos especificamente as ações do Estado brasileiro.

revolução (TROTSKY, 1985). Todavia, o desenvolvimento de uma nação atrasada para os padrões de expansão do capitalismo industrial conduz a um conjunto de caráter irregular, complexo e combinado. Assim o capitalismo industrial aprofundou as assimetrias da divisão social do trabalho, entre os países centrais com economia avançada e os países periféricos.

A internacionalização do capital (re)produz um espaço geográfico desigual e aprofunda a divisão internacional do trabalho. Com isso, a classe trabalhadora dos países periféricos do sistema capitalista é afetada nesse processo. Tendo em vista que à medida que a exploração do trabalho é acentuada, a “recém-produzida” classe proletária urbana se insere em uma convivência cada vez mais precária de trabalho e moradia.

No entendimento da (re)produção do espaço, as contradições refletem a estrutura desigual de produção da sociedade capitalista, sendo essas materializadas, por exemplo, entre as relações de trabalho no par dialético campo-cidade, que para Marx e Engels (1993) se constitui como a primeira divisão social de trabalho do meio de produção capitalista.

Por meio da exploração do trabalho no campo e na cidade, a industrialização (re)produz um crescimento do espaço urbano, impulsionado pela mobilidade do trabalho do campo. O aumento do número de trabalhadores urbanos, nesse período, resultou da necessidade de ampliação da produção industrial para alimentar a expansão de mercado, impulsionada pela política liberal. Nesse meio de transformações sociais é importante destacar que:

[...] assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste polo, mais assalariados naquele. A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio e valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado (MARX, 1988, p.179).

O processo sociometabólico do capital no Estado Liberal impulsionou transformações industriais que se materializaram em diversos setores da sociedade capitalista, como exemplo, pode-se destacar o próprio aumento da população urbana que impulsionou experiências nos setores da comunicação, transportes e da precarização dos trabalhadores.

Cada vez mais o processo de internacionalização do capital apresenta nuances distintas nos mais diferenciados âmbitos do espaço, a partir de mecanismos, por exemplo, de flexibilização e inovação tecnológica que proporcionam a integração entre os mercados e transformações na própria forma de organização do trabalho. Esta lógica se estrutura com o aumento do regime concorrencial ao mesmo tempo em que cria condições para os

processos de concentração e, principalmente, centralização de capital (MARQUES, 2013, p.101).

Cabe ressaltar que o mesmo modo de produção que intensificou a sua acumulação na fase industrial e que promoveu o crescimento da força de trabalho do proletariado, também acompanhou o desenvolvimento dos capitalistas individuais em benefício das novas descobertas que aperfeiçoaram as indústrias, juntamente com a organização técnica dos meios de produção, provocando uma menor necessidade de trabalhadores para manusear um arsenal cada vez maior de maquinarias e matérias primas.

Nesse movimento dialético, em contradição, o capital produz um excesso de mão e obra, conceituado como exército industrial de reserva. Sendo este um elemento do próprio processo sociometabólico do capital para ampliar a sua acumulação e pressionar a classe trabalhadora. Atribuímos o termo “pressionar”, por entendermos que o contingente de trabalhadores não empregados opera dentro das estratégias de acumulação do capital, (mesmo que estes indivíduos não sejam responsáveis por tal prática) ao coagir o grupo de assalariados a aceitar condições de trabalho cada vez mais degradantes para que não engrossem as fileiras dos desempregados. Assim, a estrutura de superpopulação de trabalhadores atende aos interesses do capital na medida em que quanto maior for o exército industrial de reserva, maior é o pauperismo dos trabalhadores empregados submetido a aceitar as condições cada vez mais precárias de trabalho. Tendo em vista que este exército pressiona os trabalhadores empregados para manter o seu emprego a qualquer custo, pois a sua reposição em caso de revolta, ocorre de maneira imediata pelos capitalistas proprietários das unidades de produção.

Segundo Santos, M. (2016) o exército de trabalhadores para o capital se divide entre sua parcela ativa e de reserva. Nesse cenário de expansão da população urbana e agravamento de precariedade das condições de vida do proletariado, as demandas da classe trabalhadora se tornavam urgentes e a necessidade do capital em apresentar uma estratégia de mediação das classes se tornou imediata.

Dessa forma os problemas que envolviam a classe trabalhadora em suas condições de moradia e produção nas fábricas se tornaram uma ameaça para os interesses do capital. O crescimento exponencial da população urbana em condições de miserabilidade expunha faces de um capitalismo industrial que não poderia atender as condições humanas para todos os indivíduos inseridos na sociedade capitalista. Os trabalhadores já se amontoavam nos espaços urbanos, e com isso mobilizações sociais questionavam a organização produtiva do modo de produção capitalista. Esses desequilíbrios econômicos continuam presentes em todo o

processo de expansão da sociedade capitalista, expondo determinadas fragilidades do capital para manter sua estabilidade permanente, em meio às transformações sociais que a população mundial vivenciava. Nesse período histórico, as ações do capital precisavam determinar novas relações de exploração do trabalho que interferisse na reorganização da acumulação de riqueza do capital.

1.4 O ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL DO CAPITAL

Em meio às crises e ascensões da acumulação do capital, o Estado de Bem-Estar Social representou uma nova fase na relação capital \times trabalho que materializou mais uma etapa de fortalecimento do capital, na medida em que começava a estimular o mercado do consumo acessível à classe trabalhadora, articulado à promoção do pensamento de que o Estado e o capitalismo se preocupavam com as condições de vida dos trabalhadores. No capitalismo monopolista, as políticas sociais asseguram as condições adequadas para o seu desenvolvimento, atribuindo ao Estado um papel de mediador dos interesses em conflito. Netto e Braz (2007) entendem que o período monopolista do capital, através dos oligopólios do mercado, requer um Estado diverso daquele que correspondeu ao capitalismo concorrencial. A natureza da ordem monopólica exige um Estado que [...] vai além das garantias externas da produção e da acumulação capitalista exige um Estado interventor, que ofereça suas condições de produção (NETTO; BRAZ, 2007, p.203).

Naquele período, a classe trabalhadora crescia rapidamente com toda a acumulação do capital, porém, a oferta de trabalho assalariado era em menor proporção. Coube ao Estado tanto o trato com a população que não possuía uma “ocupação” (ou não era absorvida pelo mercado de trabalho), como também o controle sobre a relação entre os trabalhadores e patrões (SANTOS, M, 2016, p.98).

O debate do keynesianismo emerge, aprofundando as inquietações e questionamentos ao modelo político-econômico adotado nas políticas liberais, se contrapondo à ideia de não participação do Estado nos setores sociais e econômicos e defendendo a necessidade do Estado interventor na economia e promovedor do “equilíbrio social”, instituindo assim o Estado de Bem-Estar-Social.

O pressuposto keynesiano⁵ baseava-se na indústria como o motor da economia e o Estado na condição de parceiro, atuando de maneira forte no financiamento externo. Esses fundamentos estruturaram o Estado de Bem-Estar Social na condição de novas estratégias econômicas que legitimaram as políticas sociais promovidas através de um discurso mais abrangente e universal do Estado. De acordo com o pensamento keynesiano, cabe ao Estado o papel de restabelecer o equilíbrio econômico por meio de uma política fiscal, creditícia de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão da economia. (SANTOS, M. 2016, p. 125).

O Estado de Bem-Estar-Social se instituiu em um período de crise e emergência da reestruturação produtiva do capital no cenário mundial. A necessidade de intervenção do Estado naquele momento histórico da sociedade capitalista foi defendida no pensamento keynesiano em meio ao cenário de crise do capital e ameaças de revoltas socialistas.

O esgotamento da política liberal, associada à ameaça socialista consolidada na revolução bolchevique que ocorreu na Rússia em 1917, forçou o capital a buscar estratégias que promovessem o seu fortalecimento e atendessem algumas necessidades da classe trabalhadora dos países capitalistas, para que a mesma não vislumbasse na recente revolução bolchevique um modelo possível para a saída dos problemas enfrentados. Caso contrário, os ganhos do movimento operário rural e urbano na recém-fundada União Soviética poderiam se expandir pelo mundo, promovendo revoluções socialistas e comunistas em territórios dominados pelo capital.

A ameaça do forte movimento operário e sindical, respaldado por partidos comunistas e socialistas, fez com que o Estado a serviço dos monopólios fosse obrigado a tomar, ainda que deliberadamente, medidas de caráter social protetor, garantindo direitos sociais. O que se caracterizou como medidas estratégicas do capital junto ao Estado em responder naquele momento histórico as problemáticas enfrentadas pelo capital (SANTOS, M, 2016, p.118).

Após o período do pós-guerra, a sociedade mundial se dividiu em dois grupos: o primeiro refere-se aos países vitoriosos que ampliaram a sua dominação bélica e o mercado de produção industrial do capital. O segundo grupo é composto pelas nações devastadas pela guerra com economias destruídas e países em estágios de subdesenvolvimento que passam a consolidar o seu papel na divisão internacional do trabalho. O aprofundamento dos problemas sociais e a experiência soviética como ameaça provocaram o temor dos capitalistas, no que tange a uma organização trabalhista mais forte e consequente aumento de poder dos

⁵ Política econômica formulada pelo economista John Mayanard Keynes (1883-1946) e apresentada em sua principal obra, Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro, escrita em 1936.

proletariados. Com isso, a reestruturação do capital encontra no pensamento keynesiano um campo promissor para a sua expansão global de dominação articulando o modelo econômico em questão com o modo de produção fordista, representado pelos monopólios de produção:

Observa-se que de um ponto de vista global (econômico, político e ideológico), naquela época estavam em disputa três projetos, dos quais cada um poderia ser visto como solução para a crise, sendo duas propostas burguesas (o fascismo e o projeto social-democrata) e o projeto socialista. Com a derrota do fascismo na Segunda Guerra, e o isolamento da revolução socialista na União Soviética, o projeto social-democrata, protagonizado pelo economista John Maynard Keynes (1883 – 1946), veio a se tornar hegemônico a partir de 1945 (SANTOS, M, 2016, p.125).

Após o estabelecimento do Estado de Bem-Estar-Social, o Estado assume controle dos ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias. A forma de intervenção estatal na economia se fazia necessária para uma distribuição de políticas sociais que ampliasse o controle da força de trabalho na forma de trabalho assalariado. Nesse sentido, o capital conduz todo o meio de produção capitalista a uma reestruturação produtiva que insere a participação do Estado nos setores sociais e na economia.

Todavia, o pensamento keynesiano representou uma nova estratégia da reestruturação produtiva do capital, desenvolvendo-se sob o modo de produção fordista. Harvey (2005) destaca que o modelo fordista, implantado por Henry Ford⁶ reconhecia a produção em massa, na condição de processo articulado com o consumo em massa, por meio de um novo sistema de reprodução, controle e gerência do trabalho que desenvolve a nova fase da sociedade capitalista.

Para Harvey (2005) a implementação do fordismo representou o maior esforço coletivo para criar um tipo de trabalhador que se adaptasse aos novos ditames de produção das unidades fabris, sendo os métodos de trabalho inseparáveis de um modo específico de viver. O autor afirma que o fordismo se aliou fortemente ao keynesianismo enquanto modelo de produção econômica e política. Com isso, o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas (HARVEY, 2005, p.125).

As medidas intervencionistas implantadas a partir da lógica do fordismo-keynesiano produziram um novo regime de acumulação, tendo trabalhadores mais disciplinados,

⁶ Empreendedor estadunidense, fundador da Ford Motor Company nas primeiras décadas do século XX, em Detroit, Henry Ford implantou em sua fábrica de automóveis a produção em série, através das famosas linhas de montagem, denominado enquanto modelo de produção fordista.

condicionados as ações repetitivas da produção em série, impostas pelo modelo fordista e despossuídos do controle da produção.

Para Harvey (2005), a transformação político-econômica desse período da sociedade capitalista representou a implantação do regime de acumulação que desenvolveu a estabilização da alocação de produtos na relação de consumo e acumulação, bem como o modo de regulamentação social, que transformou as condições da produção e reprodução dos assalariados. Na concepção do autor, este modelo precisou manter os comportamentos de controle de todos os indivíduos que asseguraram o regime de acumulação em funcionamento. Dessa forma, a sociedade capitalista atravessou um cenário de mudanças para se adequar às novas necessidades do capital nos rumos do monopólio da produção.

A (re) produção do espaço geográfico norteava-se para a expansão da urbanização promovida pela expansão industrial. Braverman (1987) destaca que uma das funções do capitalismo monopolista desenvolvido pelo Fordismo-Keynesiano é o pensamento de transformar toda e qualquer atividade humana em mercadoria que enriqueça o capital. Foi a partir disso que a ampliação do mercado internacional no período pós-guerra estabeleceu condições para que o Estado de Bem-Estar Social pudesse promover uma nova relação de produção e consumo, incluídas ações de consumo da classe trabalhadora.

No que se refere ao Estado, destaca-se que a sua intervenção na sociedade regida pela política keynesiana não se limitou às questões econômicas de produção. As ações estatais ocorreram através dos atendimentos das demandas de educação, saúde, habitação, infraestrutura, possibilitando inclusive a inserção de uma parcela dos trabalhadores nos setores que os mesmos não ocupavam anteriormente.

Entretanto, compreende-se que a adoção dessas políticas universais do Estado contribuiu para a reprodução do capital num momento de grande necessidade do reestabelecimento econômico do modo de produção, devido às ameaças das crises cíclicas e do comunismo (SANTOS, M, 2016, p.146).

Dessa forma, as ações do Estado permitiram a manutenção do processo sociometabólico do capital, não alterando as relações de exploração da classe trabalhadora e mantendo o controle do capital. Assim, as políticas tornaram-se concessões do Estado burguês para manter a ordem vigente (SANTOS, M. 2016, p.118).

Lessa (2007) chama a atenção para a interpretação de determinadas literaturas que idealizam o Estado de Bem-Estar Social no período pós-guerra como um interventor profundo na sociedade de classe, ao ponto de reduzir as desigualdades sociais, sem ao menos atentarem-se a estrutura permanente de exploração da classe trabalhadora. De forma que a

partir do momento em que o Estado implanta as políticas sociais, o mesmo passa a atender as necessidades da classe trabalhadora, abandonando com isso a sua essência ontológica burguesa, podendo agora ser disputado entre as classes, convertendo-se em um instrumento a favor da classe trabalhadora. O autor critica essa maneira de abordagem principalmente por não considerar que o Estado de Bem-Estar Social é mais uma estratégia do capital na atuação do seu controle sociometabólico. Para Santos, M (2016), o que se altera com a implantação do Estado de Bem-Estar Social são as condições de reprodução do capital, o que faz com que a classe dominante tenha agora novas necessidades de produção.

Assim, o capital alinha os ditames da sua acumulação e consequente (re)produção espacial, o que não altera a estrutura das suas relações de exploração. Harvey (2005) afirma que esse crescimento econômico “estável” por meio do aumento dos padrões materiais de vida é feito por meio da combinação de Estado de Bem-Estar Social, administração keynesiana e controle das relações de trabalho.

No Estado de Bem Estar Social, o controle do capital sobre a classe trabalhadora ocorre por intermédio direto do Estado, através das próprias políticas sociais que administram as “questões sociais”. Dessa maneira, o capital consegue desenvolver as condições necessárias para a sua acumulação em escala mundial, neutralizando eventuais ações que objetivem a superação do modo de produção capitalista.

Para além do caráter de manutenção da exploração do capital, entende-se que as políticas sociais do Estado burguês contribuíram para a reestruturação produtiva da sociedade capitalista durante o ciclo econômico de crise e fortalecimento do capital por meio da política keynesiana. Tendo em vista que como já foi discutido nesse texto, compreende-se que ao longo do processo de expansão do modo de produção capitalista, as crises constituem os mecanismos mediante os quais o capital se restaura, com ações mais complexas de exploração da classe trabalhadora.

Para a compreensão de como se estrutura esta relação da política social entre as esferas sociais, Milton Santos (2001, p.24) define as políticas sociais como estratégias planejadas do Estado. Para o autor o planejamento espacial pelas ações da política social ganha importância ainda maior com a ampliação do processo de internacionalização do capital. Assim, o Estado desempenha as suas funções de organização e controle por meio de políticas públicas, sendo essas compreendidas na presente pesquisa, como mecanismos determinantes para o planejamento do capital nos territórios de desenvolvimento.

1.5 DO ESTADO NEOLIBERAL

O cenário capitalista do Estado de Bem Estar- Social não se manteve estável no decorrer das décadas até a atualidade. As eminentes crises do capital que provocaram a redução da taxa de lucro exigiram do capital novas estratégias para a sua reestruturação produtiva, e consequentemente abalaram o modelo do Estado de Bem-Estar -Social.

Dada a necessidade de mudanças para a recuperação das taxas de lucro e manutenção da hegemonia capitalista, o neoliberalismo, associado à acumulação flexível de produção é propagado como modelo que viria solucionar a crise das políticas keynesianas após os anos de 1973.

Apesar do destaque direcionado ao pensamento neoliberal durante a década de 1970, cabe ressaltar a existência de intelectuais que iniciaram a formulação do neoliberalismo desde o período após a II Guerra Mundial, momento este no qual o Estado de Bem-Estar-Social se estruturou. Um dos pensadores em destaque é o austríaco Friedrich Von Hayek⁷ que no início dos anos quarenta, criticava a ordem do pensamento de Keynes, bem como as defesas do “pleno emprego” e participação do Estado no processo de produção capitalista. Na concepção do pensador austríaco, o atendimento das demandas sociais que visava através do consumo, retomar a produção e superar a crise, era um elemento em potencial para burocratizar o Estado e impedir a expansão da liberdade da economia. Os argumentos da literatura neoliberal naquela época apresentavam a concepção de que a política keynesiana destruía a liberdade da propriedade privada e interferia no mecanismo de concorrência, vista pelos pensadores neoliberais como motor do progresso econômico.

Contudo naquela conjuntura de guerra e retomada do crescimento capitalista através do Estado de Bem-Estar-Social, o pensamento neoliberal não se firmou. A retomada do neoliberalismo ocorreu após quase 40 anos, em meio a uma nova crise capitalista na década de 1970 que interrompeu os “milagres econômicos da política keynesiana”. Naquele momento, o neoliberalismo surgiu como saída da crise, através da difusão do desmonte nos sistemas do Bem-Estar-Social e “conquistas” da classe trabalhadora.

Essa é uma crise que tem como raiz a secular queda da taxa de lucro (combatida temporariamente em certos contextos com medidas exógenas, e que obriga o capital e o Estado à reestruturação de certos processos e instituições existentes, como forma de procurar, por via de mecanismos

⁷ Friedrich Von Hayek (1899 Viena, Áustria - 1992 Friburgo, Alemanha). Pensador de ordem liberal-burguesa. Um dos expoentes da “Escola Austríaca de Economia”. As suas obras de destaque são: “The Road to Serfdom” (1944), “The Constitution of Liberty” (1960) e “The Fatal Conceit: The Errors of Socialism” (1989).

econômicos e extraeconômicos, atenuar ou neutralizar a crise. Esses mecanismos “neutralizadores” diferentemente do contexto anterior, sustentam-se no rompimento do chamado “pacto keynesiano” o que foi possível dada a drástica redução do impacto das lutas de classes no contexto atual (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.192).

A crise capitalista que se manifestou a partir dos anos de 1970 condicionou o capital ao início de uma expansão financeira ampliada. Paralelamente a esse fator, mais dois processos são de fundamental destaque. O primeiro refere-se à tendência de abertura das fronteiras nacionais para o capital especulativo internacional, como forma de atrair o excedente mundial de produção. Nessa perspectiva, determinados governos dos países periféricos abandonaram as políticas protecionistas e simultaneamente diminuíram os gastos estatais. O segundo elemento é a estruturação do modelo toyotista de produção que se expandiu no Japão nos anos de 1950-1960 e em seguida nas décadas de 1970-1980 se generalizou por todo o mundo, agravando a precarização das relações de trabalho nos países periféricos e promovendo o “sucesso” da reestruturação produtiva do capital através de um processo flexível de produção e adaptado às flutuações do mercado.

O sucesso se deve, para além do; a) novo modelo de produção enxuta, b) uma estratégia de atração do capital estrangeiro (o que ocorre, como vimos, massivamente, após a nova fase de crise capitalista), c) uma força de trabalho muito barata (por se tratar de países pobres até os anos 1950, a mão de obra é barata, desorganizada e legalmente desprotegida), d) a abundância e o engajamento na empresa da força de trabalho (os sistemas de “sindicato por empresa” – com articulação entre a ascensão funcional na empresa e no sindicato -, “emprego vitalício” para uma parcela dos empregados estáveis, e a diversidade de formas de contrato fazem do trabalhador nessas empresas relativamente mais disciplinado), e) baixos custos de produção e menor investimento geral (com flexibilidade que permite adaptar a produção as demandas – sistema de *just in time*, que evita defasagem de uma área de produção em relação a outras- incorporando avanços tecnológicos na automação e robotização da produção), f) isenção de impostos (mediante renúncia fiscal do Estado, g) fortemente dirigida a exportação dos produtos (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.184).

O regime de acumulação flexível, conforme define Harvey (1993), apresenta um forte investimento financeiro como estratégia do processo de internacionalização do capital. Com a crise capitalista e a automação da produção, eleva-se significativamente o desemprego e o emprego precarizado, fazendo com que a classe trabalhadora perca poder de barganha, e passe a assumir uma postura individual e defensiva. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.191).

No atual contexto de mundialização da economia, os grupos industriais transnacionais articulados às instituições financeiras passam a exercer o

comando da acumulação. Trata-se da configuração de um bloco imperial formado: a) pelos Estados-nação mundialmente hegemônicos; b) pelas entidades intergovernamentais e privadas de controle do fluxo mundial de capital (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Clube de Paris, Banco Interamericano de Desenvolvimento); e c) pelas grandes corporações globais e empresas monopolistas transnacionais. Exercer o comando da acumulação significa dizer que a partir dos anos 1970, a nova dinâmica da acumulação capitalista entrou em confronto com o regulacionismo dos regimes de *Welfare State* (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.186).

Dada as circunstâncias de todo esse processo de globalização econômica e consequente mundialização do capital, foi impressa uma nova atuação do Estado em favor do capital. Segundo Chesnais (1996, p.34), sem a intervenção política dos governos no desenvolvimento das políticas neoliberais de desregulamentação, privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e as grandes corporações não teriam o poder de maneira tão rápida. O autor destaca ainda que no pensamento neoliberal, a palavra de ordem é que as sociedades se adaptem as novas exigências e obrigações e, sobretudo, que descarte qualquer ideia de procurar dominar esse novo processo. (CHESNAIS, 1996, p.24).

A necessária adaptação exige a liberalização e desregulamentação para o livre movimento das forças do mercado e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado (CHESNAIS, 1996, p.25).

O neoliberalismo propõe o fortalecimento da oferta, reduzindo os custos de produção, particularmente com a diminuição do valor da força de trabalho (precarizando salários, direitos trabalhistas, e serviços e políticas sociais estatais); aqui, a ênfase não está na ampliação da capacidade de consumo para a produção em massa, mas na diminuição dos custos e flexibilização da produção no contexto de crise, e é esse o motivo pelo qual a orientação neoliberal recai na defesa da “liberdade” e não participação social do Estado (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.204).

No campo ideológico, Lisboa (2007) afirma que o pensamento neoliberal promove a ideia de que as relações capitalistas são as únicas formas de relações sociais historicamente possíveis, dando ao mercado a força de regulador livre, equilibrador e justo dos interesses e relações sociais.

Na América Latina a efetivação do planejamento neoliberal interfere na atuação de diversas instituições internacionais que tem seus objetivos e operações significativamente alterados, como a CEPAL⁸ e a própria ONU. A nova perspectiva de atuação das entidades

⁸ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe compreende uma comissão regional das Nações Unidas. Seu plano de desenvolvimento visa contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina,

econômicas e sociais, sob o manto neoliberal é de promoção do discurso da descentralização. Os argumentos em defesa de um Estado centralizador das demandas sociais e econômicas são alvo de constantes críticas e reivindicações contrárias à manutenção do modelo econômico baseado no pensamento Keynesiano que promoveu um período de *welfare state* nos países desenvolvidos e o desenvolvimentismo econômico nos países periféricos da economia capitalista.

No entanto, esse processo não pode ser analisado apenas pelo viés de institucionalização da política neoliberal e consequente superação do modelo keynesiano, como se ambos estabelecessem um movimento de substituição linear e gradual da economia. O período de (re)estruturação produtiva do capital, através dos ditames neoliberais, é um estágio de intensa mundialização do capital, onde vincula-se a acontecimentos históricos que proporcionam uma maior disseminação da sua hegemonia. A própria derrocada gradual, a partir das décadas de 1980, do modelo soviético em execução nas repúblicas soviéticas contribuiu para a ampliação da lógica de acumulação do capital na porção oriental do planeta.

A partir desse período, o Estado que até então era visto como um promotor do desenvolvimento econômico capitalista se tornava um obstáculo. A mundialização amplia o mercado mundial do capital, criando financiamentos internacionais e um profundo investimento em empresas multinacionais. Significou assim um nível de competição internacional em níveis jamais pensados e reorganizou a produção em um patamar mundial.

Para determinadas literaturas defensoras do modelo neoliberal, o ganho significativo do projeto econômico neoliberal se traduz na necessidade de autonomia que pode ser destinada ao mercado.

O mercado ganhou muito mais espaço a nível mundial, rompeu ou enfraqueceu as barreiras criadas pelos estados nacionais, e transformou a competitividade internacional em condição de sobrevivência para o desenvolvimento econômico de cada país. As consequências foram, como acontecesse sempre quando o mercado prevalece, de um lado, uma melhor alocação dos recursos e o aumento da eficiência da produção; de outro, perda relativa da autonomia do Estado, que viu reduzida sua capacidade de formular políticas macroeconômicas e de isolar sua economia da competição internacional (PEREIRA, 1997, p.13).

Dito isso, a ampliação das políticas econômicas neoliberais nas sociedades capitalistas reduz a participação do Estado nos setores econômicos da produção em prol do mercado

financeiro internacional, o que faz com que o atual período de mundialização do capital apresente menores fronteiras ou limites nacionais. Mediante isso, o que se pode observar, é que na atualidade, os planos de reestruturação do capital conseguem uma ampliação mundial cada vez maior, onde a (des)regulamentação das economias nacionais em função da hegemonia do capital financeiro internacional, estabelece um cenário ainda mais amplo de exploração da classe trabalhadora. No decorrer da década de 1980, para além das condições nacionais do conflito, a (re)estruturação do capital através dos planos neoliberais trazem consigo elementos da financeirização internacional, em defesa de uma participação cada vez menor do Estado no que se refere aos investimentos públicos sociais.

Tendo em vista que:

Embora o discurso neoliberal estivesse assentado no discurso da minimização do poder do Estado sobre o mercado, o contexto histórico demonstrou que as relações capitalistas não podem desenvolver-se sem a ação efetiva da governabilidade para assegurar os direitos de propriedade, e no caso específico em favor principalmente da fração financeira do capital (CONCEIÇÃO, 2013, p.89).

Pereira (1997) afirma que as consequências dessas ações para o Estado e a sociedade começaram a surgir de maneira imediata, as orientações do mercado começam a prevalecer. Com isso não há um aumento nos recursos para subsidiar a produção, e o Estado reduz a sua capacidade de formular políticas macroeconômicas, bem como de isolar sua economia da competição internacional. No entanto, o mesmo se mantém intrínseco ao processo de acumulação do capital.

Para Pereira (1997), em consequência da captura por interesses privados, a globalização reduziu a autonomia do Estado, cujas manifestações mais evidentes foram a crise fiscal, o esgotamento das suas estratégias de intervenção e a obsolescência da maneira burocrática de administrá-lo. A crise fiscal definia-se pela perda em maior grau de crédito público e pelo discurso de deficiência crescente do Estado em realizar políticas públicas autônomas.

A crise do modo de intervenção manifestou-se de três formas principais: a crise do *welfare state* no primeiro mundo, o esgotamento da industrialização por substituição de importações na maioria dos países em desenvolvimento, e o colapso do estatismo nos países comunistas. (PEREIRA, 1997, 15).

Na concepção do autor, as tendências políticas econômicas que centralizavam o debate na época eram sintetizadas em quatro grupos representados; a) esquerda tradicional, b) direita neoliberal, c) centro esquerda pragmática e d) centro direita pragmática.

A esquerda tradicional, arcaica e populista, entrou em crise e ficou paralisada. Não poderia ter ocorrido de outra forma, já que diagnosticou erroneamente a crise como causada por interesses externos: antes pelo imperialismo, agora pela globalização. A centro direita pragmática, capitalista e pragmática nos países centrais e na América Latina, determinou aos países altamente endividados, primeiro obediência aos fundamentos macroeconômicos, principalmente através do ajuste fiscal e da liberalização dos preços para garantir o equilíbrio dos preços relativos e as reformas orientadas para o mercado [...] A direita neoliberal, por sua vez que criticara desde os anos 30 o crescimento do Estado mas não tinha audiência, agora ganhou adeptos, e assumiu uma atitude triunfante. Entendeu que as reformas no Estado orientadas para o mercado, que apoiou e ajudou a formular, trariam automaticamente o desenvolvimento de volta, desde que estivessem firmemente direcionados para o objetivo do Estado Mínimo. Em decorrência disso era imprescindível as condições de privatizar, liberalizar, desregular, flexibilizar os mercados de trabalho, mas fazê-lo de forma radical, já que para o neoliberal o Estado deve limitar-se a garantir a propriedade e os contratos, devendo, portanto, desvencilhar-se de todas as suas funções de intervenção no plano econômico e social. [...] A centro-esquerda pragmática, social-democrática ou social-liberal, diagnosticou com clareza a Grande Crise como uma crise do Estado, delineou a interpretação social democrática ou social liberal da crise do Estado em substituição a interpretação nacional desenvolvimentista. [...] A centro- direita -pragmática visou obediência aos fundamentos macroeconômicos – ou seja, políticas econômicas que envolvem ajuste fiscal, políticas monetárias apertadas, preços de mercado, taxas de juros positivas e realização de reformas orientadas para o mercado (PEREIRA, 1997, p.16-18).

Mediante isso o que se percebe é um alinhamento ideológico de reforma do Estado entre a centro esquerda pragmática e a centro direita pragmática. Para ambas, a intervenção nas estratégias de atuação do Estado era uma necessidade, porém sem o radicalismo promulgado pela direita neoliberal. A proposição de atuação política e econômica direcionava as suas ações para a reconstrução do Estado atuante na recuperação da crise fiscal e redefinição das maneiras de intervenção nos setores econômicos e sociais, aumentando inclusive a capacidade estatal de financiamento de parcerias público-privadas nos planos de fomento à saúde, educação e desenvolvimento tecnológico e científico.

Essa avalanche globalizadora neoliberal trouxe também conjuntamente uma suposta abertura política na maior parte dos países da América Latina [...] e assim como num fantasioso passe de mágica as principais forças dominantes da América Latina se alinharam a ideia e ao discurso ideológico de que só havia então uma única via a se seguir, a da “economia de mercado” (RODRIGUES, 2012, p. 91).

Todo esse processo de reforma passa institucionalizar o discurso de descentralização do Estado, trazendo consigo, também um processo de criação ou de transformação de instituições. No âmbito do Estado, começam a surgir claras distinções entre secretarias

formuladoras de políticas públicas, segmentos de execução, bem como de regulação com o caráter autônomo, o que implica em redefinições das instituições. Tudo isso são condicionantes da descentralização proposta na reforma do Estado que são materializadas na Constituição brasileira de 1988.

A democratização e a descentralização propostas pela Constituição de 1988 legitimam a alteração das bases de autoridade dos governos. Nesse contexto, a descentralização foi compreendida como distribuição das funções administrativas entre os níveis de governo. A descentralização viria permitir a introdução de regras de comportamento privado no setor público, de modo a estabelecer maior concorrência no âmbito de cada esfera descentralizada de governo e propiciar condições para a cobrança de serviços públicos eficientes por parte da população. Trata-se de um novo paradigma de organização que pressupõe a eficiência do setor público (LISBOA, 2007, p.147).

Nesse direcionamento político de descentralização do poder estatal sustenta-se um padrão produtivo variado e heterogêneo, visando atender as demandas mais individualizadas do mercado, (re)produzidas no espaço por meio das unidades produtivas deslocadas para os novos espaços territoriais, onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa, sendo até mesmo a gestão dessa força de trabalho destinada à participação e ao envolvimento dos trabalhadores participativos e empreendedores.

O que se observa é a manutenção de uma política de favorecimento ao monopólio na indústria, na agricultura, no comércio. O mercado instrumentaliza o Estado, e este o instrumentaliza para uma política perversa de favorecimento das transnacionais. Sustentadas na justificativa da necessidade da superação da crise as políticas agrícolas nacionais e locais fazem coro às políticas internacionais sob o comando das instituições financeiras internacionais que determinam a ampliação das monoculturas para a produção de agrocombustíveis (CONCEIÇÃO, 2013, p.85).

O interessante é que essa abertura anunciada como político-democrática é a mesma que oportunamente erodiu a já fragilizada “soberania nacional” instaurando de vez a ditadura do capital financeirizado nas políticas de Estado. (RODRIGUES, 2012, p.90). Com isso, o que se consolida é a denominada “economia de mercado” enquanto via soberana a ser seguida.

CAPÍTULO 2

A (RE)PRODUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Etimologicamente o termo território provém da palavra “*territorium*” em latim, é derivada do vocábulo terra e é compreendido como o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma jurisdição político-administrativa. A condição de defesa territorial e de conflito é inerente ao próprio desenvolvimento biológico da humanidade para determinados autores que adotam uma visão naturalista ou idealista.

Na Geografia, encontram-se uma série de estudos sobre as concepções de território. O expoente do debate sobre essa categoria na Geografia é o naturalista alemão Frederich Ratzel, que na sua leitura considera o território como o aproveitamento de uma porção do espaço, por um determinado grupo em prol da ação do Estado. Este pensamento de Ratzel situa-se diretamente no período histórico de sua época que foi a consolidação das relações capitalistas e imperialistas na Alemanha, associada à formação do Estado alemão.

No contexto brasileiro de compreensão da categoria de território, Haesbaert (2004), destaca o agrupamento da concepção de território em três vertentes básicas: política (referente às relações espaço-poder), cultural (que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva), e econômica (como fonte de recursos).

Para Saquet (2004), outra contribuição importante é a de Raffestin, abordando que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida e relacionada. Assim são definidos determinados processos territoriais nomeados por Saquet (2004) na sigla do processo de TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização), relacionados às ações econômicas e culturais. Nessa perspectiva, o autor considera um processo de relações sociais no território que envolve a perda e reconstrução de relações.

Um território é produzido, ao mesmo tempo, por relações políticas, culturais e econômicas, nas quais as relações de poder são inerentes às relações sociais e estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle do espaço geográfico. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização, do enraizamento; é resultado do processo de apropriação e domínio de um espaço, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais (SAQUET, 2004, p. 128-129).

Revela-se, desse modo, a condição de apropriação e domínio que referencia o território.

Necessariamente envolve uma identidade territorial por meio de símbolos que pode ser combinada com a apropriação política do espaço por meio do domínio e da disciplinarização dos indivíduos, envolvendo conflitos resultantes das relações de poder que se dão no território (LIMA, 2012, p.130).

A condição material das relações de produção do modo capitalista bem como a relação de Estado, capital-trabalho são fundamentos indispensáveis para a compreensão das relações sociais que se materializam na dimensão territorial.

O capital produz territórios, à medida que desenvolve práticas espaciais visando sua conquista/apropriação e uso, ou seja, estabelece sua territorialidade quando vai definindo relações sociais e de produção no lugar. Esta ideia de dominação/apropriação, pelo poder do capital, se estabelece no momento que, ao abrir novos espaços para a sua acumulação/reprodução, o capital os torna territórios de uso e exploração em função dos seus fins (LISBOA, 2007, p.149).

Dessa forma compreende-se que pensar o território no plano material contempla a análise da apropriação e subordinação do espaço, sendo que “é o conflito de capital-trabalho que possibilita constante processo de territorialização/desterritorialização” (LIMA, 2012, p.133).

Processo esse que acompanha o plano de expansão do processo sociometabólico do capital e que nos anos finais do século XX, apresenta a defesa do desenvolvimento territorial como vetor de desenvolvimento do Brasil, o que acaba por imbricar a reestruturação produtiva do capital que se iniciou no final do século XX e ampliou a sua supremacia no globo terrestre aprofundando a produção econômica em uma dinâmica mais intensa.

Após a expansão desenvolvimentista nos países de economia periférica do capitalismo mundial, devido à grande expansão industrial presente nessas economias, novas classificações de países emergiram na geopolítica mundial, a título de exemplo, pode-se elencar denominação dos “países em desenvolvimento” que organiza uma linha de pensamento baseada na alocação de um desenvolvimento nos países com índices de crescimento industrial. Com isso, dão a entender que os países que apresentam crescimento econômico-industrial poderão alcançar os padrões de vida dos países centrais da economia capitalista à medida que o seu crescimento nacional é realizado. Porém, conforme a análise apoiada na Divisão Internacional do Trabalho, a ascensão dessas economias, ao nível pleno de qualidade de vida não se materializa em função da estrutura do trabalho que é condicionada a esses países, sendo inclusive determinada pela dinâmica de (re) produção do capitalismo em escala

global, ou seja, a estrutura totalitária de acumulação do capital desempenha estratégias de manutenção de precariedade da classe trabalhadora dos países considerados em desenvolvimento. Para isso, explora-se inclusive o discurso do crescimento industrial para legitimar novas estratégias de exploração do trabalho, através dos mecanismos burocráticos do Estado.

Como negar que essa ideia de crescimento tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar forma de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? (FURTADO, 1983, p.75-6)

O discurso da necessidade de incentivos ao desenvolvimento industrial nos países do capitalismo periférico só tem crescido nos últimos anos e cabe ressaltar que essa condição não se restringe ao espaço urbano, mas também e em alguns casos, o objetivo é de transformação das relações produtivas no espaço agrário. Mas em ambos os espaços, observa-se a consolidação de uma cadeia de produção mais intensa e perversa para as condições da classe trabalhadora, principalmente no que se refere à subordinação da classe trabalhadora ao assalariamento e consequente exploração da mais valia.

Segundo Furtado (2002) o discurso hegemônico de promoção do desenvolvimento nesses países periféricos configura uma relação de melhoria das condições de vida da população, através do crescimento econômico. Mas para que isso ocorra, é necessário transformar essas concepções teóricas em projetos para a sociedade, através de uma perspectiva mais inclusiva, em que toda a sociedade participe da geração de riqueza. Assim o crescimento se transforma em desenvolvimento.

No intuito de expressar uma ideia de movimento histórico da humanidade com o sentido baseado em concepções de desenvolvimento destaca-se:

À ideia de desenvolvimento e a explicação dos processos sociais que a ela correspondem, vêm sendo elaborados a importantes aparatos científicos, que permitem não só identificar suas dimensões fundamentais como compreender a relação entre elas (FAVARETO 2007, p.39).

A concepção de desenvolvimento é relativa à ideia de progresso, aliada à incorporação dos modos de produção em sua dinâmica de evolução, ou seja, à medida que a sociedade capitalista produz novas inovações tecnológicas, há um avanço promotor do desenvolvimento.

Na (re)produção do espaço geográfico são mantidas relações desiguais, marcadas pela contradição dialética da acumulação de riqueza e exploração do trabalho. Sendo esse, inclusive um processo dialético da sociedade capitalista, mas que ao longo da história é

falsificado pelo pensamento ideológico burguês, no sentido de negação das próprias contradições da sociedade capitalista. Para Lisboa (2007), isso acontece principalmente pelo princípio de que esses processos econômicos negam as análises históricas das sociedades, bem como o desenvolvimento dialético da mesma. Nesse sentido, a concepção de desenvolvimento promulgada pelo pensamento hegemônico burguês pode ser questionada, a partir das contradições presentes em sua dinâmica dialética de (re)produção.

À medida que o sistema capitalista consolida suas relações de (re)produção em sua dimensão de totalidade, as condições de precarização dos trabalhadores são aprofundadas em um movimento constante. Com isso, o cenário de (re)produção espacial é marcado pelo processo permanente da luta de classes.

Mediante as contradições permanentes da sociedade de classes, poder-se-ia observar ao longo do processo de acumulação do capital uma maior desigualdade entre as classes sociais, bem como a difícil superação deste cenário no contexto de hegemonia do modo de produção capitalista. O que nos remete a uma série de indagações sobre o real significado dos argumentos defensores do “desenvolvimento” dentro de uma sociedade capitalista, marcada pelos conflitos de classes e exploração do trabalho, bem como o alcance do “desenvolvimento” nos grupos sociais mais excluídos da sociedade. Assim, a existência da pobreza, bem como da sua expansão, são condições necessárias ao capital e são consequências relacionadas à precarização das condições da classe trabalhadora.

Ao analisarmos o Brasil, nesse processo de promoção do discurso de desenvolvimento nacional, as décadas posteriores a 1930 são definidas como o fim de um ciclo e início de outro. O fim da hegemonia agrário exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial (OLIVEIRA, 2008). Dessa forma, percebe-se a articulação do período histórico brasileiro com as transformações do modo de produção capitalista decorrente da crise de 1929.

A crise em que envereda o capitalismo em 1929, cujo desfecho foi a quebra da bolsa de valores nos Estados Unidos, a falência de indústrias, o desemprego em massa e a diminuição no ritmo global de acumulação de capital, desvaloriza a famigerada crença no poder autorregenerativo (prescindindo da interferência estatal) do sistema sociometabólico do capital, ressignificando o papel do Estado e, dessa forma, ampliando a abrangência de sua atuação. No Brasil, diante da crise, verificou-se a dotação do Estado de atribuições mais notáveis na formulação de políticas de desenvolvimento inspiradas num processo industrializante (LIMA, 2012, p.113).

O Estado é um elemento fundamental na retomada econômica do capital e indutor na intervenção nos conflitos entre as classes sociais, promovendo inclusive um discurso de

necessidade da conciliação entre as mesmas para alavancar o desenvolvimento nacional. Com isso as ações do Estado brasileiro poderiam promover o financiamento da expansão urbano-industrial, através da política de substituição de importações e de fornecimento creditício (LIMA, 2012). O crescimento das funções do Estado implica necessariamente o crescimento da máquina estatal, portanto, da burocracia e da tecnocracia.

Abre-se espaço para a ascendência de uma nova proposta de desenvolvimento nacional, com base no fortalecimento da industrialização sustentada pelo Estado getulista. Um programa nacional de desenvolvimento com a utilização da política cambial, fiscal e creditícia. Era um processo que se realizava protegendo o mercado nacional, por meio das tarifas sobre os bens importados e no controle direto, além do acesso a bens de produção, como máquinas, equipamentos e matéria-prima necessária à modernização da base de produção industrial (LISBOA, 2007, p.67) .

Nesse contexto de transformações nacionais, o aprofundamento da divisão social do trabalho nos moldes da produção industrial alterava a própria organização das classes, promovendo o surgimento de uma burguesia industrial oriunda das oligarquias agrárias nacionais, além de comerciantes e imigrantes que defendiam os seus interesses particulares. A essa classe dominante coube a função de ocupar os espaços governamentais do Estado com o intuito de atender os objetivos de um amplo investimento estatal na economia através da modernização agrícola e crescimento industrial. Objetivos esses que foram planejados em etapas para o alcance do desenvolvimento dos países ricos. Assim transmite-se a possibilidade de um desenvolvimento de caráter nacional que pudesse superar as históricas divergências classistas (LIMA, 2012). Acreditava-se, na perspectiva de um intenso crescimento nacional, para que depois pudesse realizar a repartição da renda.

Esse rearranjo interno ensejou-se pelos propósitos do capital de integrar países periféricos a um capitalismo que se internacionalizava, aprofundando seu papel na divisão territorial do trabalho. Para tanto, se elegerá o desenvolvimento como o fulcro desse processo, à medida que será ostensivamente usado como objetivo final dos esforços da nação. O capital, mediado pelo Estado, captura o desenvolvimento e o inscreve em uma política de caráter nacional, exortando toda a população a contribuir para o alcance daquele, sob a impoluta justificativa de melhorias gerais (LIMA, 2012, p.114).

Caberia ao Estado a execução de suas funções vinculadas ao projeto desenvolvimentista, através de um caráter policlassista, mediador dos conflitos entre classes antagônicas, apropriando-se de ações populistas de hegemonia burguesa, sendo essa uma hegemonia que utiliza o Estado como mola de sua expansão (OLIVEIRA, 2012).

Muito embora os processos descritos anteriormente sejam próprios da dinâmica da produção capitalista do espaço ao longo dos séculos, alguns se intensificaram de forma diferenciada. Como forma de consolidar as suas estratégias, a CEPAL preconizava a formação de uma diversificada base industrial no país que promovesse uma generalizada exportação de produtos industrializados e impulsionasse a balança comercial dos países periféricos da América Latina.

A opção desenvolvimentista preconizada pela Cepal, pelos governos populistas e pelo Regime Militar primou por uma organização do espaço que elegeu a cidade e a indústria como basilares para alavancar a economia e alimentar a promessa de saída da situação de subdesenvolvimento. Neste processo, o esvaziamento do campo era condição para acumulação do capital concentrado na cidade. Produziu-se uma desigualdade regional e uma distribuição desigualizante de serviços e infraestrutura (SANTOS, A., 2008, p. 81).

No intento dessa busca incessante reafirma-se a necessidade da industrialização dos países pobres para a conquista do desenvolvimento (LIMA, 2012). Com isso, a atividade industrial, impulsionada pela CEPAL, em franca expansão no território nacional demandava uma distribuição espacial dos setores produtivos. No entanto, a desigualdade regional foi acentuada nesse período, promovendo a concentração da produção industrial em São Paulo, potencializando-a enquanto metrópole nacional. Assim esse centro dominante imprimiu os rumos decisivos do processo de acumulação de capital em escala nacional (CANO, 2002).

Segundo Oliveira (2012), o modelo cepalino passou a enfrentar críticas, no que se refere a sua deficiência em superar as condições de subdesenvolvimento, através das relações internas nacionais sem avaliar os determinantes da totalidade do capital conferida aos países periféricos.

A crise da economia brasileira na década de 60 trouxe a crítica à proposta desenvolvimentista dos cepalinos, através da tese da dependência. Esta tese, esboçada no auge do descrédito no projeto nacional desenvolvimentista brasileiro (início dos anos 1960) teve forte impacto entre os cientistas sociais, porque mostrava os limites estruturais do processo de industrialização e explicava como se processou o controle do sistema produtivo nacional pelos grandes monopólios internacionais, caracterizando a dependência. É uma abordagem que se atém às explicações das relações de dependência, segundo as quais, tal condição se coloca na periferia de um sistema de subordinação-dominação entre as nações e as classes (LISBOA, 2007, p.84).

A concentração da economia brasileira nos polos da produção industrial estabelecia um controle nos fluxos financeiros que orientava as transferências internacionais de capitais, gerando uma dependência que reproduzia a estrutura da economia mundial e uma

desigualdade entre as regiões brasileiras. Com essa problemática, surgem argumentos em defesa da necessidade do planejamento estatal por meio de outra escala geográfica que buscasse diminuir as disparidades regionais.

A proposta de desenvolvimento regional nesse contexto estava em consonância com os pressupostos do regime de acumulação fordista, que comandou a expansão capitalista no Brasil até o final da década de 1970 do século XX, quando chegou ao período de desaceleração econômica (LIMA, 2012, p.119).

Para além da influência do modelo de produção fordista, dois outros fatores são fundamentais na análise da transição do modelo de ordenamento estatal do território nacional. O primeiro representa a permanência do discurso da classe dominante em inserir o Brasil no grupo das nações industrializadas, porém substituindo o plano cepalino de desenvolvimento, pela política do desenvolvimento regional, institucionalizando novas regiões no processo de acumulação do capital financeiro internacional.

A materialização dessas ações é institucionalizada na região Nordeste nos planos de execução de órgãos como a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), que promove a discussão sobre a industrialização na condição força motriz do desenvolvimento em extensões com o predomínio das estruturas agrárias, como era o caso da região Nordeste. Para Lisboa,

O Estado planejador através da Sudene no Nordeste assumiu a regulação da expansão do capital no campo concebida como o próprio desenvolvimento. Este modelo manteve a centralização das decisões, a direção das aplicações de crédito e um tipo de modernização com efeitos perversos. Uma modernização estimulada pela internacionalização do capital no setor rural, que levou à intensificação da interiorização dos processos produtivos definidos pelo avanço das forças produtivas dos países capitalistas avançados, incitados por empresas transnacionais ligadas às agroindústrias. (LISBOA, 2007, p. 127).

Com isso, a região Nordeste atravessou um intenso processo de industrialização em determinadas localidades, o que provocou a ascensão nacional da região na produção de derivados agropecuários. No entanto, esses destaques não interferiram na transformação da estrutura fundiária da região, pelo contrário, o aumento da produção e maior exploração da classe trabalhadora, em função da acumulação de riquezas pelo capital condicionaram uma maior concentração fundiária e consequente aumento nos conflitos fundiários.

A intensificação do processo de industrialização promovido pela SUDENE desencadeou profundas transformações nos espaços urbano e rural. Aliado a isso, a ascensão do regime militar representou um abandono da defesa da reforma agrária no país e o foco no

desenvolvimento industrial para o crescimento econômico da nação baseado em um plano de metas voltado para a produção agrícola mecanizada.

É importante destacar que a SUDENE não se constituiu, originariamente, uma fonte de recursos para favorecer os interesses oligárquicos ou para reproduzir a estrutura social dominante. Na verdade, pretendia opor-se à cultura política tradicionalista, ‘arcaica’ e criar as bases para as mudanças na estrutura socioeconômica. Suas funções foram desvirtuadas durante o regime militar (1964 -1985). Na época, o caráter de intervenção e planejamento estratégico do órgão cedeu lugar a uma política de subsídios fiscais que atendia aos interesses de uma elite oligárquica, que só agiu em interesse próprio. (LISBOA, 2007, p. 131).

O segundo fator é a ascensão do governo militar em 1964, tendo a égide de um projeto que preconizava a mobilização de todos os meios necessários para elevar a produção de riquezas produzidas em benefício da classe dominante (LIMA, 2012).

A mudança institucional e política que o Brasil atravessou nos anos do Regime Militar introduziram novas formas estatais de financiamento para viabilizar a acumulação. Houve um aumento significativo das empresas estatais, priorizando o melhoramento da infraestrutura, forte participação de empresas estrangeiras na economia. A repressão sobre os movimentos sociais e a política de deixar o “bolo” crescer para depois dividi-lo encobertou uma concentração de renda uma desigualdade social sem precedentes (SANTOS, A, 2008, p.80).

O planejamento estatal do regime militar baseava-se na teoria dos Polos de Crescimento de Perroux (1964). Para esse autor o desenvolvimento não se expandia de forma homogênea no espaço, assim a inserção dos “Polos de Crescimento” distribuídos em determinadas localidades regionais promoveria o desenvolvimento nas áreas periféricas.

O polo de desenvolvimento é uma força motriz ou um conjunto formado por várias dessas unidades. Uma unidade simples ou complexa, uma empresa, uma indústria, um complexo de indústrias dizendo-se motrizes quando exercem efeitos de expansão sobre outras unidades que com ela estão em relação. (PERROUX, 1964, p.192).

Cabe ressaltar que dentre as consequências desse processo, poder-se-ia entender que a intervenção do governo militar nas políticas da SUDENE contribuiu para o fortalecimento das oligarquias nordestinas que se beneficiavam dos financiamentos estatais em projetos para a produção nas suas unidades produtivas. Percebe-se então, nesse período um aumento na concentração fundiária e a precarização das condições de vida no campo em função do aumento da acumulação do capital em escala regional, nacional e internacional. Esse cenário

político vai transcorrer no país ao longo da execução de políticas públicas vinculadas ao plano de desenvolvimento regional. Sendo inclusive esse transcorrer de desenvolvimento regional que expõe assimetrias dentre os polos regionais.

A política de desenvolvimento regional no Brasil chega, em meados da década de 1970, amalgamada a problemas que só reforçam a sua inexequibilidade. A tão aguardada melhora no desenvolvimento desigual das regiões brasileiras sucumbiu diante da dinâmica desigual engendrada pelo próprio processo de acumulação capitalista (LIMA, 2012, p.121).

Cabe ressaltar que os problemas apresentados pela política de desenvolvimento regional no que tange a concentração de capital e aprofundamento das desigualdades regionais, ultrapassam os limites nacionais e se associam com a totalidade da crise do capital e do Estado desenvolvimentista. Sendo essas, expressas pela crise do keynesianismo e da redução do crescimento que significava inevitavelmente problemas para o Estado de Bem-Estar-Social e do salário social (HARVEY, 2005).

Dito isso, a reestruturação produtiva do capital caminhava para a neoliberalização do Estado, implicando em importantes reformas na maneira de como o Estado deveria atuar na economia e no planejamento das políticas públicas. A sociedade capitalista passou a presenciar a transição de diversas instituições do capital produtivo e/ou financeiro, bem como de políticas públicas ou privadas que passaram a ser utilizadas nos programas neoliberais para desenvolver planos de redução da participação estatal nos setores estratégicos aos seus interesses, norteados pelos ditames de acumulação constante do capitalismo financeiro.

A mundialização do capital, que se realiza sob a égide do capitalismo financeiro, exerce um poder mundial sem precedentes, provocando o desemprego estrutural, seja em decorrência do declínio nos investimentos produtivos, seja devido aos avanços no campo da informatização, ou pela preferência pela liquidez em curto prazo (as empresas optam por aplicar nos mercados financeiros) (LISBOA, 2007, p.139).

Harvey (2005) descreve esse processo de acumulação do capital, articulado com o aumento da produção de tecnologias que interferem no poder de determinadas camadas privilegiadas, ao mesmo tempo em que sistemas alternativos de produção e de controle do trabalho abrem o caminho para a remuneração de habilidades técnicas, gerenciais e de caráter empreendedor. Nesse último aspecto, percebe-se como isso se coloca na alteração da lógica do desenvolvimento regional, que começa a ser substituída pelo desenvolvimento de políticas territoriais.

Dentro da análise geográfica transcorrida, entende-se que mediante estes elementos citados anteriormente o surgimento das políticas de desenvolvimento territorial e sua ampliação significam uma ação da reestruturação produtiva do capital. Nessa perspectiva, como já foi discutido anteriormente, o Estado sob o comando da totalidade do capital, desempenha funções imprescindíveis para a manutenção do modo de produção capitalista.

Assim, a solução emergencial surge por meio da defesa do “mercado livre” e menor participação do Estado, sendo o mercado a única instituição capaz de coordenar racionalmente quaisquer problemas sociais, sejam eles de natureza puramente econômica ou política. (TEIXEIRA, 1998).

Nos moldes da concepção neoliberal, a defesa de um mercado livre remete para a sua eficiência em termos de inovação e crescimento econômico, visto que a intervenção estatal é encarada como algo negativo (SANTOS, M. 2016, p.171).

Um dos argumentos que mais é reproduzido é o de que a política neoliberal promove a consolidação de um Estado mínimo, oportunizando uma maior liberdade para o mercado, sem a participação da estrutura estatal. No entanto, é necessário entender que a importância do Estado não é minimizada ou muito menos anulada para os interesses do capital. Com isso, ao assumir o “caráter de mínimo”, a funcionalidade da política neoliberal reduz as ações do Estado nos setores que são de interesse do capital para a maior participação da iniciativa privada, revertendo inclusive o bloqueio do capital em determinados setores em que historicamente as ações estatais foram colocadas como uma barreira para os interesses dos capitalistas. Portanto, na realidade, entende-se que na perspectiva neoliberal o Estado se mantém a serviço da acumulação do capital, atuando de forma máxima aos seus interesses.

Mesmo com a ideia do “livre mercado”, na realidade, se observa um capitalismo transnacional oligopolista, em que há o predomínio do poder da grande empresa e de desenvolvimento econômico, o qual contou com decisiva participação do Estado [...] (SANTOS, M. 2016, p.176).

Nesse contexto é eleita a emergência de uma nova política de desenvolvimento, sendo a escala local a responsável pela intervenção social e promoção das transformações que a sociedade necessita, por meio dos atores sociais envolvidos na realidade local.

O desenvolvimento regional, na nova realidade, ou seja, desde os anos 1980/90, procura realizar-se na busca de territórios dinâmicos – enquanto parcelas do espaço dominado/apropriado pelo exercício do poder do capital, ou das empresas – sofrendo interferências de políticas públicas e privadas. Dessa forma, os lugares entram em disputa uns com os outros, para ver quem consegue atrair mais investimentos e oferecer mercado e mercadorias

específicas, conforme exigências da acumulação flexível (LIMA, 2012, p.121).

Portanto, o neoliberalismo redefine a atuação do Estado, direcionando os seus recursos e forças para atender as garantias da acumulação flexível, beneficiando os setores privados. A mobilidade geográfica do capital passou a ser central na nova dinâmica do sistema de acumulação e da produção do espaço, expressando sua dinâmica decisiva para a gestão do estilo de desenvolvimento, que passou a ser implantado (LISBOA, 2007). É institucionalizada uma nova política, pautada no desenvolvimento local/territorial, sendo que o Estado não se configura mais como o principal indutor no processo de planejamento, pois as tarefas de planejar diretamente as decisões e colaborar para promoção da qualidade de vida da sociedade civil partirão dos atores sociais.

O local, então, emerge como receptáculo das iniciativas empreendedoras de seus próprios agentes. Procura-se difundir que as políticas de desenvolvimento de outrora equivocaram-se por não considerarem as potencialidades locais, impondo uma ação verticalizada, que promovia um hiato entre os objetivos anunciados e sua operacionalização. (LIMA, 2012, p.123).

A partir desse momento histórico de reestruturação do capital por meio da política neoliberal, determinadas leituras da Geografia reforçavam o debate de que o Estado, através da política de desenvolvimento local/territorial, começou a considerar os atores sociais no planejamento e execução dos programas, superando as políticas de visão unilateral e autoritária, conduzidas nos períodos anteriores para atender jogos de interesses das oligarquias regionais ou a macro economia nacional (CASTRO, 1994).

As leituras dessas políticas baseiam as suas defesas no entendimento de que as políticas públicas implantadas nas últimas décadas, pelo Governo Federal entenderam o país como um conjunto de unidades homogêneas, pouco preocupado com as particularidades regionais e locais, condicionando assim a matriz social e produtiva aos interesses nacionais e esse modelo cada vez mais apresentou dificuldades em atingir os objetivos propostos para o desenvolvimento sustentável (BRASIL/MDA/SDT, 2005).

No novo cenário de promoção do desenvolvimento, percebe-se que todas essas transformações coincidem com o período de retomada hegemônica da potência capitalista norte americana e a reestruturação produtiva do capital em sua fase neoliberal de desregulamentação da economia, associada à retirada da participação do Estado em segmentos sociais. Nesse sentido:

A desregulamentação da economia e os ajustes estruturais aos quais os Estados passaram a se adaptar alguns com notável capacidade e altíssimos custos sociais abriram a possibilidade, sem precedente, ao capital, de acumular prescindindo do trabalho e das atividades produtivas. O mecanismo foi a contínua especulação comercial e da dívida pública, transformando os Estados em reféns dos especuladores, fragilizados para regular suas próprias economias. (SANTOS, M, M, 2008, p.19).

A desregulamentação destacada acima pela autora refere-se à crise do planejamento centralizado do capital na esfera estatal, que levou a adoção da regressão do modelo de atuação do Estado na economia.

Essas políticas desenvolvimentistas foram implementadas por meio de estratégias de planejamento centralizado, que entram em crise na medida em que as políticas neoliberais ganham hegemonia e passam a orientar a menor intervenção estatal na economia (ORTEGA, 2008, p.29).

No cenário brasileiro, esse fortalecimento da organização social citado pelos autores, se configura na ideologização dos arranjos socioprodutivos locais/territoriais que inserem a categoria de território no debate de organização dos setores sociais. Essas novas orientações operam como pressuposto da promoção de capacidade desses espaços sociais promoverem a governança local e um desenvolvimento autônomo e endógeno.

Conceitualmente o termo governança refere-se a uma articulação entre:

Poder público, sociedade civil organizada e poder econômico onde os mesmos exercitam democraticamente a construção estratégica do desenvolvimento; se esforçam, para encontrar pactuações possíveis, tendo o governo como mais um participante e, dentro do arcabouço institucional vigente no país, como o sujeito final que deve operar as decisões, mantendo, porém, o poder discricionário, inclusive, de não as cumprir (ROCHA, 2016, p. 45).

Cabe ressaltar que “governança” é um termo originário da literatura empresarial, referindo-se a mecanismos corporativos de firmas para conduzir coordenações eficientes e conformação de contratos e terceirizações (DALLABRIDA, 2013, p.21). No entanto, ao longo dos anos, o termo tem sido empregado de diversas formas, em variadas áreas do conhecimento e de atuação do Estado.

De maneira geral, refere-se a processos de gestão para obtenção de resultados satisfatórios entre as partes e componentes de uma determinada instituição produtiva. No contexto histórico, o termo passou a ser mais utilizado a partir da crise do Estado de Bem-Estar Social, na segunda metade da década de 1970, em consonância com o debate sobre a natureza da crise dos Estados, apontando para uma discrepância entre o crescimento da

demanda e a falta de recurso para atendê-la, e também a incapacidade de gestão dos modelos estatais do chamado primeiro mundo (DALLABRIDA et. al., 2013).

É nesse cenário que o debate sobre o desenvolvimento se apropria do termo de governança e inicia a consolidação do mesmo nos setores de atuação do Estado burguês. Segundo Favareto (2007), essa estratégia pode ser considerada autônoma porque é governada por regras específicas que gerem a sua dinâmica interna endógena.

No que se refere ao desenvolvimento endógeno, Amaral Filho (2001) destaca a configuração de uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões.

Deriva daí, portanto, uma nova orientação, segundo a qual, os mecanismos de transferência de recursos deveriam ser desenhados de forma a respeitar a autonomia das localidades, criando responsabilidade em nível local e fomentando o capital social (ORTEGA, 2008, p.58).

O desenvolvimento local sustentável resulta, dessa forma, da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local-redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos-, a eficiência econômica-com agregação de valor na cadeia produtiva – e a gestão pública eficiente [...] (BUARQUE, 2006, p.27).

Mediante essas literaturas, a dimensão produtiva local é elemento central para a promoção do capital social. Putnam (2000, p.177) define que capital social diz respeito a características de organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. De modo geral, o debate sobre o capital social é separado em duas versões. A primeira é a que o reconhece como recurso de indivíduos, que emerge dos laços sociais ou conjunto de oportunidades que estes possuem por participar de certa comunidade, grupos e associações. A outra o coloca como resultado de normas gerais de reciprocidade, cuja generalização facilita a comunicação e a coordenação de arranjos socioprodutivos, assegurando o cumprimento de acordos institucionalizados (ORTEGA, 2008, p.59).

Para a consolidação dessas estratégias Moyano-Estrada (1999), afirma que é necessário que a comunidade esteja integrada de forma sólida em torno de um objetivo comum, que exista a solidariedade, cooperação e confiança entre os agentes. Tudo isso, sem que se desconsidere ou ignore a existência dos conflitos.

No entanto, dentro de uma estrutura totalizadora gerida pelo capital e seus instrumentos

de acumulação, as concepções de solidariedade humana entram em contradição na sociedade de classes.

A solidariedade e a colaboração entre as classes fazem parte da concepção que legitima a exploração do proletariado pela burguesia; a riqueza, num sentido de capital acumulado, torna-se aceitável e legítima porque é produto do trabalho e porque o trabalho é concebido como uma virtude universal. O capital não é concebido como o produto do trabalho operário despojado dos meios de produção, do confronto e do antagonismo entre o capital e o trabalho, personificados no burguês e no proletariado. Assim, as pessoas que trabalham estão naturalmente unidas, entre si porque trabalham (MARTINS, 2004, p. 24).

Essa proposta objetiva em seu planejamento e execução uma descentralização das decisões, alternância na direção política, valorização do desenvolvimento social sustentável, promovendo o florescimento do empreendedorismo e das possibilidades de promoção do poder. No entanto, essas são perspectivas que negam o conflito ontológico entre as classes e reforça ainda a falsa ideologização de superação das desigualdades sociais sem o rompimento com o modo de produção capitalista.

A lógica da produtividade torna-se de fácil ideologização, em um tempo de descrédito diante dos fabricados funerais da morte da utopia, fundamentados na urgência de novos paradigmas antimarxistas. Por traz do discurso apocalíptico da pregação do fim da utopia socialista e da “insuperabilidade” do capitalismo, repassado como condição natural de construção histórica de provedor do trabalho, subscreve-se a fetichização de ideologias conservadoras alienantes para o consentimento sem reservas da exacerbação da reprodução ampliada do capital (CONCEIÇÃO, 2005, p.167).

Os indivíduos terão que mostrar suas habilidades, que até então, estavam adormecidas com a intervenção estatal, através de uma concorrência que permitirá os atributos singulares dos diferentes locais/territórios (LIMA, 2012, p.126).

É dentro desta perspectiva que o Estado fundamenta os princípios de desenvolvimento da política territorial. Na concepção trabalhada pelo Estado via as políticas de (re)ordenamento territorial, a unidade territorial é criada através da presença de indivíduos que mantêm a identidade com o lugar.

O território enquadrado nessa lógica circunscreve-se na presença de indivíduos que mantêm a identidade com o lugar. O sentimento de pertencimento é o que comanda o processo de territorialização/desterritorialização, e é o substrato ideológico necessário para a consolidação da prática individualista, que pressupõe a participação empreendedora dos agentes locais. (LIMA, 2012, p.127).

Dito isso nos moldes da reestruturação produtiva do capital, o território é explorado como categoria central em seu projeto de (re)ordenamento dos ditames econômicos neoliberal, sendo o Estado não mais o principal responsável pela melhoria das condições de vida dos indivíduos naquele determinado território, mas sim, a gestão colegiada participativa que envolve a sociedade civil, grupos organizados e poder público em esfera municipal e estadual.

Assim, o território se conforma como uma estratégia de política econômica para o crescimento e fortalecimento dos sistemas produtivos locais. O território aparece como o local apropriado para a inovação tecnológica e organizativa e o fortalecimento do tecido produtivo empresarial local. (LISBOA, 2007, p.126).

As concepções de território adotadas nas políticas públicas buscam uma unidade social, a partir de diferentes aspectos que representem a delimitação territorial em destaque. Nesse sentido, o local empreendido como território nada mais é, nessa lógica, senão uma área com características produtivas comuns, que potencialmente dispõe de condições objetivas para alcançar melhorias (LIMA, 2012, p.126).

2.1 (DES)ENCONTROS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Mesmo com o avanço da política neoliberal nos anos de 1990, o espaço agrário brasileiro manteve as características monopolizadoras da década anterior, tendo inclusive uma série de transformações no campo sob a ordem da “modernização conservadora”, essa que amplia a atuação do capitalismo no campo, apoiado em um modelo de industrialização, que passa a modernizar a produção agrícola e promover alterações de ordens ambientais e sociais profundas. Para tamanhas implementações no espaço agrário, o Estado passa a instituir áreas de crescimento produtivo, através de interligações com os circuitos nacionais e internacionais, de ordens financeiras e de mercadorias.

Segundo Conceição (2012), o discurso da modernização do campo, dialoga numa contradição permanente em que ao tempo que reforça a monopolização e a territorialização do capital, acentua a expulsão dos camponeses do campo, permitindo o processo de subsunção do trabalho ao capital.

A estratégia da modernização adotada se efetivou como uma renovação tecnológica com a utilização de equipamentos, insumos, técnicas e métodos modernos, e o emprego mínimo de força de trabalho, com tendência a especialização da mesma. Não se alterou a estrutura fundiária, pelo contrário, a opção foi pelo modelo concentrador, enquanto a reforma agrária foi negada e substituída pela política de colonização como única alternativa para a questão agrária, via o incentivo a colonização de terras devolutas na fronteira da Amazônia para os “sem terra”, principalmente no Nordeste e do Sul do país. Não se alteram as amarras e os massacres provocados pela estrutura fundiária estabelecida por um modo de produção profundamente concentrador, injusto, com imensuráveis formas de exploração do trabalho, contra os desterrados e desvalidos do campo, agravada mais ainda em virtude da intensificação da concentração da propriedade da terra e crescente expansão do capitalismo no campo nos últimos anos (RODRIGUES, 2012, p. 54).

Nesse sentido, antes de favorecer a permanência do camponês no campo, a presente modernização foi um dos principais elementos da ampliação de desigualdade e renda no campo e na cidade (CONCEIÇÃO, 2012, p.137).

Segundo a autora:

O paradoxo estabelecido entre o concreto e o abstrato, que materializa o mito do discurso, é compreendido entre a relação aumento da produção do agronegócio para suprir a necessidade de alimentos e a condição de vida da população que assiste fora do circuito dos lucros o crescimento apologético do agronegócio. (CONCEIÇÃO, 2013, p.84).

Mediante isso, o capital que defende a redução do controle estatal nos setores produtivos e denuncia o perigo econômico de um orçamento nacional centralizado no Estado, propondo a solução através do neoliberalismo, passa contraditoriamente a maximizar o Estado para legitimar o avanço da modernização do campo via políticas públicas.

Segundo Conceição (2013) o que se percebe é que não existe um equilíbrio entre as relações de produção camponesas e a produção agrícola em grande escala. Desde a década de 1970 o Brasil já se insere num projeto do capital de modernização agrícola que tem resultado em ações de valorização da terra e constante expropriação da mão de obra de trabalho em mobilidade do campo para a cidade. A partir de então a concentração fundiária torna-se cada vez maior e as formas de relação camponesa têm se mantido em pequenos núcleos rurais.

É justamente em meio a todas essas condicionantes espaciais, presentes no processo de acumulação do capital que o mesmo visa camuflar as contradições permanentes do seu processo. No que se refere à questão agrária no Brasil, isso fica mais explícito nos direcionamentos políticos do Estado, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso que empreende o discurso da modernização técnica agropecuária, nas ordens neoliberais privatistas (DELGADO, 2005).

Para a implantação da modernização do campo, o Estado implementou uma série de políticas de planejamento com a proposta de difundir a tecnologia e gerar desenvolvimento. O campo tornou-se a principal área de interesse do capital, uma vez que a sua inserção ao cenário mundial tornou-se possível através das políticas e incentivos a cadeias produtivas integradas ao mercado, por meio do estímulo à ocupação de fronteiras e atendendo à grande demanda de trabalhadores que se desloca do Sul e Centro Oeste do país atraídos pela possibilidade de trabalho. Esse modelo de desenvolvimento do país, especialmente o processo de modernização da agricultura, tece como objetivo básico o aumento da produção e da produtividade da terra e do trabalho, gerando a concentração e exclusão, subordinando o trabalho familiar, através da monopolização da produção para a exportação, transformando os produtores familiares em trabalhadores para o capital (CONCEIÇÃO, 2003, p.2).

Partindo desse pressuposto, o capital busca inserir em sua lógica de acumulação todas as possíveis condições de exploração do trabalho e da terra. Dessa forma, a propriedade de produção camponesa se vê cada vez mais forçada a abandonar suas maneiras basilares de existência e se render aos moldes capitalistas de acumulação.

Para Francisco de Oliveira (2004), a consolidação desse cenário tornou-se um Estado de exceção, no que o autor considera uma política institucional do Estado que chega hoje aos umbrais do poder amalgamado a uma Política Neopopulista, distanciando-se das políticas populistas do passado, tendo em vista que este significou uma forma de “inclusão passiva” autoritariamente, das classes trabalhadoras na política, tornando-os objetos de políticas compensatórias, transformando-os, pelas políticas de funcionalização da pobreza, em sustentáculos da manutenção dos exércitos de reservas, processo este de fundamental importância para a lógica de acumulação do capital.

Para o governo brasileiro nas diferentes escalas a questão agrária não é econômica ou política, mas uma política de compensação social. O que leva ao entendimento da equiparação de direitos iguais; neste viés se nega as diferenças de classes (no campo e na cidade) e direcionam políticas de fortalecimento da agricultura familiar (onde deverão beneficiar todos os que a estimulam, ou seja, quem investe, no agronegócio) (CONCEIÇÃO. 2013, p.85).

Essas políticas ampliam o discurso da inclusão social e da cidadania por um viés de políticas compensatórias, situadas somente no âmbito de atendimento das carências, sem rompimento com as relações de dominação e exploração do trabalho que caracterizam a sociedade capitalista.

Neste sentido, torna-se evidente, na ação do Estado, o caráter e a real funcionalidade das políticas tidas como seguridade social, juntamente com as políticas neoliberais que pilham o país pela via da privatização e de reformas, garantindo deste modo, a continuidade da reprodução do capital,

coadunando para a produção da mesma pobreza e miséria que essas políticas dizem combater (RODRIGUES, 2012, P.94).

Todavia, temas que até então não eram discutidos no cenário político nacional, começam a emergir com frequência em defesa de maior participação da sociedade civil organizada, bem como a reivindicação de políticas estatais que visavam a descentralização do poder administrativo. Para isso os municípios passam a ocupar uma categoria de maior destaque nos programas governamentais, configurando assim um processo de descentralização, onde o Estado busca em seu discurso uma maior participação dos segmentos locais.

No jogo das escalas, a política de descentralização tem nos municípios (escala local) sua forma de ser como um instrumento da acumulação flexível que atua na reformulação das funcionalidades das escalas para adequá-las à desregulação dos mercados e à mercantilização de todos os aspectos da vida. Estar em sintonia com o capitalismo internacional é a regra do jogo e para isso, momentos de descentralização são decisivos para a adaptação às imposições dos mercados financeiros internacionais. Abordar geograficamente a redefinição das escalas de atuação do Estado que ora dá ênfase a escala nacional, ora prioriza as políticas mais localizadas, fortalecedoras dos espaços subnacionais (os municípios) (SANTOS,A, 2008,p.26).

Nessas condições de transição das escalas de atuação da gestão social para as escalas municipais a condição de promoção do poder local é evidenciada, através das próprias interpretações sobre a cultura local e seu poder de desenvolvimento. Quanto a isso, Furtado (1961) já chamava atenção, ao afirmar que o desenvolvimento é uma condição cultural. Com isso os níveis de subdesenvolvimento de determinados locais estão, em boa medida, relacionados com sua capacidade racional e política de se fazer presente na arena das decisões políticas. E na capacidade de autocompreensão de suas condições produtivas.

Baseando-se nessa abordagem, Putnam (2000) sobre a condição de organização da Itália moderna, quando o mesmo destaca os elementos culturais de uma população local e sua cultura como condições indispensáveis para a ascensão econômica da sociedade. Processo este que foi nomeado por determinados autores italianos como “Terceira Itália” no intuito de destacar as estratégias de organização em torno da cooperação, pactuação, visão estratégica e competição colaborativa entre as empresas.

Com isso, surgem determinados questionamentos sobre qual seria o papel do Estado em meio a novas possibilidades de organização do desenvolvimento. Dentro do arcabouço dos autores liberais e neoliberais, o Estado deve ser uma estrutura apenas para a geração de

oportunidades ao mercado, tornando-se assim um agente “modernizador” das potencialidades locais e promovendo assim a descentralização do poder estatal.

O discurso da descentralização, em meio ao cenário de reestruturação produtiva do capital é inserido no receituário do modo capitalista de produção de maneira que acaba por contribuir no processo de desregulamentação do Estado, bem como a privatização dos setores sociais de atuação. Com a política de descentralização, há um redesenho das relações entre diferentes níveis de poder, ao mesmo tempo em que tal política foi inscrita no processo de ajuste econômico e de submissão às diretrizes definidas pelo Consenso de Washington⁹ (SANTOS, A, 2008).

Nesse sentido:

A descentralização que a princípio significaria uma aproximação das pessoas às decisões sobre seus problemas se dá em um contexto de Estado Mínimo para a questão social. Nesse sentido, foi motivada pela crise fiscal do governo brasileiro e por problemas de governabilidade, se fortalecendo como um mecanismo de redistribuição de poder, mas, sobretudo, como uma estratégia ideológica de fazer pensar que cede aos reclamos da sociedade quanto à participação e controle social (SANTOS, A, 2008, p.167).

Cabe ressaltar ainda que o desenvolvimento das políticas de descentralização contribuiu também para a formação dos movimentos comunitários, sendo inclusive intensificada nesse período, em função do desenvolvimento de iniciativas oriundas do Estado com o objetivo de promover o discurso da cidadania, como um direito baseado nos princípios de universalização e descentralização administrativa.

Contudo, a proposta de descentralização adquiriu extensão universal ocupando um espaço cada vez maior no discurso programático de todos os partidos políticos, independentemente de sua posição no espectro político-ideológico clássico (FIORI, 1995, p.20).

Para a direita política, a partir do diagnóstico da crise de governabilidade das democracias, é preciso reduzir a participação pública do Estado. Assim, a descentralização das instâncias decisórias e administrativas surge como alternativa necessária para a superação da crise, pois conferiria maior autonomia local aos projetos de desenvolvimento, sem que o Estado central tivesse que aportar volumosas somas de recursos. De outro lado, forças de uma “nova esquerda” também reivindicavam a descentralização do poder.

⁹ Encontro internacional que ocorreu na capital dos Estados Unidos, em 1989. Convocados pelo *Institute for International Economics*, reuniram-se, naquela ocasião, diversos economistas latino-americanos liberais, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. Com o tema *Latin American Adjustment: How Much has Happened?*. O encontro buscava avaliar as reformas econômicas na América Latina, e recebeu este nome de John Williamson, economista inglês e diretor do instituto promotor do encontro. As conclusões do Consenso de Washington formam um conjunto de medidas, compostas de dez regras básicas, para promover o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento.

Para essa esquerda, esse é o caminho para desativar a burocratização do “welfare state” e aprofundar a participação cidadã nas estruturas e processos democráticos, aumentando a visibilidade e o controle dos sistemas decisórios (ORTEGA, 2008, p.37).

No entanto, diferentemente do modelo implantado na Terceira Itália, as estratégias desenvolvidas no Brasil apresentam características próximas da condição territorial de desenvolvimento e não do local como um setor específico de desenvolvimento produtivo. Com isso a abordagem territorial do desenvolvimento tem sido utilizada em diversos países como base para a aplicação de programas e políticas públicas para o desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2006).

Segundo Abramovay (2006) se pode enumerar as seguintes condicionantes da condição de desenvolvimento territorial: I) abandono do enfoque meramente setorial do local, por outro integrado em rede, de interações do rural e urbano; II) percepção de crescimento econômico diferente de desenvolvimento – para aferir causas e identificar fatores que venham a impedir o desenvolvimento, não se restringe apenas aos aspectos econômicos e de mercado, toma-se os elementos institucionais e históricos que estão por trás de realidades deprimidas social e economicamente; III) o estudo territorial passa a entender os atores e suas organizações, empiricamente e as políticas públicas promovem a organização e cooperação dos atores; IV) relação entre sistemas sociais e ecológicos; territórios são relações sociais e, dentro delas, ocorrem as relações de produção, que envolvem, por sua vez, relações com os sistemas naturais que apoiam sua própria reprodução.

Mediante isso, o discurso da descentralização é empossado pelo Estado brasileiro e institucionalizado nas políticas territoriais de desenvolvimento. A perspectiva era de institucionalizar possíveis direcionamentos políticos econômicos que foram pautados na discussão do Consenso de Washington e precisava ser adotada pelas demais sociedades capitalistas. No caso do Brasil, a Constituição de 1988 é a consequente materialização desse processo, nomeada inclusive de Constituição Cidadã, o que aspirava nos movimentos organizados da sociedade civil uma saída participativa para a gestão de um país que havia “superado” o período de ditadura militar¹⁰.

Ortega (2008) ressalta que nesse período o planejamento centralizado no Estado perde muito do protagonismo e entra em cena a descentralização das instâncias decisórias e administrativas como alternativas necessárias. Nessa linha de pensamento, Graziano da Silva

¹⁰ No cenário da América Latina esse período coincide com o fim dos regimes ditatoriais e centralizados no autoritarismo dos líderes estatais. Casos como o da Argentina, Brasil e Chile apresentam coincidências nesse processo histórico, observa-se, nesses regimes ditatoriais da época que as transições das estratégias políticas, após o fim dos regimes ditatoriais ocorreram através de reformas baseadas no discurso descentralizador.

e Takagi (2004) afirmam que o principal contraponto das estratégias centralizadas e descentralizadas é que, na primeira, os objetivos eram centrados no provimento de infraestrutura, enquanto a segunda, no fortalecimento da organização social.

Sob o manto da descentralização, o Estado que se tornava mínimo para a defesa do nacional no Brasil realizou, durante a década de 1980, reformas políticas importantes, particularmente a retomada das eleições diretas e as deliberações da Constituição Federal de 1988. Democratização e a descentralização propostas pela Constituição de 1988 legitimam a alteração das bases de autoridade dos governos. Nesse contexto, a descentralização foi compreendida como distribuição das funções administrativas entre os níveis de governo (LISBOA, 2007, p.147).

Com a Constituição de 1988 houve uma mudança nas estratégias de atuação do Estado, sem que o mesmo perdesse a sua funcionalidade burguesa. O que se pode observar é uma redistribuição administrativa para as unidades subnacionais (estados e municípios). Assim os mesmos, junto com os movimentos sociais organizados, passaram a ter maiores responsabilidades para intervirem na promoção do desenvolvimento local, ou seja, os municípios passaram a assumir a responsabilidade pelas decisões e realização dessas políticas. No entanto, por trás dessa aparência participativa valorizada dos indivíduos locais na gestão das políticas públicas, há uma estrutura de manutenção do modo de produção capitalista baseado na exploração do trabalho como processo necessário para a acumulação da riqueza. Com isso, o capital desenvolve em meio a essa estratégia de descentralização política, novas formas de explorar a mão de obra, através do imperialismo financeiro e os mecanismos do mercado internacional.

Conjugada a essas diretrizes gerais da economia iniciou-se a difusão de um novo modelo de desenvolvimento, que, em sintonia com as mudanças propostas pelas instituições financeiras, valorizasse as “potencialidades” do local: o desenvolvimento local. Para tanto, as referidas instituições financeiras se encarregaram de criar um vocabulário que atribuísse um caráter peculiar ao desenvolvimento local, a saber: identidade comunitária, empoderamento do local, articulação entre os atores e diversificação das atividades produtivas (LIMA, 2012, p.64).

Tudo isso opera em função da institucionalização do desenvolvimento a partir da escala local, que valoriza o segmento municipal em articulação com a promoção da identidade cultural como estratégia para alavancar o desenvolvimento humano.

O desenvolvimento local cumpriria este papel de atribuição qualitativa incorporada à ideia de desenvolvimento no sentido de satisfazer os requisitos de bem-estar e qualidade de vida. Revestido de uma dimensão social, o desenvolvimento local é exposto como espaço de democratização das políticas públicas porque nele há possibilidade das disputas e interesses

diversos serem tratados por aqueles que vivenciam os problemas. Parte-se do pressuposto de que as comunidades, os locais, os municípios ou mesmo, bairros da cidade discutem suas dificuldades, seus problemas e sugerem as soluções que os representantes do poder político devem operacionalizar. Desse modo, se constitui em uma estratégia de gestão ascendente, na qual as decisões tomadas na base serão os guias para a formulação das políticas públicas (SANTOS, A, 2008, p.204).

Nesse sentido, o discurso do desenvolvimento local embasa a lógica de promulgação dos planos de desenvolvimento propostos pelo Estado, proporcionando assim a aglutinação dessas estratégias em uma nova concepção de ordenamento do Estado através do território. Tamanha transição de propostas emergiu a partir da continuidade do discurso que oferece melhor capacidade de implementar políticas públicas eficientes. No entanto, as reformas que objetivam a descentralização por meio do desenvolvimento local não poderão contribuir para a real prática da democratização e da justiça social porque se orientam no intuito de satisfazer as necessidades colocadas pela reestruturação do modo de produção capitalista que age em meio a isso, sob os ditames neoliberais do capital em sua totalidade. Isso fica evidente a partir dos próprios programas e documentos das agências mundiais que compõem o mercado financeiro mundial.

Fortalecendo essa posição, agências multilaterais (BM, BID, FIDA, IICA, FAO e CEPAL, dentre outras) aprovaram, nos últimos anos, estratégias de desenvolvimento que adotassem o enfoque territorial. Documento do Banco Mundial, por exemplo, dirigido especificamente à América Latina, recomendava a criação de novas institucionalidades (arranjos socioprodutivos locais) para o meio rural como forma de alcançar a boa governança (ORTEGA, 2008, p.36).

Contudo, o que esse modelo defende é a condição de ampliação da participação social nos processos de tomada de decisões, em espaços que antes era de deliberação do Estado. No entanto, essa condição caracteriza uma contradição elementar das políticas territoriais, na maneira em que é estabelecida a ideologização de que a superação das mazelas sociais enfrentadas pela classe trabalhadora se limite ao ato de inserir a sociedade civil organizada nos espaços de deliberação das políticas públicas. Nesse sentido, a valorização da escala local/territorial de planejamento para o Estado funcionaria como mais uma estratégia de acumulação do capital e não como o fortalecimento das experiências locais de organização em torno da busca por interesses comuns. Nossa inquietação é ampliada à medida que analisamos literaturas como a seguinte:

Na base desse desenvolvimento territorial está a identificação ou criação de uma cultura cooperativa na comunidade e, tal cultura, centra-se na crença em uma cultura cooperativa de desenvolvimento alicerçada em capacidades e recursos existentes em nível local, no aproveitamento de recursos humanos, na mobilização de atitudes e valores, com o objetivo de estabelecer uma trajetória de desenvolvimento virtuosa. Essa visão da capacidade organizativa da sociedade é fundamental para seu processo de desenvolvimento e levou, assim a dar lugar a uma concepção de que o resultado das políticas públicas depende, em grande parte, das comunidades nas quais elas estão sendo implementadas (ORTEGA, 2008, p.44).

Em seguimento da análise do autor, a participação social nos espaços deliberativos deve ocorrer sob a orientação da cooperação entre os agentes sociais, sendo essa inclusive uma das estratégias para o desenvolvimento territorial. Todavia, na base desse desenvolvimento endógeno, está a identificação ou criação da difícil tarefa de organizar uma cultura cooperativa na comunidade, baseada na confiança entre os indivíduos (ORTEGA, 2008, p.44).

No entanto, cabe ressaltar que essa condição de participação social é um elemento condicionante para o desencadeamento de condições que limitam as necessidades da classe trabalhadora aos limites instituídos pelo Estado burguês.

No caso brasileiro, especialmente, as novas formas de gestão do trabalho na produção, ao capturar a subjetividade operária como elemento central da lógica do capital, debilita o ideário fundado nas estratégias de classe (ainda que de cariz corporativo), fomentando posturas sindicais neocorporativas e propositivas, prevalecendo os interesses por empresas, por setores, e também fragiliza consideravelmente a capacidade de negociação e organização dos sindicatos. Podemos dizer que o capital não somente está roubando a subjetividade operária (ou o saber operário), mas também sua alma, sua capacidade de indignação (THOMÁZ JUNIOR, 2002, p.5).

Segundo Martins (1986), a transformação de movimentos políticos e de partidos inseridos na luta camponesa, por exemplo, produz um espaço que começa a ser preenchido pelo Estado, ou seja, uma estrutura burguesa passa a conduzir pautas de luta dos trabalhadores. Assim, as políticas públicas implantadas, assumem cada vez mais um caráter de articulação com a economia capitalista de mercado, oferecendo aos camponeses, condições de produção que visam apenas à ampliação da acumulação do capital através do Estado.

Esse se torna o agente da representação política dos interesses do campesinato, enfraquecendo a libertação do homem do campo, levando a sua dependência dos agentes estatais, em detrimento da sua afirmação enquanto sujeito político. Medidas políticas de caráter estratégico, organizadas e deliberadas para absorver a tensão nas áreas de conflito, destinaram-se a conter as crescentes pressões do campesinato na resistência contra o latifúndio e contra o avanço do capital no campo (RODRIGUES, 2012, p.88).

É com base nessas premissas que após a consolidação dos ideais neoliberais, o Estado passa a promover ações que instauram no âmbito social uma falsa conciliação entre as classes. No cenário agrário brasileiro o avanço do capital internacional através do neoliberalismo é ainda mais perverso no que se refere a busca constante do capital em inserir as resistentes relações de produção camponesas em um mercado de produção agrícola que objetiva a acumulação maximizada do capital.

O Estado apelou para instituição de reformas agrárias de mercado e políticas de crédito rural e optou como estratégia a sedução dos líderes dos movimentos, tática urdida na manipulação das lutas e conquistas dos movimentos sociais pela emancipação, afirmação, inclusão e direitos, gestando um pacote de políticas que agem para o seu oposto: por meio da domesticação política que esvazia o conteúdo político de suas lutas e que afiançam a desmobilização dos movimentos atenuando processos de tensionamentos ao sistema do capital (RODRIGUES, 2012, p.93).

Avançando nessa linha de pensamento, percebe-se que todo esse processo está relacionado às ações de uma economia cada vez mais integrada em escala global. Portanto, mediante discurso de expansão do desenvolvimento rural, presente nas propagandas midiáticas e programas governamentais do Brasil, há por trás interesses da economia globalizante em sua totalidade. O discurso midiático é necessário como estratégia de defesa do agronegócio para a sociedade, o qual demonstra a sua importância de garantidor da altíssima produção e de adequação da mesma para aumento produtivo e conservação do meio ambiente (CONCEIÇÃO, 2013, p. 84).

Além disso, a consolidação do discurso de desenvolvimento territorial, baseado nas ações de cooperação dos indivíduos, reflete justamente estratégias que beneficiam a classe burguesa, tendo em vista que o plano de universalidade entre os indivíduos, sem a devida atenção sobre a estrutura de classe em que os mesmos estão inseridos, nega a existência da sociedade classista. Reproduz, desse modo, as condições de exploração que mantêm o modo de produção capitalista em sua hegemonia, além de neutralizar pautas revolucionárias dos trabalhadores e ainda substituí-las por ações que reforçam uma falsa ideologização de conciliação entre as classes, atendendo assim aos interesses burgueses de manutenção da sociedade de classes.

A perspectiva de negação da estrutura conflituosa na sociedade capitalista é algo que nega a própria história e o movimento dialético entre as classes, sendo isso muito presente nos programas e projetos governamentais coordenados pela política neoliberal. Dentre os quais se destaca o nosso objeto central de pesquisa que é a análise do programa de desenvolvimento territorial, em um Território de Identidade do estado da Bahia, sendo que desde a sua

institucionalização pode-se observar uma ampliação das cadeias produtivas locais e uma inserção cada vez maior dos produtores rurais em segmentos do mercado financeiro

Os conflitos e as crises sociais são espaços articulados, dependentes de interesses concretos de classes e de grupos sociais cujos projetos são antagônicos e complementares. A crise e os conflitos se transformam em uma contradição dialética e lógica (ROSENMANN, 2005, p.145).

Todavia, ao analisarmos os programas de desenvolvimento territorial, bem como o crescimento produtivo que o mesmo permite, como estratégia de combate à pobreza e exclusão social é de se questionar esses objetivos, tendo em vista que a saída proposta é justamente a ampliação das relações produtivas no campo em uma organização territorial.

Há uma dispersão no pensamento crítico latino-americano nos anos 80, que se intensifica nos anos 90. A visão organicista e funcional sobre o caráter dos conflitos e das crises sociais é assumida como referência válida. Novamente ordem e progresso. Governabilidade e paz social. O convite à manutenção das reformas neoliberais do Estado, os processos de privatização, bem como os programas sobre pactos de exclusão fundamentados no mito do progresso fazem-nos pensar na reedificação do poder. Uma reedificação totalitária e neo-oligárquica, na qual propor um projeto alternativo pode ser considerado subversivo e desarticulador do corpo social (ROSENMANN, 2005, p.154).

O capital reafirma a sua condição de produtor territorial, à medida que imprime práticas espaciais e reproduz sua territorialidade. A partir da relação de acumulação/produção, o capital conforma uma política econômica de dominação local, com inovações tecnológicas e redes de empreendedorismo vinculadas ao desenvolvimento endógeno que visa à valorização das ações territorial, mas que se estruturam numa dependência da dinâmica totalizadora do capital. Com isso o capital mantém as relações produtivas nos territórios e ampliando a competição entre os mesmos, o que expressa um fundamento de relação de produção neoliberal.

Contudo, os territórios não se tornam imunes às contradições do modo de produção capitalista. São espacializadas a reprodução do capital, bem como as suas contradições, ou seja, a promoção de arranjos produtivos que consideram os recursos territoriais/locais de cada lugar aponta para uma lógica nítida de desenvolvimento das forças do capital em pequenas escalas objetivando a competitividade internacionalizada. (MARQUES, 2013, p.126).

2.2 O (DES)VENDAR DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS

No resgate histórico das políticas territoriais situamos o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003)¹¹ como destaque. Naquele período, para conter a intensa crise agrária que o país atravessava, uma estratégia importante para o desenvolvimento das políticas territoriais foi instaurada, através da criação do gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, em 1996, que retirou o tema da alçada do Ministério da Agricultura e criou um planejamento para com a produção agrícola no Brasil dentro dos segmentos do Estado. Em consequência, posteriormente, no ano de 1999, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Os planejamentos desenvolvidos através do MDA passaram a promover ações de incentivo à produção agrícola e consolidação da agricultura familiar as cadeias produtivas que o país apresenta. Partindo do pressuposto de análise que a dimensão territorial valorizada a partir deste período foi o território, pode-se afirmar que as relações de produção instituída pelo Estado integram uma rede de agricultura familiar que passa a inserir cada vez mais as condições de vida camponesas em estruturas determinadas pelos ditames da agricultura de mercado.

No intuito de ampliar as ações do MDA para todo o meio rural nacional em uma integração consistente, o governo federal, ainda no mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio da sua equipe de governo instituiu o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

O PRONAF foi instituído em 1995, em substituição a um outro programa federal conhecido como Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), sendo este criado anos antes, no governo de Itamar Franco em 1994, visando a oferta de créditos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES). E essa mudança vai ocorrer justamente no incentivo às linhas de crédito para os trabalhadores rurais.

Nos planos de desenvolvimento do PRONAF há um entendimento de que o país apresentava a partir daquele período um “novo rural”, onde o rural não poderia mais ser visto apenas como um lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra.

Para Santos, J. (2009), o PRONAF foi criado com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento rural brasileiro. O objetivo central do programa era potencializar as

¹¹ Presidente da República Federativa do Brasil entre os anos de 1995 – 2003.

condições para o aumento da capacidade produtiva, permitir a geração de empregos no campo e da melhoria das condições de vida das famílias e dos agricultores familiares.

Em 1996, o PRONAF deixou de ser apenas uma linha de crédito e adquiriu status de programa governamental, passando, naquele ano, a integrar o Orçamento Geral da União com recursos módicos de R\$ 10 milhões, os quais seriam aplicados em infraestrutura rural nos municípios e em capacitação dos produtores rurais familiares (SILVA, E, 2006, p.01).

Dito isso, o PRONAF baseia-se num pressuposto de que o camponês é uma figura central na transformação para o novo rural brasileiro. Nesse quesito não é por acaso que o camponês se torna, um novo protagonista das políticas públicas, sendo explorado em uma construção de acordo com o discurso institucional no qual “um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil” é estabelecido (PRONAF, 1996, p.14).

O surgimento do PRONAF vincula-se a uma série de estratégias de reprodução do capitalismo, sobretudo com a injeção de crédito para, o que contribuiria para ter sua renda fundiária expropriada pela lógica de acumulação do capital financeiro. Dessa forma, o capital desenvolve-se no campo brasileiro ampliando a exploração do trabalho e da terra, subordinando inclusive as relações camponesas.

A experiência do PRONAF, infraestrutura e serviço, cuja proposta foi gestada para garantir não só a superação das dificuldades econômicas e sociais dos produtores familiares, mas fundamentalmente, de alçar esse segmento a uma posição estratégica a fim de dinamizá-lo para alcançar o desenvolvimento (ORTEGA, 2008, p.123).

No entanto, cabe avaliar quais experiências se fortaleceram no âmbito da agricultura familiar após a institucionalização do PRONAF, em um cenário de organização marginalizado e precarizado das relações existentes no espaço agrário nacional, em função da hegemonia mundial de modernização conservadora, proposta pelo capital desde a época da Revolução Verde.¹²

É nesse contexto que vai se dar a formulação de uma política ampla e com objetivos múltiplos que tem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF- a materialização das estratégias estabelecidas pelo MDA. O programa foi concebido para ser implementado a longo prazo, alcançando todos os espaços rurais do Brasil, especialmente aqueles cujos apresentam características de estagnação econômica, problemas sociais e riscos ambientais, com significativa presença de agricultores familiares (SANTOS, M, M, 2008, p.144).

¹² Processo de intensa mecanização no campo, em função da maior produtividade agrícola. Nos países periféricos do sistema capitalista esse processo foi intensificado após a década de 1970 com o objetivo de ampliar a produção para o mercado exportador.

A relação do PRONAF (1996) com o desenvolvimento das políticas territoriais é intrínseca, sendo que, é através do próprio programa que ocorre a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDR- para que os municípios pudessem alcançar os recursos que o programa disponibilizava, tornando-se assim uma condição de constituição formal de um planejamento público destinado aos agricultores. Assim é através dos CMDR, na condição de entidades gestoras de base do PRONAF que se esperava constituir um espaço institucional cujas atribuições não se restringiam a uma arena de atuação política de segmentos da sociedade civil, mas também a de ser uma estrutura com autonomia para legitimar a condução das iniciativas locais (SCHNEIDER, et al, 2004).

Entretanto a realidade dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) distancia-se do preconizado. Os programas participativos valorizam intensamente o saber objetivo, as normas e as regras, enquanto que a palavra daqueles para quem a política é concebida, é em geral, menosprezada. Quem define as bases de exclusão e de inclusão no campo político são o saber técnico-científico, a especialização, o conhecimento das normas e a capacidade para elaborar diagnósticos e prescrições. Acrescenta-se ainda, o acesso de representantes do poder público e de órgãos de extensão rural a informações inacessíveis aos demais membros do conselho (SANTOS, M, M, 2008, p.247).

A autora reforça ainda:

Em linhas gerais, nesse período, foram implementadas estratégias e ações “sugeridas” pelo Banco Mundial com base nas concepções de resgate do capital social, território e descentralização. Esse organismo, assim como a FAO, propunha, através de projetos de cooperação técnica, a realização de diagnósticos regionais que deveriam resultar na elaboração de Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável na perspectiva de uma reorganização do Território (SANTOS, M, M, 2008, p247).

Em linhas gerais, esse modelo baseia-se na promoção do potencial competitivo da produção local e nos critérios culturais em vínculo com o receituário neoliberal de política macroeconômica, fundada em demandas que restringem o atendimento das necessidades do povo e que ao mesmo tempo alinha todos os setores do país a um modelo de desenvolvimento gestado nos ditames do sistema financeiro supranacional (LISBOA, 2007). O objetivo traçado pela linha de atuação política desses programas seria o combate eficaz da pobreza rural, através da promoção da produção agrícola familiar empresarial, em articulação com o mercado, contando que com isso o próprio mercado pudesse contemplar a resolução da situação da pobreza no contexto rural nacional. Portanto, percebe-se com essa análise prévia

que o intuito do Estado era ampliar a participação dos agricultores nas dinâmicas de produção do mercado mundial.

Após as eleições presidenciais de 2002, o cenário da política territorial no Brasil sofreu algumas alterações, mas nada que rompesse com os planos estruturais do governo anterior. O que se pode perceber é que com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva¹³, conhecido popularmente como “Lula” há uma elaboração dos planos de desenvolvimento das políticas públicas territoriais que não se distancia completamente do seu anterior (Fernando Henrique Cardoso), mas que na verdade é ampliado em todo o país pensando em promover uma efetiva política de desenvolvimento territorial, explorando assim as capacidades produtivas de cada território instituído.

Destarte

No início do governo Lula foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, como proposta de reorientação estratégica da política de desenvolvimento rural brasileira, e que, em linhas gerais, converge na implementação de ações definidas no 1º Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável (1º PNDRS), idealizado em 2002 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. O enfoque territorial é o eixo central dessa reorientação promovida pela SDT (ORTEGA, 2008, p.160).

Portanto, a SDT surgiu dentro de um pressuposto de defesa das políticas públicas, voltadas para a promoção do desenvolvimento endógeno, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, planejamento e governança das populações locais. Consolidando assim um discurso de orientação das políticas públicas segundo as demandas expressas pelas comunidades, reconhecendo as especificidades de cada local (SDT, 2003).

O desenvolvimento territorial, como defendido pela SDT, constrói-se tendo como eixo central em sua consolidação o processo de gestão social. A gestão social do território pressupõe a capacidade de negociação, poder de regulação e ações articuladas do Estado (DIAS, 2016, p.27).

Na perspectiva governamental, as ações voltadas para a agricultura familiar que vinham sendo discutidas dentro do então CONDRS (Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável), que compreende o atual CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável) passa a ser secretariado da SDT. Assim é por meio da SDT que a implantação do PNDSTR (Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais) se desenvolve e é ampliada pelo país, consolidando a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial.

¹³ Presidente da República Federativa do Brasil entre os anos de 2003-2010.

A concepção de política e gestão territorial que fundamenta o PNDSTR (Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais) encontra-se centrada na construção de uma nova institucionalidade que recebe o nome de território, apoiando-se na ideia de promoção do desenvolvimento territorial, no estabelecimento do espaço rural como foco de atuação e da gestão social, como princípio que pretende garantir o envolvimento da sociedade civil no processo de construção política. Nesta perspectiva suas diretrizes pressupõem: a) a criação de colegiados territoriais, compreendidos como espaços públicos ou arenas decisórias que se configuram como uma nova governança territorial; b) a criação de mecanismos de participação e construção do protagonismo da sociedade civil a fim de fortalecer os processos de descentralização política e estímulo à autogestão dos territórios; c) a construção e o fortalecimento de redes de articulação de atores, instituições e programas para condução do processo de gestão das políticas territoriais (SANTOS, SILVA, COELHO NETO, 2011, p 24).

Sobre o território como a base da política de desenvolvimento territorial,

A ideia é que o território, mais que uma simples base física para as relações entre os indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 1998, p16)

Segundo Ortega (2008), um primeiro ponto a demarcar é que as mencionadas políticas públicas inovadoras devem contemplar as regiões de modo mais abrangente, incorporando amplos segmentos populacionais nas estratégias de desenvolvimento territorial.

Essa nova forma de organização da produção seria, portanto, resultado de uma série de fatores, dentre os quais devem ser destacados: a descentralização de funções que possibilitaram a produção de subempreiteiras de pequeno e médio porte para as grandes empresas; proliferação de novas funções que propiciaram a pesquisa e o desenvolvimento das empresas de menor porte; valorização dos recursos locais; desenvolvimento de empresas em zonas de declínio industrial; oficinas de superexploração do trabalho e adoção da atividade em domicílio. Tudo isso facilitaria o surgimento de distritos industriais organizados com base em redes de pequenas e médias empresas (ORTEGA, 2008, p.55).

Na perspectiva de defesa da promoção e ampliação da política de desenvolvimento territorial, a SDT realiza uma análise de problemáticas do atual cenário de ordenamento territórios no país. A SDT apoia-se na concepção de que; a) o espaço rural não se resume as atividades agrícolas; b) o recorte municipal é muito restrito para o planejamento e articulação de esforços visando a promoção do desenvolvimento, e o recorte estadual é excessivamente

amplo; c) necessidade de descentralização das políticas públicas; d) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições, capaz de estabelecer iniciativas voltadas para o desenvolvimento (BRASIL/MDA/SDT, 2005). Portanto, é justamente nessa defesa da SDT que a concepção territorial é institucionalizada por completa pelo Estado.

Nos moldes institucionais da política territorial a concepção sobre o território é entendido da seguinte maneira:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL/MDA/SDT, 2005).

Baseada nesses princípios, a SDT passa a mapear e identificar os possíveis Territórios Rurais distribuídos em toda extensão do território nacional. Nesse cenário, o Estado visa garantir o atendimento das necessidades básicas da população para que a mesma promova ações territoriais que possam ampliar as oportunidades de geração de renda de forma descentralizada e sustentável, articuladas às redes de apoio e cooperação solidária (BRASIL/MDA/SDT, 2012).

No entanto, mediante a concepção de Estado discutida na presente dissertação, pode-se compreender que a promoção do desenvolvimento territorial em torno dos conceitos de governança, desenvolvimento endógeno e capital social, configura um “perigoso” ambiente de consenso ideológico entre os trabalhadores, em favor da ordem burguesa. Dito perigoso, no sentido de promover a ideologização de melhora na condição de vida dos trabalhadores, sem a superação da exploração do trabalho e ainda por afirmar a necessidade da importância de participação da sociedade civil nos espaços burocráticos do Estado burguês.

As novas políticas públicas surgidas no processo de descentralização do Estado neoliberal se afirmam na verdade como continuidade do velho modelo de gestão que tem como foco não os interesses reais da população historicamente marginalizada, mas o desenvolvimento dos diversos setores do capital (MARQUES, 2013, p.132).

Dessa forma, a nova gestão dos recursos públicos se estrutura nos planos do desenvolvimento territorial, e dos seus interesses econômicos em tornar os sistemas locais mais competitivos e eficientes. A tese de um suposto desenvolvimento endógeno desconsidera

a mundialização do capital e a internacionalização do capitalismo, supondo existir brechas para burlá-lo (LIMA, 2012, p.159).

A apropriação do território pelo capital visa o aproveitamento máximo dos potenciais produtivos de determinadas localidades, ampliando assim a estratégia do pleno desenvolvimento, via a participação de atores privados empresariais, sociedade civil e gestores públicos. Logo, o espaço territorial, dado o seu potencial, é concebido como agente no processo de adequação das condições pretendidas pela lógica de desenvolvimento que se institui. (LISBOA, 2007, p.158). Nessa perspectiva todas essas dimensões se associam aos princípios de participação, descentralização, democracia e transparência (OLIVEIRA, et al, 2010).

No entanto, é necessário manter a perspectiva de embate entre as relações de poder que configuram um território e o pensamento norteador de identidade em que se fundamenta a SDT. Nesse sentido, o território é também um produto desse processo de (re)produção, refletindo assim ações relacionadas a percepção de que nele as contradições são percebidas, sentidas e contestadas (SANTOS, M,M, p.30).

2.3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO ESTADO DA BAHIA.

Através das novas formas de atribuir função às localidades, o desenvolvimento territorial é colocado como uma resposta endógena às consequências da crise econômica, e ao mesmo tempo, como reflexo da descentralização econômica, política e social. (LISBOA, 2007, p. 153).

Os defensores deste tipo de desenvolvimento apontam que a crise do modelo fordista/taylorista de produção, o advento de novas tecnologias – proporcionando uma reestruturação produtiva – delinearam um novo padrão de acumulação capitalista, que tem na descentralização das decisões e inovações na gestão organizacional a chave imprescindível para o sucesso. Nesse sentido, a dimensão local adquire uma enorme magnitude (LIMA, 2012, p.146).

Nesse período histórico emerge-se uma configuração de “poder plural” guiado pela própria sociedade civil e movimentos sociais urbanos e rurais. O Estado não poderia mais desconhecer esta realidade e o mesmo deveria intervir na organização desta complexidade. “Enfim a perspectiva é que se adote um planejamento compartilhado entre o Estado e a sociedade, por meio da construção de pactos e compromissos enunciados em políticas públicas nacionais cuja finalidade última seja promover a transformação social”

(STEINBERGER, 2006, p.30).

No intuito de ampliar o desenvolvimento das políticas territoriais, cria-se também a já citada neste texto: SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial), regularizada por meio do Decreto nº 5.033, em 5 de abril de 2004, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cuja finalidade principal é desenvolver ações que visem a promoção do desenvolvimento de Territórios Rurais no Brasil (BRASIL/MDA/SDT, 2005).

A SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial) identificou 164 Territórios Rurais distribuídos em toda extensão do território nacional, em um universo de 2.500 municípios. O Estado assume o papel de garantidor do atendimento das necessidades básicas da população, para que possam acelerar processos locais e sub-regionais responsáveis por ampliar as oportunidades de geração de renda e de forma descentralizada e sustentável, articuladas às redes de apoio e cooperação solidária (BRASIL/MDA/SDT, 2012).

A “nova” gestão dos recursos públicos se estrutura nos planos do desenvolvimento territorial do capital e seus interesses econômicos em tornar os sistemas locais mais competitivos e eficientes.

Desse período em diante o que se pode observar é uma consolidação da política territorial por todo o país. No que se refere ao Estado da Bahia, desde as primeiras classificações do governo federal, já foi possível classificar algumas unidades territoriais. Entretanto a grande ampliação das políticas territoriais ocorre após as eleições governamentais de 2006, quando o então candidato Jaques Wagner¹⁴ do Partido dos Trabalhadores- PT foi eleito, e com isso o estado da Bahia alinha a sua perspectiva de planejamento aos princípios e programas da política nacional dos Territórios Rurais Sustentáveis.

Atualmente, a política territorial no estado da Bahia abrange todos os 417 municípios presentes no estado. Todos estão inseridos em um dos 27 Territórios de Identidade, institucionalizados pela política de desenvolvimento territorial. As primeiras classificações territoriais identificadas no estado da Bahia surgiram no início do século XXI, a partir dos Territórios da Cidadania, oriunda de uma análise do Governo Federal sobre possíveis agrupamentos de municípios com potenciais condições de desenvolvimento dos programas territoriais, dando origem ao PTC (Programa dos Territórios de Cidadania) tendo o aporte na matriz do Estado neoliberal, em franca expansão no território brasileiro.

¹⁴ Governador do Estado da Bahia entre dos anos de 2007-2014 e Ministro Chefe da Casa Civil durante os anos de 2015-2016.

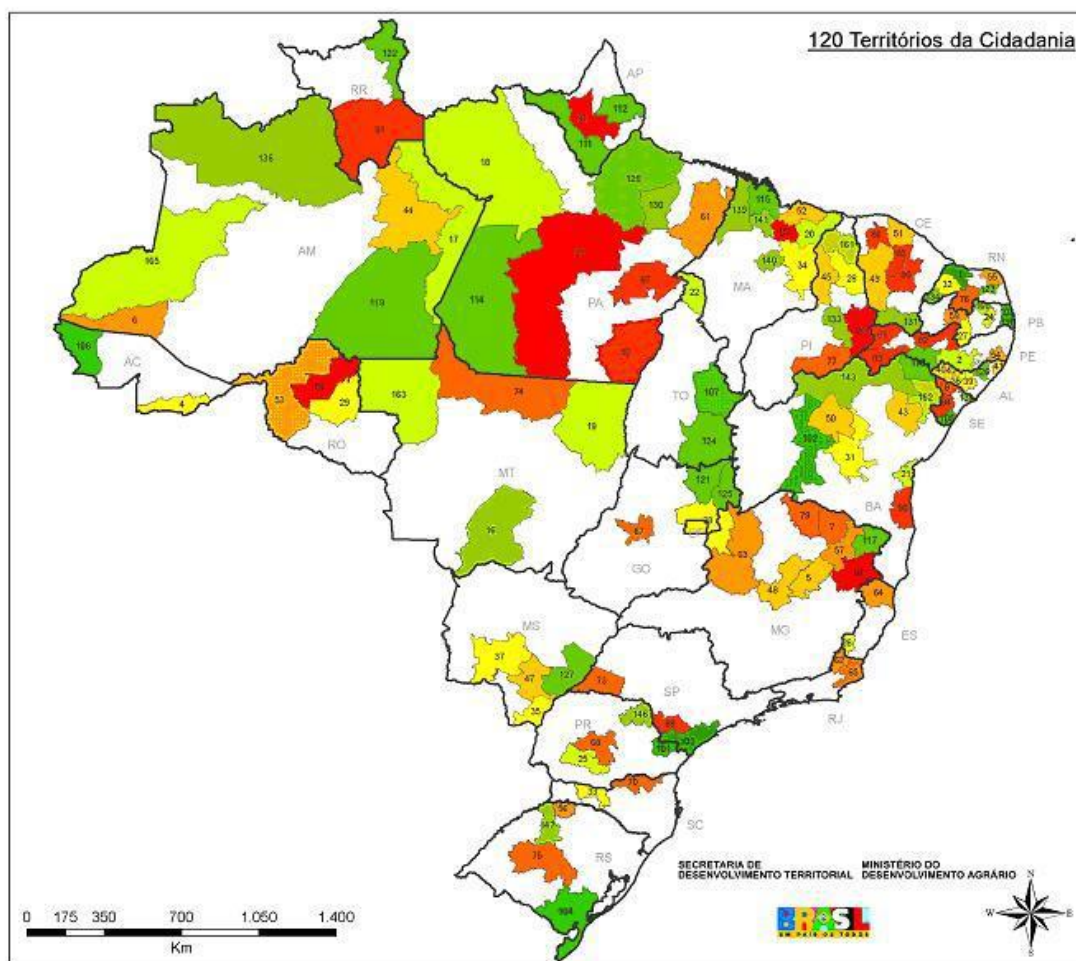
[...] Os Territórios da Cidadania têm como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia (BRASIL, 2009, p.3).

As políticas territoriais planejadas pelo MDA associam-se a uma perspectiva metodológica advinda da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), instituídas nos anos de 1990 (MARQUES, 2012). Essas análises visavam à elaboração de políticas voltadas para extensões rurais.

O programa dos territórios rurais se constitui então dentro de um contexto em que a dimensão territorial, na tentativa de superação da dimensão setorial, se colocava cada vez mais como homogênea na formação das políticas públicas em nível federal. Em 2003, quando sua formação, surgiu como uma forma de articular, promover e apoiar as diversas iniciativas advindas da sociedade civil organizada e do Estado, sempre tendo como cerne o chamado desenvolvimento rural sustentável. Vale ressaltar que cada vez mais este discurso foi tomando eco em alguns setores de esquerda (principalmente aqueles que atuam com o debate sobre reforma agrária) que se relacionam com o governo federal, deixando progressivamente o debate sobre reforma agrária e concentração fundiária para segundo plano. (MARQUES, 2012, p.134).

A SDT desenvolve a primeira territorialização dos Territórios da Cidadania, em escala federal, (Mapa 2). Cabe ressaltar que já nessa classificação do governo federal, o atual Território de Identidade do Sisal, objeto empírico da presente dissertação, se encontra dentre os Territórios da Cidadania e se insere nos planos iniciais de programas como o PRONAF. Essa classificação dos territórios dos municípios que compõem o atual Território do Sisal ocorreu em função da cadeia produtiva do sisal que é desenvolvida na área há décadas. Essa característica representa para a política territorial um elemento de identidade das populações inseridas na produção da fibra do sisal e significa que a cadeia produtiva do sisal é um importante agente condicionante da (re)produção espacial dessas extensões do semiárido nordestino.

Mapa 2: Territórios da Cidadania do Brasil em 2009.



Fonte: SDT/MDA, 2010/Base cartográfico IBGE, 2010.

Elaboração: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012.

Conforme apresentado na mapa 2, no período de diagnóstico da política territorial, o estado da Bahia apresentava nove Territórios da Cidadania (Quadro 1). Mediante os projetos de mecanização agrícola e maior produção de monoculturas no campo, a classificação inicial dos territórios apresenta em seu planejamento um foco maior de ações voltadas para o desenvolvimento das atividades rurais e os potenciais produtivos das comunidades identificadas. Os projetos e financiamentos firmados em parceria com organizações civis ou movimentos sociais objetivavam melhorar as relações produtivas no campo, bem como a efetivação das cadeias produtivas que pudessem consolidar a inserção das unidades camponesas no mercado de produção agrícola.

Quadro 1: Dados gerais dos Territórios da Cidadania na Bahia, 2012.

<u>Nome</u>	<u>Área</u> <u>(km²)</u>	<u>Número de</u> <u>Municípios</u>	<u>População</u> <u>total por</u> <u>território</u>	<u>População</u> <u>Rural %</u>	<u>Número total</u> <u>de</u> <u>Agricultores</u> <u>e familiares</u>	<u>Número</u> <u>total de</u> <u>Famílias</u> <u>assentadas</u>	<u>Número de</u> <u>Comunidades</u> <u>Tradicionais</u>	<u>IDH</u>
Itaparica	21.806,3	13	301.355	35,46	16.494	2.564	26	0,67
Semiárido Nordeste II	16.056,7	18	407.964	55,07	55.761	668	6	0,58
Do Sisal	21.256,5	20	582.331	57,21	58.238	2.482	3	0,60
Sertão do São Francisco	61.750,7	10	494.624	36,12	31.768	2.371	2	0,64
Irecê	27.490,8	20	403.070	38,55	41.011	1.532	26	0,61
Velho Chico	46.334,8	16	370.102	53,40	31.256	9.227	34	0,62
Chapada Diamantina	30.921,0	24	376.467	50,23	36.876	3.590	38	0,63
Baixo Sul	7.168,1	14	336.624	45,04	22.048	1.412	40	0,63
Litoral Sul	14.736,2	26	772.694	18,10	13.929	2.330	15	0,67

Fonte: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

Organização: Luis Eduardo Cunha Silva, 2017.

As disparidades econômicas nesses territórios são de intensa complexidade, a exemplo dos Territórios do São Francisco e Sisal, que apesar de apresentarem um grande universo populacional concentram maior parte da população nos centros urbanos e desenvolvem agricultura moderna, com uso de tecnologia no campo, relacionadas à fruticultura para a exportação no caso do São Francisco e no Território do Sisal voltado para a produção da fibra de sisal. Em ambos os exemplos, o foco produtivo é o mercado agroexportador, ou seja, condições de produção nesses dois casos ultrapassam o limite do território nacional, e incluem os pequenos produtores ou trabalhadores assalariados do campo em uma cadeia produtiva internacional de produção. É como afirma Lima (2012, p. 152).

Atribui-se, portanto, aos territórios a responsabilidade pelo desenvolvimento que se deve realizar. E o capital, ao se apropriar/dominar do/o lugar, o faz seduzido pelas particularidades presentes – abundância dos recursos naturais, mobilidade da força de trabalho na intensidade requerida para a máxima produção de valor, ambiente político estável, além de outras – mas cuja estratégia é redirecionar o processo produtivo local, de forma que se coadune com seus interesses.

Assim, por meio da política territorial propagandeia-se a necessidade de um rearranjo institucional que insira uma perspectiva democrática de gestão. Temas vinculados à descentralização e flexibilização são ainda mais explorados pelos setores governamentais, consolidando uma rede produtiva local, vinculada ao mercado mundial. O local enquanto território apresenta-se como portador do poder de integração e de deliberação da sociedade civil, cujo elemento fundante é a valorização das diferenças culturais. Tornando-se inclusive, fatores para a garantia do potencial do lugar.

Dentro dessa análise, percebe-se uma ressignificação da categoria de território, como centro privilegiado do desenvolvimento. A função destinada ao Estado se caracteriza na possibilidade de proporcionar um ambiente necessário às disputas entre os indivíduos. Sendo que o fracasso e o sucesso do desenvolvimento territorial são de responsabilidade dos “atores sociais” (LIMA, 2012, p.154).

Um aspecto condicionante para essa classificação inicial do Território do Sisal é a existência de atividades, relacionadas ao associativismo ou cooperativismo que foram de fundamental importância para institucionalização do Território através do Estado, segundo o Programa Nacional dos Territórios da Cidadania. A presença de cooperativas e associações representava a capacidade de organização que poderia contribuir para o desenvolvimento dos projetos. Além disso, na transição entre os Territórios Rurais para os Territórios da Cidadania, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais do MDA estabelecia critérios relacionados aos seguintes aspectos: maior concentração de agricultores familiares assentados da reforma agrária, possuir os menores Índices de Desenvolvimento

Humano - IDH, maior concentração de populações quilombolas e indígenas, maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família, maior número de municípios com baixo dinamismo econômico, maior organização social (BRASIL, Decreto de 22 fev.2008).

Portanto, a representação territorial no que se refere ao estado na Bahia, em destaque no Mapa 2 e no Quadro 1, representa nove territórios que na perspectiva do governo federal já apresentavam particularidades que os unificavam no âmbito territorial. Compreende-se nessa lógica de organização a categoria de território fundamentada nas referências do MDA, já discutidas no presente texto.

Observa-se ainda que para implantar um arranjo produtivo nesses territórios, articulados entre a dimensão local e as estratégias do governo estadual e federal, foi necessário institucionalizar os Comitês de Articulação Estaduais que visam intermediar a relação entre o Comitê Gestor Nacional e os Colegiados Territoriais. Cabe ressaltar que no âmbito das ações do Estado, esse comitê tem caráter consultivo e propositivo, tendo dentre suas atribuições apoiar a organização dos colegiados territoriais, fomentar a articulação e a integração das diversas políticas públicas no território, acompanhar o desenvolvimento do programa territorial e apresentar sugestões de novos Territórios e de ações (ORTEGA, 2008, p. 171). É justamente nesse sentido que os espaços de reuniões e organização das deliberações são planejados no âmbito territorial, apresentando uma composição diversificada, no que se refere aos aspectos de composição do comitê, ou seja, representantes de movimentos sociais, secretarias municipais, latifundiários e empresários locais compondo assim um colegiado territorial. No âmbito da política territorial, os colegiados são espaços de diálogos que visam o debate sobre interesses divergentes que se unificam, em torno da unidade territorial.

A política territorial na Bahia se alinha com o cenário nacional de transferência da responsabilidade da gestão social para os indivíduos envolvidos na comunidade, sob o manto do discurso da descentralização e promoção da participação social. O que se percebe através de determinadas retomadas histórias é que desde os primeiros anos de mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial apresentava ações mediadoras dos conflitos territoriais, por meio de projetos de infraestrutura e serviços, inaugurando a destinação de recursos públicos federais para a Bahia, sendo esses oriundos das demandas dos territórios identificados (DIAS, 2016, p. 37). Porém, a consolidação desse processo político consolida sua maior notoriedade após as eleições de 2006 com a reeleição

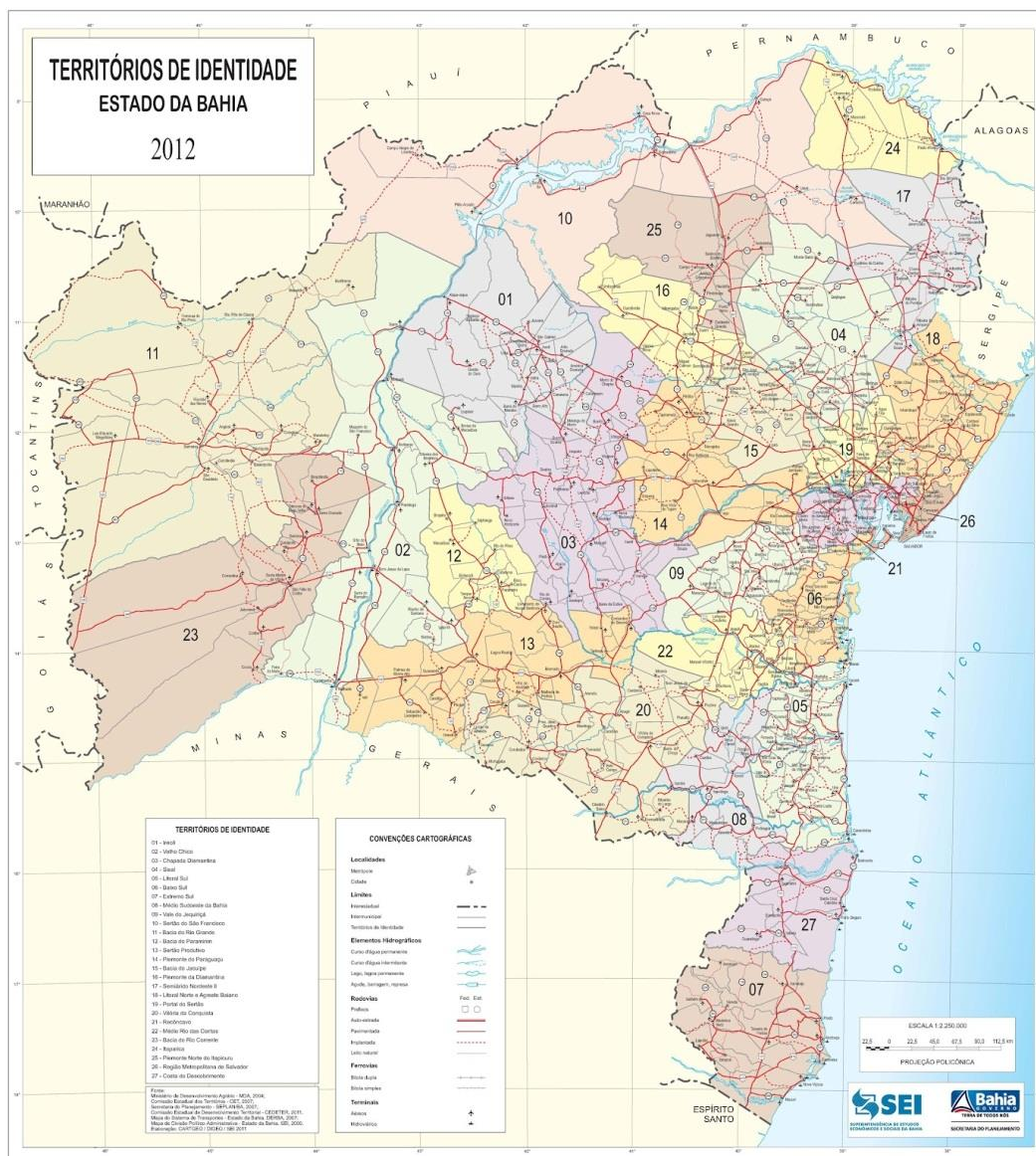
do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e a vitória considerada surpreendente¹⁵ do Governador Jaques Wagner (Partido dos Trabalhadores - PT) que interrompia um domínio político no governo do estado da Bahia do grupo vinculado ao político Antônio Carlos Magalhães (ACM), representados pelo Partido de Frente Liberal (PFL) que posteriormente alterou a sua legenda para Partido Democrata (DEM) .

Segundo um dos entrevistados durante a pesquisa de campo que participou e ainda participa das instâncias da gestão territorial, esse alinhamento político partidário possibilitou a real efetivação das políticas territoriais, tendo em vista que os governos anteriores ao de Jaques Wagner não demonstravam preocupação em ampliar os territórios rurais, mesmo diante de projetos executados desde a criação do MDA e do PRONAF. (Entrevistado 01, set de 2017).

Após as eleições de 2006 e consequente alinhamento político, entre governador eleito da Bahia Jaques Wagner com o presidente Lula (Ambos partidários do Partido dos Trabalhadores – PT), as políticas territoriais foram ampliadas no estado da Bahia, resultando na criação dos 26 “Territórios de Identidade”, tributários da definição matriz dos “Territórios Rurais”, elaborada pelo MDA/SDT. Posteriormente, a consolidação da política territorial, em 2011-2012, o Estado da Bahia sofreu mais uma alteração no montante dos Territórios de Identidade com a inclusão do Território de Identidade do Descobrimento, oriundo do desmembramento do Território de Identidade do Extremo Sul, alterando assim a quantidade de territórios para 27 em todo o estado (Mapa 3).

¹⁵ Durante toda a campanha eleitoral, a vitória do Partido dos Trabalhadores com o candidato a governador Jaques Wagner era tida como remota, entretanto nos períodos próximos à eleição, a coligação *A Bahia de todos nós*, da qual o candidato participava cresceu de forma surpreendente e derrotou seu principal concorrente Paulo Souto, aliado do grupo político de Antônio Carlos Magalhães.

Mapa 3: Atual configuração dos Territórios de Identidade da Bahia, 2012.



Fonte: SDT/MDA, 2011/Base cartográfica IBGE, 2015.

Elaboração: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI, 2012.

Além da institucionalização dos Territórios de Identidade, o início do governo de Jaques Wagner tem outro destaque na ampliação da constituição da Coordenação Estadual de Territórios (CET), responsável pela articulação entre as unidades territoriais, assim como representá-las junto aos Governos Federal e Estadual, no intuito de manter um diálogo ativo em torno da execução de políticas públicas de desenvolvimento territorial. A CET é consolidada na condição de instância política de representação dos Territórios Rurais para a Bahia, inclusive reconhecida pela SDT/MDA e apresentando em sua composição, representantes do governo federal e estadual, membros de movimentos sociais e representação das Organizações não-Governamentais.

Dentro desta composição foi anunciado neste período pela Secretaria de Planejamento, a opção do governo da Bahia pelos Territórios de Identidades, ao tempo que se deflagrava a elaboração do Plano Plurianual (PPA) no intuito de promoção da consulta social a ser feita nos Territórios (DIAS, 2016, p.58).

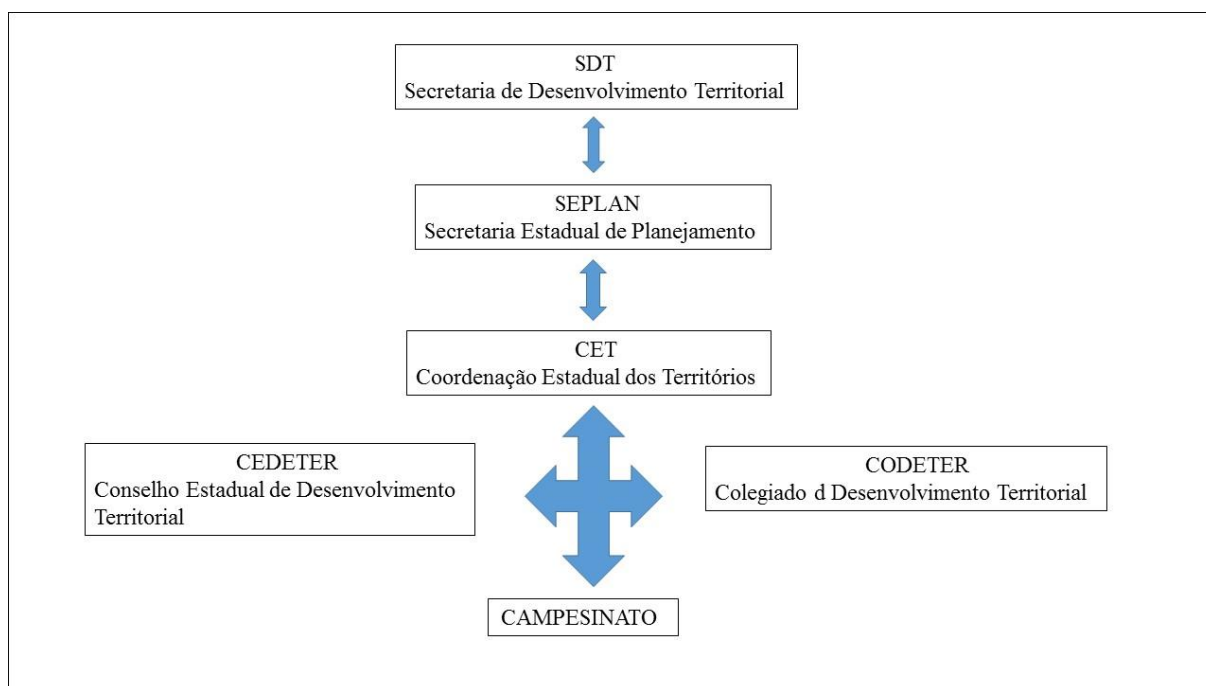
Esse processo foi institucionalizado por completo no ano de 2014, após o reconhecimento da organização do estado em territórios torna-se uma política de Estado. O Governo da Bahia reconheceu a organização territorial com a Lei N° 13.214/2014 ao instituir o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CODETERS). Reitera a fundamental importância da gestão social dos territórios, haja visto que torna mais acessível o diálogo entre a sociedade civil e o poder público. Na ótica do Estado, tal reconhecimento é fundamental para a luta dos movimentos sociais dos territórios, visto que favorece o diálogo entre sociedade civil e poder público. Na referida lei o território de identidade é visto como:

[...] a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, constituído por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos reconhecido pela população como o espaço historicamente construído a qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial conforme disposto no Plano Plurianual do Estado da Bahia (BAHIA, 2014).

De modo geral, a estrutura da política territorial da Bahia opera da seguinte maneira: A Secretaria de Planejamento (SEPLAN) atua enquanto uma unidade de resolução dos assuntos jurídicos e institucionais das políticas territoriais. Estas ações da SEPLAN que envolvem os Territórios de Identidade são de responsabilidade da Coordenação Estadual dos Territórios (CET), sendo inclusive vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Territorial do governo federal (SDT). As unidades territoriais são institucionalizadas na perspectiva do discurso da democracia participativa e representada pelos membros da sociedade civil organizada, comunidades locais e poder público municipal e estadual, sendo estas entidades que compõem os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER). O conjunto dos colegiados compõem o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CEDETER), entendido como o espaço e o exercício da política territorial e da mediação dos interesses dos poderes públicos, da sociedade civil e do setor econômico. (Figura 1). Trata-se, portanto, de uma governança territorial, que se inicia com a instituição dos territórios de identidade, passa pelo Plano Plurianual Participativo (PPAP), notadamente, do seu processo de escuta social; pelo Conselho de Acompanhamento do PPA (CAPP); pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial e por aqueles que se constituem como a base deste arcabouço

institucional os Colegiados de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Estes últimos são as representações políticas dos Territórios de Identidade, a expressão de sua organização enquanto território, a representação de sua diversidade. Todos juntos compõem os espaços institucionais da governança territorial.

Figura 1: Fluxograma estrutural da política territorial no estado da Bahia, ano 2017.



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI, 2014.

Elaboração: Luis Eduardo Cunha Silva, 2018.

No contexto do estado da Bahia, a política dos Territórios de Identidade, a concepção de identidade territorial dos indivíduos é o pilar da institucionalização política. A partir desse critério, as demais relações produtivas se consolidam, ou seja, em determinados casos como o do Território de Identidade do Sisal, a condição de produção econômica alinha-se com a produção histórica cultural do território, fato esse que nos causa preocupação ao entendermos que determinadas relações produtivas presentes na Bahia se tornaram uma referência para a estrutura estatal, bem como para a sua população, no entanto, algumas cadeias produtivas como a do Território de Identidade do Sisal inserem a mão de obra dos trabalhadores em uma condição de extrema precarização.

A apropriação do território pelo capital objetiva o aproveitamento máximo dos potenciais produtivos de determinadas localidades. O pleno desenvolvimento, portanto, se alcança com a exploração das atividades produtivas em escala local, envolvendo atores privados empresariais, a sociedade civil e gestores públicos. Logo, o espaço territorial, dado o

seu potencial é concebido como agente no processo de adequação das condições pretendidas pela lógica de desenvolvimento que se institui (LISBOA, 2007, p.158). Nessa perspectiva todas essas dimensões se associam aos princípios de participação, descentralização, democracia e transparência (OLIVEIRA, et al, 2010).

2.4 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SISAL

O Território de Identidade do Sisal reúne vinte municípios do estado da Bahia, sendo estes inseridos no semiárido baiano, em um polígono de estiagem prolongada e permanentes problemas sociais vinculados aos conflitos fundiários e precarização das condições de vida dos trabalhadores no campo. As condições de organização do trabalho no Território do Sisal não se distinguem muito dos demais cenários nordestinos de precariedade da vida humana. O cenário de miserabilidade social, associado aos períodos de estiagem serve até os dias atuais como justificativa para que o estado gerencie políticas de combate à seca que por décadas operam em função dos interesses burgueses, como um atrativo de recursos externos de cunho financeiro que acabam por contribuir para a manutenção das oligarquias agrárias no poder. Além disso, reproduz um ideário burguês de que toda a responsabilidade do cenário de pobreza no Nordeste brasileiro é causada exclusivamente pelas estiagens prolongadas.

Contudo, a análise sobre o cenário do Território de Identidade do Sisal (Mapa 4), reproduz diversos dos processos históricos da formação do sertão brasileiro. As condições adversas que a natureza impõe, é vinculada à retórica da classe dominante (devidamente representada no Estado) para afirmar que as dificuldades da população sertaneja provinham, exclusivamente, das condições climáticas naturais. O imaginário da seca nordestina como tragédia social e econômica faz da natureza um ente quase metafísico, idealizada e trabalhada nos discursos, como obstáculo ao progresso e à justiça social (SANTOS, M, M, p.127).

No entanto, o que presenciamos na atualidade é um território valorizado pelo poder público mediante seus resultados produtivos e desenvolvimento de programas e ações da política territorial. Como já foi discutido nesse texto, a política territorial no estado da Bahia tem uma amplitude totalizadora, abrangendo o universo de todos os municípios e tornando-se uma política de Estado no que tange a organização política administrativa.

Institucionalizado nos planos do MDA durante o ano de 2003, ainda como Territórios da Cidadania, o então Território do Sisal tem se consolidado como uma referência nacional para a política de desenvolvimento territorial.

Na perspectiva de avaliação do governo, esse território registra particularidades que

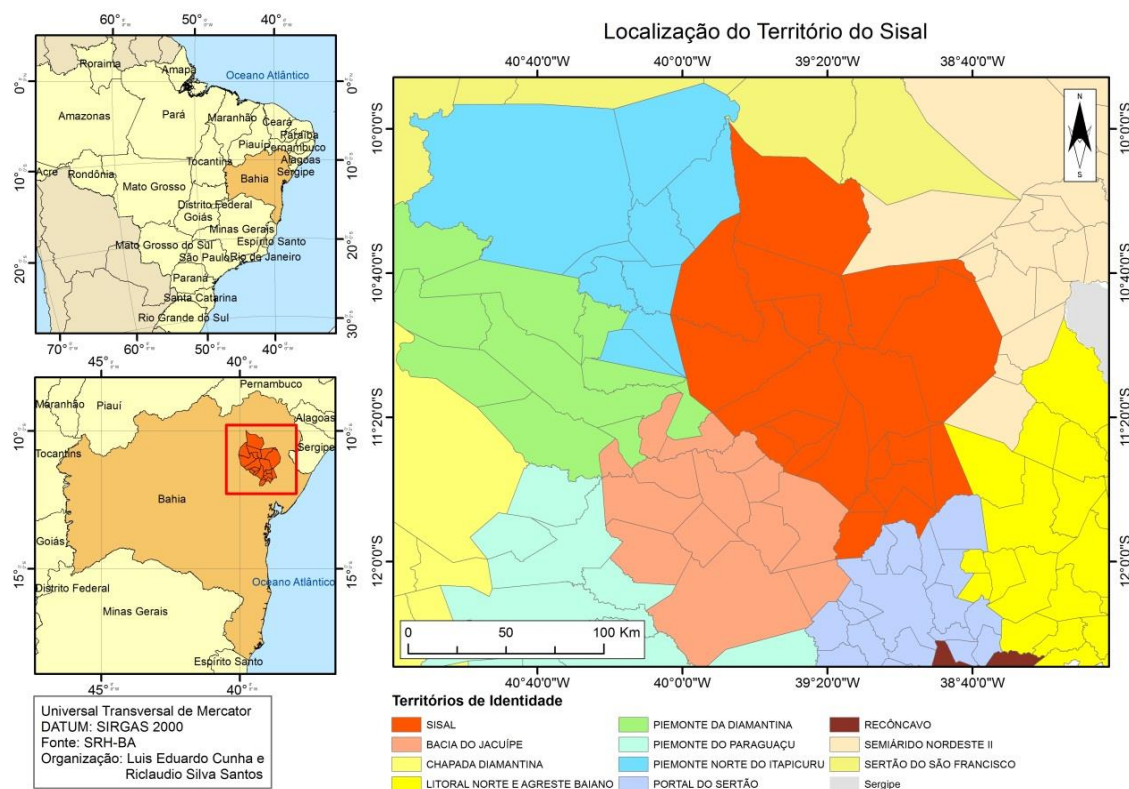
envolvem desde os critérios da unidade territorial, em função da cadeia produtiva do sisal e demais atividades vinculadas ao associativismo e cooperativismo, até mesmo ao destaque midiático dado pelo governo em promovê-lo enquanto modelo de desenvolvimento territorial em execução.

O Território do Sisal tem se singularizado no âmbito das políticas territoriais, em face da inserção e adesão às concepções e diretrizes do PNDSTR do MDA, bem como pelos resultados efetivos que tem alcançado na implantação desta proposta. Essa preeminência decorre do nível de organização e do protagonismo dos atores sociais e pelas condições sociais historicamente construídas, apontadas como precursoras do arranjo político-institucional pretendido pela política estatal. A construção da nova institucionalidade no Território do Sisal é produto das transformações mais amplas ocorridas na sociedade brasileira [processo de democratização ativado por partidos políticos e movimentos sociais], e das condições particulares que foram forjadas regionalmente [gestadas pela atuação das pastorais rurais e pelo Movimento de organização Comunitária]. Esse processo é produto da mobilização e atuação de diversos agentes sociais que vêm contribuindo para tessitura deste território (COELHO, NETO, 2009p. 12).

Reconhecimento esse que também é confirmado pelo próprio MDA/SDT, em nota de publicação oficial sobre as políticas dos “Territórios Rurais” e os programas conveniados.

O Plano Safra para a agricultura familiar 2004-2005 da Região Nordeste foi lançado em Valente, Bahia, um dos municípios que integram o Território do Sisal, do qual fazem parte dezenove comunidades que estão entre as mais pobres do país, em uma das regiões mais áridas do estado[...] Foram lançadas as novas bases de apoio ao Território do Sisal, uma experiência bem sucedida de organização e cooperativismo, que merece a mesma atenção dos demais territórios em fase de estruturação (MDA, 2005, p. 24-25).

Mapa 4: Bahia, Localização do Território de Identidade do Sisal, 2017.

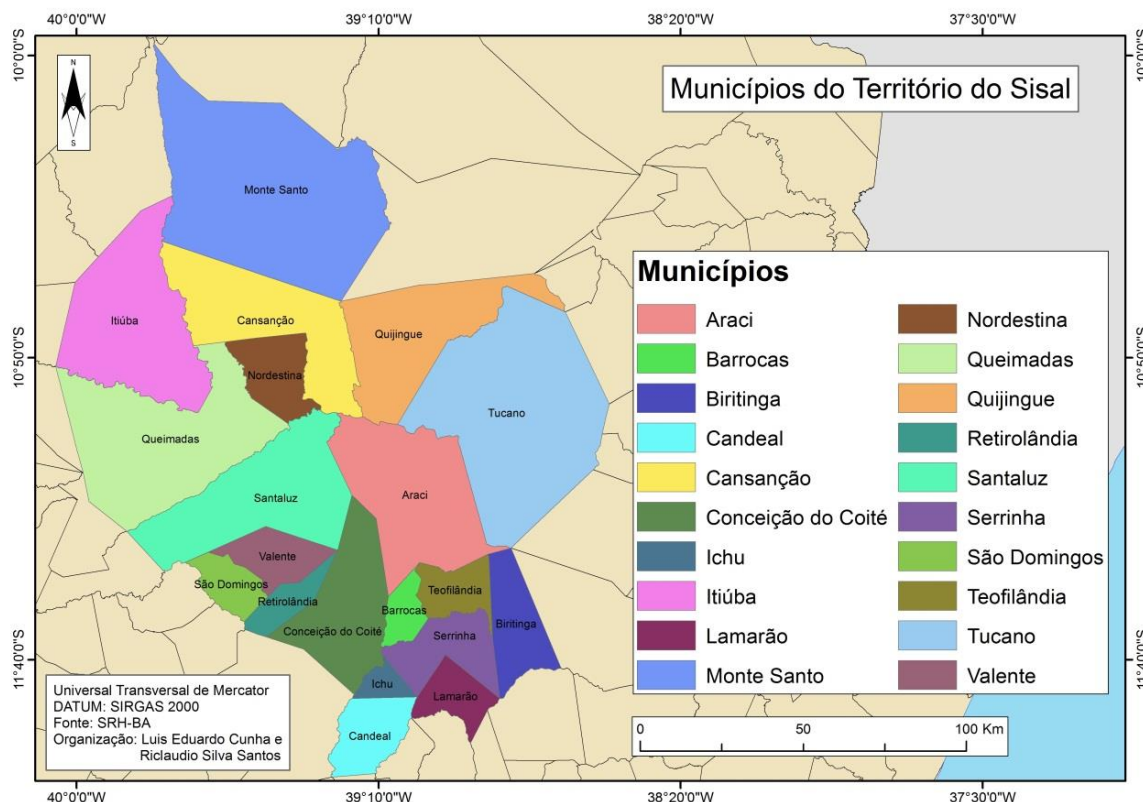


Fonte: Superintendência de Recursos Hídricos, 2012.

Elaboração: Luis Eduardo Cunha Silva, 2016.

O Território do Sisal apresenta vinte municípios inseridos em seus limites territoriais (Mapa 5). O planejamento das ações territoriais no âmbito da esfera do governo estadual não está voltado exclusivamente para o espaço rural, tendo em vista a presença de alguns municípios a exemplo de Ichu, Queimadas, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha e Valente apresentam um população urbana superior a rural e outras situações em que municípios como Conceição do Coité e Serrinha registraram uma intensa ampliação do setor terciário nas duas últimas décadas, desenvolvendo assim uma importante centralidade urbana para os demais municípios do Território (Quadro 2).

Mapa 5: Municípios que compõem o Território do Sisal,2017.



Fonte: Superintendência de Recursos Hídricos, 2012.

Elaboração: Luis Eduardo Cunha Silva, 2016.

Quadro 2. Municípios que integram o Território de Identidade do Sisal.

Município	População			IDH-M²	PIB 2008 Milhões	Índice de Indigência (%)
	Total	Urbana	Rural			
Araci	51.651	19.638	32.013	0,557	134,50	55,07
Barrocas	14.191	5.695	8.496	s/d	123,31	s/d
Biritinga	14.836	3.517	11.319	0,596	42,22	45,38
Candeal	8.895	3.476	5.419	0,61	23,40	49,88
Cansanção	32.908	11.021	21.887	0,538	93,01	66,49
Conceição do Coité	62.040	36.278	25.762	0,611	250,32	46,57
Ichu	5.255	3.365	1.890	0,675	16,97	47,12
Itiuba	36.113	9.699	26.414	0,574	108, 82	63,27

Lamarão	9.560	2.085	7.475	0,608	25,05	43,33
Monte Santo	52.338	8.845	43.493	0,534	135,17	69,05
Nordestina	12.371	3.921	8.450	0,550	32,50	47,66
Queimadas	24.602	12.492	12.110	0,613	75,76	50,94
Quinjingue	27.228	6.377	20.851	0,526	106,77	69,64
Retirolândia	12.055	6.722	5.333	0,625	45,99	61,38
Santa Luz	33.838	20.795	13.043	0,66	102,44	38,18
São Domingos	9.226	5.916	3.310	0,624	33,22	52,70
Serrinha	76.762	47.188	29.574	0,658	319,55	44,50
Teofilândia	21.482	6.692	14.790	0,607	54,32	55,13
Tucano	52.418	21.958	30.460	0,582	153,77	54,34
Valente	24.560	13.487	11.073	0,657	92,75	55,13
Total	582.329	249.167	333.182	0,600	98,48	50,83
%	100,0	42,79	57,21	////	////	////

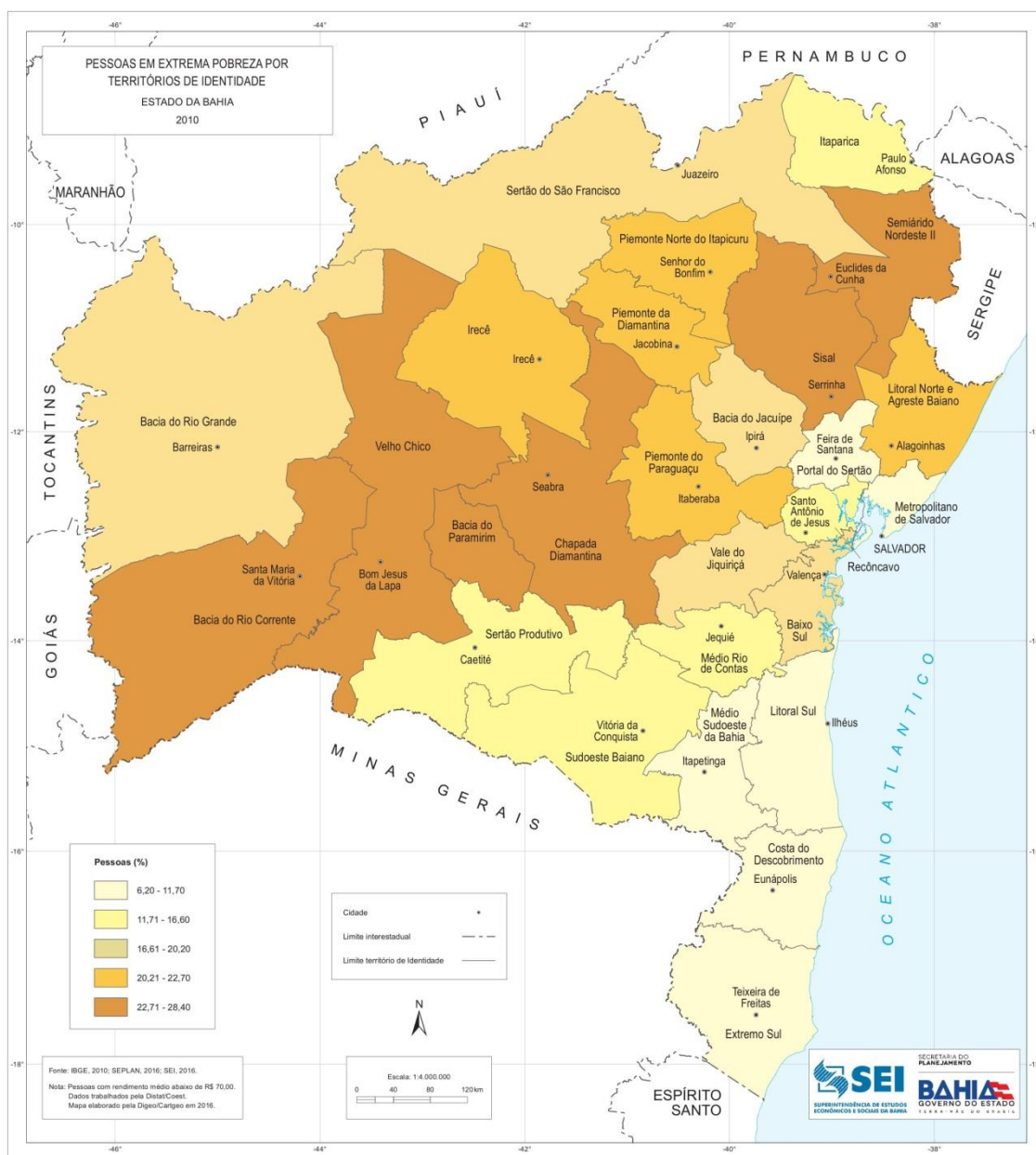
Fonte: (1) IBGE, Censo Demográfico, 2010; (2) Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD, 2000.
Elaboração: Luis Eduardo Cunha Silva, 2017.

A partir dos dados apresentados no Quadro 02, constata-se um perfil heterogêneo dos municípios que compõem o Território do Sisal em relação à população e ao produto interno bruto, tendo esse último, vínculo direto com a diversidade produtiva do setor terciário nos municípios de maior porte econômico. No entanto, quanto ao índice de desenvolvimento humano médio nota-se uma condição mais similar entre os municípios, sendo inclusive inferior à média nacional registrada pelo PNUD (Plano Nacional de Desenvolvimento Humano - ONU) que é de 0,754 (Mapa 6).

Segundo dados atualizados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-BA) o mapeamento estadual dos territórios sobre o nível da população em

extrema condição de pobreza classifica o Território do Sisal no grupo dos territórios com maior aprofundamento dessa problemática apresentando uma concentração em porcentagem no intervalo de 22,71 – 28,40, o que não corrobora com a alusão dos discursos de valorização da política territorial que já foram apresentadas no presente texto e que classificam o Território do Sisal como uma das referências nacionais no que tange ao desenvolvimento das políticas territoriais.

Mapa 6: Pessoas em extrema pobreza no Estado da Bahia (Por Territórios de Identidade), 2010.



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2012.

Elaboração: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2012.

A condição em que se encontra o Território de Identidade do Sisal no universo de pessoas na extrema pobreza é de se destacar por representar a materialidade de uma contradição do capital em pleno desenvolvimento das políticas territoriais. Tendo em vista que esse Território de Identidade compõe as classificações territoriais do governo federal desde as primeiras ampliações da política de desenvolvimento territorial, sendo inclusive um meio de promoção para ações de incentivo da produção agrícola familiar e mesmo assim,

apresenta dados alarmantes sobre a condição de vida dos trabalhadores. O que retoma a nossa discussão inicial sobre a real funcionalidade do Estado burguês ao executar suas políticas de planejamento, em função do aumento da exploração do trabalho nas cadeias de produção do sisal, não visando com isso uma transformação efetiva da realidade, mas sim uma manutenção do cenário de exploração da classe trabalhadora através de novas estratégias do pensamento burguês.

2.5 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL ATRAVÉS DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO.

Como já foi citado anteriormente, o elemento determinante que constitui a identidade do Território do Sisal e as relações históricas de (re)produção espacial é a produção da fibra do sisal, produção essa que já poderia ser encontrada em alguns municípios que compõem o território desde as primeiras décadas do século XX. A conjuntura atual em torno da cadeia produtiva do sisal é bem menos intensa que os dados que iremos apresentar no início deste subcapítulo que visa explanar por um viés histórico e geográfico as primeiras atividades sisaleiras instaladas no semiárido baiano. Cabe ressaltar que alguns municípios que compõem o Território do Sisal não apresentam mais a presença da espécie em áreas de cultivo e nem a produção e comercialização da fibra. No entanto, é essa cadeia de produção que dita processos e agentes da (re)produção espacial no que hoje conhecemos como o Território de Identidade do Sisal.

A fibra do sisal é um elemento econômico que representa uma cadeia de produção do semiárido baiano. Proveniente de uma espécie exótica, a fibra é oriunda da *agave*, espécie originária da península de Yucatán, no México, adaptada muito bem às condições climáticas da região Nordeste (Figura 2 e 3).

A inserção do plantio ocorreu no território brasileiro com maior intensidade nos Estados de Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e São Paulo. Cabe ressaltar que com exceção deste último, todos os demais apresentavam uma produção da fibra em extensões do semiárido brasileiro, tornando-se inclusive a única fonte de trabalho e renda para um universo de famílias castigadas pela estiagem prolongada e concentração fundiária.

Figura 2: Plantio de agave – sisal.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Figura 3: Campo de fibra do sisal em processo de secagem.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Até meados da década de 1930, a espécie era utilizada para a demarcação de

propriedades e na pecuária extensiva no intuito de alimentar o rebanho bovino nos períodos de estiagem que assolam o semiárido.

Durante os períodos que antecederam a II Guerra Mundial, elites locais passaram a iniciar o processo de desfibramento do sisal e introduziram a cadeia produtiva da fibra como conhecemos hoje. A relação do princípio de produção com o momento pré-guerra que o mundo vivenciava ocorreu em função da necessidade industrial de utilização da fibra para diversos fins bélicos, industriais e civis. A necessidade por fibra no mercado bélico impulsionou a exploração do desfibramento para atender a ampla demanda do mercado internacional. Nesse sentido, o Brasil passou a ampliar a cultura do sisal na região Nordeste o que o coloca entre os grandes produtores mundiais.

Paralelamente há um sensível aumento geral da produção mundial da fibra de agave, para responder a uma procura cada vez mais intensa do mercado mundial. E essa procura corresponde a numerosas utilizações e às necessidades dos países exportadores, necessidades industriais ligadas ao desenvolvimento agrícola, ao progresso marítimo (as cordas para embarcações), cabo submarino e esforço militar (explosivo) (PINTO, 1969, p. 21).

Até 1942, o Brasil estava incluído entre os países importadores da fibra para a indústria. No entanto, a destruição pela guerra dos principais centros produtores da fibra na África e Ásia permitiu a introdução e a expansão rápida da fibra brasileira no mercado mundial. Em 1946 o país já estava presente nas estatísticas de produção mundial, como um dos principais exportadores, com 2.000 toneladas anuais¹⁶ (PINTO, 1969, p.20).

No período de 1948-1952, o Brasil ocupava o terceiro lugar na produção mundial das fibras de sisal (Tabela 1). A produção mundial era de 450 000 toneladas.

Tabela: 1 - Principais países produtores da fibra do sisal no período de 1948 a 1952.

Classificação	País	Produção em toneladas
1º	Tanganica	137. 000
2º	México	110. 000
3º	Brasil	44.000
4º	Haiti	28.000
5º	Angola	21.000
6º	Moçambique	19.000
7º	Cuba	15.000
8º	Filipinas	3.000
Total		377.000

¹⁶ **Fonte:** Anuários Estatísticos do IBGE.

Elaboração: CUNHA, 2017.

Fonte: Pinto, 1969, p.21

Em 1949, o Brasil exportou 23.018 toneladas de fibra de sisal e a produção provinha, em sua maioria, do estado da Paraíba que detinha uma supremacia na produção. (PINTO, 1969, p.20). O período de transição entre as décadas de 1950-1960 representou um crescimento exponencial no mercado da fibra, tornando o Brasil o segundo maior exportador mundial com 96% da sua produção destinada à exportação (NASCIMENTO, 2003). No decorrer dos anos de 1950, o estado da Bahia se tornou o segundo maior produtor do Brasil (Tabela 2), ficando com sua produção abaixo do estado da Paraíba, o cenário de produção do país na época era repartido entre os estados da maneira seguinte:

Tabela 2: Principais Estados brasileiros produtores da fibra do Sisal em 1949.

Classificação	Estado Brasileiro	Produção em toneladas
1º	Paraíba	19.066
2º	Bahia	959
3º	Rio Grande do Norte	655
4º	Pernambuco	138
5º	São Paulo	119
6º	Sergipe	24
Total		20.961

Elaboração: CUNHA, 2017.

Fonte: PINTO, 1969, p.25

Os anos seguintes a esse período expressam um aumento da produção de fibra do sisal no território baiano em rápido crescimento que ocorreu em função dos incentivos para o plantio promovido pelo estado, e que beneficiava as oligarquias agrárias da região, no intuito de impulsionar o plantio nas áreas pastoris ou de caatinga. Todo esse crescimento do plantio e produção do sisal materializa um processo de regionalização no semiárido baiano, criando a partir do agrupamento de municípios produtores da fibra de sisal que são incluídos na Região Sisaleira da Bahia. Com isso, a cultura do sisal originou uma verdadeira “frente de expansão agrícola” que avançou discretamente pela caatinga pastoril transformando a paisagem local em uma extensão de campos do sisal. Através do impulso promovido pelas administrações municipais e estaduais em função da forte procura da fibra no mercado internacional, o sisal acabou por substituir outras atividades agrícolas (PINTO, 1969, p.39).

Este processo de consolidação regional da produção gerou consequências em diferentes âmbitos sociais. Dentre os quais, pode-se situar a constante mobilidade do trabalho que começou a surgir na região naquele período, diversos trabalhadores oriundos de outros

estados começaram a migrar para os municípios produtores do semiárido baiano.

Os dados dos recenseamentos de 1940 e 1960 mostram um considerável aumento da população na área estudada. Nesse período, o número de habitantes passou de 382.013 a 579.830. Assim a densidade que era em 1940, de 7,50 hab/km², indicando uma fraca ocupação do solo em região de pecuária, passou a 11,54 hab/km², em 1960, ou seja, um aumento 51,78% superior à média do estado que de 7,15 hab/km² passou a 10,70 hab/km². Esse crescimento demográfico da região foi devido, não só ao crescimento natural, como também à imigração proveniente de outros estados do Nordeste, apesar de ocorrer uma saída da população nordestina para os centros urbanos do sul e sudeste do Brasil. (PINTO, 1969, p.48).

Os líderes políticos daquele período e os produtores do sisal sabiam que a Bahia poderia superar a produção paraibana em função da dimensão territorial do estado que poderia ser transformado em áreas de plantio do sisal. Tendo o pleno conhecimento deste potencial territorial em extensão, em 1940 o governo do estado da Bahia planejou o plantio de 12 milhões de mudas do sisal, sendo plantadas apenas 2 milhões. O governo importou a primeira máquina desfibriladora de fabricação norte americana, com capacidade de produzir 3.000 kg de fibras em 10 horas de trabalho (MARQUES, N, 1978, p.19).

A partir desse período, a produção baiana apresentou um largo crescimento produtivo, o que consolidou o estado como maior produtor nacional da fibra de sisal, ampliando assim a acumulação de riqueza em determinados grupos oligárquicos e representantes da classe burguesa.

Contemporaneamente a esse processo de expansão da cultura sisaleira, ocorreu uma série de processos que visavam à emancipação municipal de povoados e comunidades que hoje se constituem como municípios do Território do Sisal, ou seja, as principais lideranças do período de expansão da cultura do sisal tiveram uma ligação determinante na emancipação de diversos municípios do Território do Sisal. Com isso os mesmos passaram a dominar a gestão política dessas unidades municipais que reproduz o serviço do estado aos interesses burgueses.

Destarte:

A cultura da *agave sisalana* teve rápido desenvolvimento na Bahia. Uma das consequências dessa expansão foi o aparecimento de várias localidades e o desenvolvimento de outras. É preciso constatar a criação de novos municípios que têm a fibra do sisal como uma fonte de renda. É o caso de Araci, criado em 1956, de Valente e Cansanção em 1958 e Retirolândia em 1962 (PINTO, 1969, p.17).

Todo este processo de emancipação política e aumento de poder das elites locais fortaleceram a configuração de monopolização da produção do sisal, tendo em vista que na atualidade o valor de mercado da fibra de sisal está diretamente relacionado com as relações de câmbio das moedas internacionais. Nesse sentido, a especulação do valor da fibra de sisal age como um ditame do capital, determinando a condição de trabalho dos indivíduos envolvidos na produção, ou seja, quando o valor está em alta os donos de campo de plantio e demais comerciantes do sisal promovem o processamento da fibra e a intensa exploração do trabalho, mas, quando o valor da fibra entra em declínio no mercado internacional, os trabalhadores se veem numa escassez da oferta de emprego nas comunidades produtoras e cada vez mais vulneráveis a uma profunda miserabilidade.

O sisal está na dependência dos preços do mercado internacional, que ditam, então, o curso da Bolsa para a comercialização nacional. A ação da especulação dos mercados internacionais junta-se uma outra, a das grandes firmas exportadoras colocadas em vários países produtores da fibra de sisal (caso da Continental S. A., no Brasil, de capitais portugueses) que fazem o monopólio desse produto (PINTO, 1969, p.21).

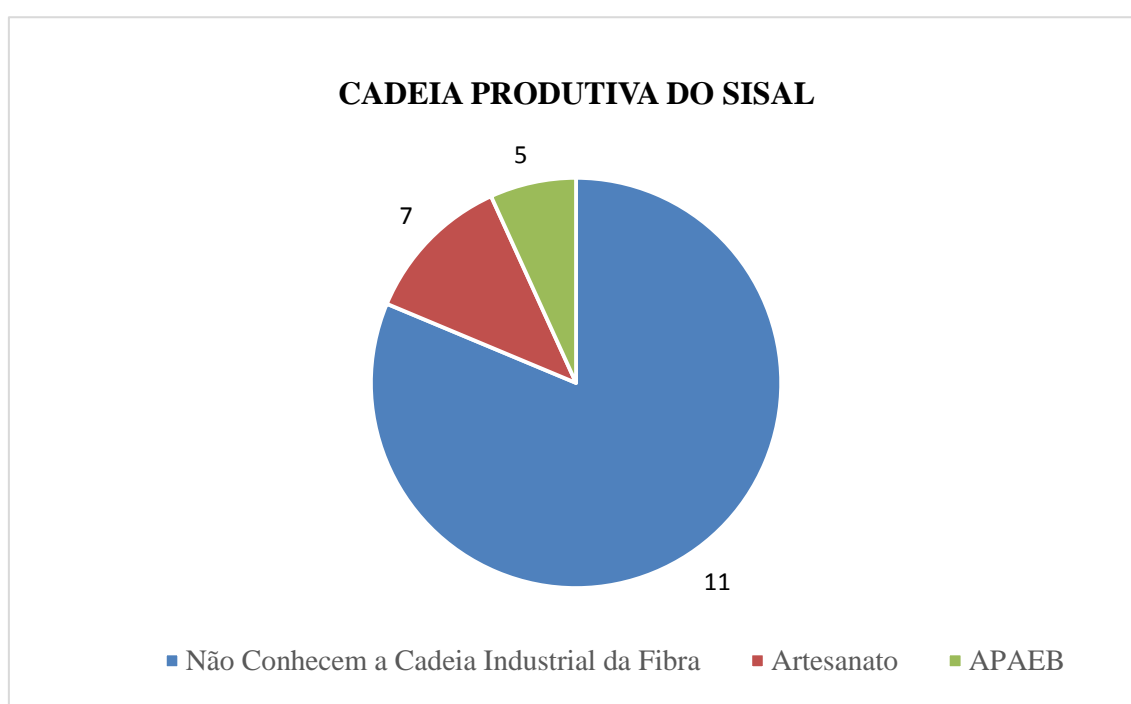
Segundo Almeida (2006, p.137), “o sisal aparece nos distintos discursos oficiais e não oficiais, como uma saída para as populações rurais pobres [...]”. A alta do preço do sisal no mercado internacional fez com que o produto passasse a ser considerado o “ouro verde” do sertão nordestino. Nesse sentido, o preparo da fibra do sisal para o mercado internacional criou novas estruturas que evidenciam um desenvolvimento da urbanização e aberturas de comunicação e transporte que facilitam as relações humanas (PINTO, 1969, p.57).

Mas na verdade, o que se observa nessa promoção do cultivo da fibra do sisal é a manutenção do discurso ideológico da burguesia, disseminado para a manutenção da sociedade de classes, negligenciando inclusive a sua responsabilidade no processo de geração da miséria entre os trabalhadores. E à medida que a produção da fibra do sisal se consolida no semiárido baiano, a dependência da renda dos trabalhadores em torno da cultura é ainda mais concretizada

Nesse sentido, enquanto os representantes das elites locais estão à frente dos processos de comercialização do produto com o mercado de exportação e ainda ocupam os espaços políticos-administrativos aos trabalhadores resta à venda da sua força de trabalho em condições extremas de precarização e constantes riscos de mutilação do corpo, em função do

perigo que o maquinário reproduzido nas unidades de produção das fibras oferece¹⁷ (Figura 4). Cabe ressaltar a situação dos trabalhadores inseridos na produção da fibra e dependentes da renda que a exploração da sua força de trabalho gera na cadeia de produção não tem o conhecimento dos devidos fins que a fibra contempla após o processamento nos campos de desfibramento. Situação essa que pode ser diagnosticada por meio de questionários e entrevistas realizadas em um universo de vinte e três trabalhadores rurais nas propriedades privadas, produtoras da fibra de sisal no município de Valente- BA.

Gráfico 1: A estrutura de mercado da fibra do sisal na concepção dos camponeses.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Elaboração: Luis Eduardo Cunha Silva, 2017.

Conforme os dados coletados em campo e em seguida representados no gráfico 1, onze dos vinte e três trabalhadores entrevistados, afirmam não conhecerem a cadeia de produção da fibra do sisal e nem os produtos finais que são confeccionados a partir da matéria prima com a qual trabalham. Isso expressa, o quanto que participação dos trabalhadores ou a real importância da sua força de trabalho se limita a etapa mais precária da produção, onde os

¹⁷ Apelidada de máquina paraibana foi inserida na produção regional da fibra de sisal após a expansão da cultura na década de 1950. Em função do baixo custo de compra e manutenção, o maquinário se expandiu com rapidez na produção. No entanto, sendo este um produto de montagem artesanal, o mesmo não oferece segurança aos trabalhadores e produz um exército de indivíduos mutilados pelas localidades produtivas do sisal.

mesmos, em sua maioria não conseguem nem ao menos estipular qual o destino do produto que esses indivíduos depositam grande parte da sua força de trabalho.

Figura 4: Camponês na atividade de desfibramento do Sisal.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A condição de manutenção da precariedade na produção de fibra do sisal já é algo corriqueiro nos campos de cultivo. As primeiras críticas ao modelo de produção surgiram nos primeiros contatos de pesquisadores ao estudarem as atividades nos campos de desfibramento já nos anos iniciais de produção das fibras do sisal.

A assistência social não atingiu ainda o trabalhador do sisal, ele não tem nenhuma garantia; ganha por tarefa e se fica doente não recebe nenhum pagamento. Para o maquinista a situação é ainda pior: apesar da obrigação de fazer seguro de acidente para os motores, os proprietários não o fazem. Em caso de acidente, se o motor é segurado o trabalhador recebe uma indenização, se não ele nada recebe; e o maquinista perde sua mão e, algumas vezes parte do braço. Os exemplos de homens mutilados por acidente pelo motor ou pela bateadeira são numerosos. Existem casos em que ao mutilado não resta outra solução que apelar para a caridade (PINTO, 1969, p.54).

A leitura que se pode revelar a respeito é que os trabalhadores apresentam uma situação complexa de dependência da atividade sisaleira, bem como, das condições precárias instauradas pela própria produção, possuindo assim uma função limitadora do crescimento de salário real e garantias trabalhistas asseguradas por lei. O capitalismo conforma um modo

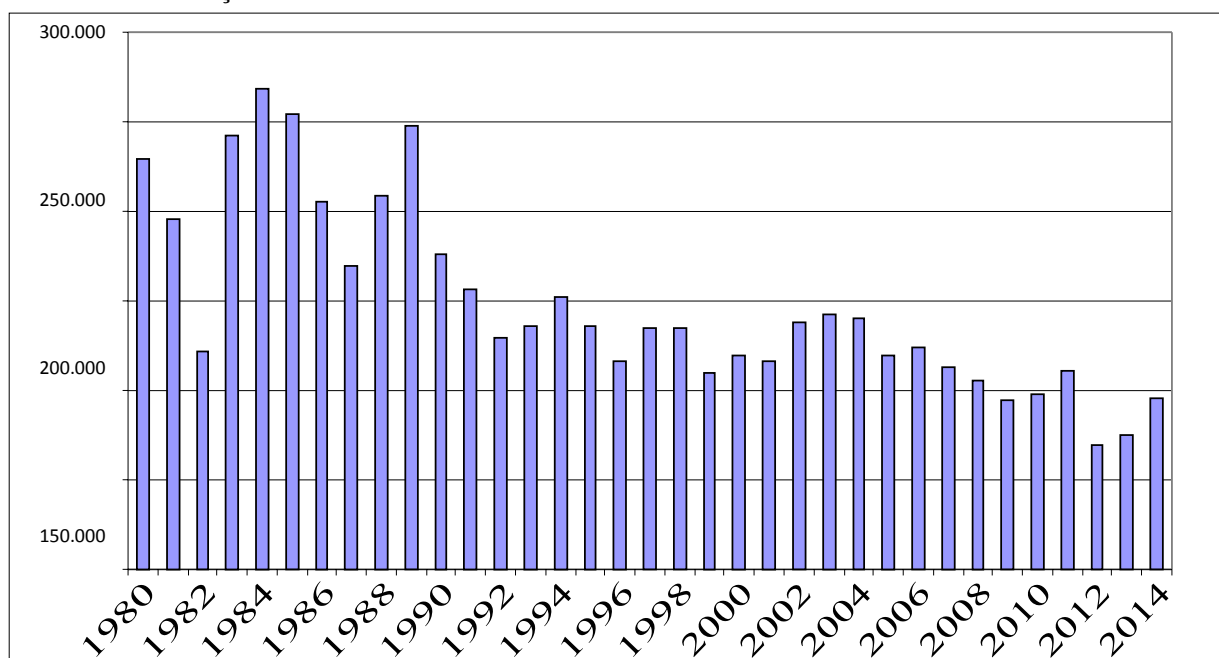
dessocialização cruel e produz uma morbidez social, construindo uma forma social adequada a sua própria reprodução contraditória e desigual (LISBOA, 2007, p. 224).

Em pesquisa de campo, o entrevistado 02 relata a seguinte situação:

Sou natural do município de Valente-BA, sempre trabalhei como lavrador e predominantemente relacionado às atividades do sisal, os únicos períodos que a minha família abandonou a lavoura do sisal era durante os períodos de estiagem prolongada. A condição do trabalho sempre foi pesada e a atividade na máquina (desfibrilamento) sucessivamente era realizada pelo meu pai, por conta da maior experiência que ele tem com o equipamento que pode causar mutilações. Mas o maior problema do sisal na atualidade é a redução das lavouras. De alguns anos para cá a produção vem caindo muito, chegamos ao ponto em que os compradores e atravessadores donos de bateadeiras estão sempre à procura do produto, mas com preços não estão agradáveis. Com isso diversos produtores abandonam a lavoura e iniciam uma outra cultura, ou seja, o cenário de produção do Sisal atual é muito diferente de décadas anteriores (Entrevista com trabalhador rural. Setembro de 2017).

O período que o entrevistado cita de declínio na produção da fibra do sisal condiz com as oscilações de produção (Gráfico 2), em função da concorrência dos produtos sintéticos nas indústrias de bens de produção e consumo.

Gráfico 2: Produção da fibra do sisal em toneladas no Brasil.



Fonte: Sistema de Informação Conab, 2015.

Elaboração: Conab, 2015.

O principal motivo destacado pelo órgão é a ascensão dos derivados sintéticos do petróleo que apresentam um preço mais baixo no mercado internacional. No entanto, determinadas finalidades da fibra de sisal não podem ser substituídas pelos sintéticos, a exemplo do uso da fibra nas atividades agrícolas e artesanais. Diante dessa necessidade alguns mercados consumidores mantêm o consumo do produto brasileiro em operação, a exemplo do mercado chinês (Gráfico 3).

A fibra beneficiada de sisal brasileira é exportada para 32 Países. A China tradicionalmente o maior comprador dessa fibra, com participação de 51% em 2015 e 64% em 2014, todavia, o volume negociado, em 2015, com esse país, foi de 17,4 mil t, 49% inferior ao transacionado em 2014 (26 mil), como pode ser observado no Gráfico 2. Aludida queda está associada à redução da taxa de crescimento da economia daquele país asiático, refletida na queda da taxa acima de 10% para a casa dos 6% em 2016 (CONAB, 2016).

Gráfico 3: Exportações de fibra beneficiada para a China



Fonte: Sistema de Informação Conab, 2015.

Elaboração: Conab, 2015.

Do ponto de vista da análise da cadeia produtiva do sisal são esses mercados consumidores contínuos que garantem a manutenção da produção da fibra nos municípios produtores do semiárido baiano. Mas a produção sofreu um abandono em determinados municípios, o que faz com que a produção atual, se torne ainda mais centralizada em determinados municípios, podemos citar como exemplo os casos de Valente, Retirolândia e Conceição do Coité (Mapa 5, página 82).

Mediante essas transformações no cenário produtivo do sisal, a área que compreende o atual Território de Identidade do Sisal começou a apresentar novas estratégias de organização da produção que visam à promoção do associativismo e cooperativismo. Durante o início da década de 1980, a criação da Associação dos Pequenos Agricultores da Bahia-BA (APAEB) representou uma grande relevância dentro da dinâmica produtiva do sisal e nas estratégias da política territorial.

A formação da APAEB é proveniente de um movimento de agricultores que tinham como objetivos a necessidade de consolidar a produção do sisal com maiores benefícios para os pequenos produtores. Segundo um dos entrevistados durante um trabalho de campo no município de Valente-BA, a APAEB é um marco de extrema importância para a consolidação do Território do Sisal.

Apesar do surgimento da APAEB ocorrer no início da década de 1980, as ações comunitárias de promoção do associativismo e formação de sindicatos nas áreas produtoras do sisal começam a surgir nos anos de 1970 com a chegada de padres eclesiásticos italianos. Influenciados pelos projetos de desenvolvimento da Terceira Itália, os eclesiásticos começam a disseminar a defesa do poder organizativo dos movimentos sociais e demais setores produtivos da região. Diante disso surgem os primeiros sindicatos rurais e comunidades de produtores. Em seguida surge a APAEB como uma conquista para os produtores sócio/fundadores por materializarem os investimentos em equipamentos de infra-estrutura da produção do sisal e abertura de um mercado exportador sem a dependência dos atravessadores e especuladores da produção (Entrevistado 02, setembro de 2017).

Articulada em uma escala estadual, nos anos iniciais da sua formação, a associação contava com a presença de cinco municípios; Serrinha, Feira de Santana, Ichu e Valente. (GALVÃO, 2010, p.9). Dentre estes, apenas o município de Feira de Santana não se insere no atual Território do Sisal e nem ao menos o município em questão foi um produtor da fibra. A sua participação se deve ao fortalecimento das ações de apoio do MOC (Movimento de Organização Comunitária) na condição de instituição de ações sociais visa institucionalizar parcerias e apoiar as iniciativas de associativismo. Como a sede dessa entidade é em Feira de Santana, a representação é vinculada ao município.

À medida que a associação é consolidada na região produtora do sisal, as suas ações são ampliadas para outros setores de organização social. Nesse sentido, a associação passa a desempenhar funções, na criação da Escola Família Agrícola – EFA (Figura 5), bem como na

cooperativa de crédito- COOPERE, que posteriormente sofre uma reestruturação e é incluído na rede de bancos cooperados SICOOB-Bahia vinculado à rede nacional do SICOOB¹⁸.

Figura 5: Instalações da Escola Família Agrícola.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A identificação do Ministério do Desenvolvimento Agrário no decorrer dos anos 2000 com os Territórios da Cidadania já diagnosticava possíveis potencialidades da política de desenvolvimento territorial no Território do Sisal. As reflexões sobre esse processo nos permitem formular questionamentos sobre o real significado da consolidação dessas ações de associativismo numa possível transformação na realidade da classe trabalhadora rural? Até que ponto o trabalhador rural se insere nos espaços deliberativos que envolvem a cadeia de produção territorial e sua gestão? Diante de uma dinâmica produtiva que determina os valores do produto em função do mercado financeiro internacional, o desenvolvimento local endógeno é capaz de criar condições de autonomia para a classe trabalhadora?

¹⁸ 18 O maior sistema financeiro cooperativo do país com mais de 3,8 milhões de cooperados, 2,6 mil pontos de atendimento, distribuídos em todo Brasil. É composto por cooperativas financeiras e empresas de apoio, que em conjunto oferecem aos cooperados serviços de conta corrente, crédito, investimento, cartões, previdência, consórcio, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos de pagamento, dentre outros. Tem todos os produtos e serviços bancários, mas não é banco. É uma cooperativa financeira, onde os clientes são os donos e por isso os resultados financeiros são divididos entre os cooperados.

CAPÍTULO 3

O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SISAL E AS CONDICIONANTES TRANSFORMADORAS DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

As reivindicações por maiores ações do Estado para o espaço agrário nacional, durante os anos finais da década de 1980 ganharam maior evidência a partir de leis institucionalizadas na Constituição Federal de 1988, a título de exemplificação, com a proposta de Lei Agrícola defendida por determinados movimentos sindicais, percebe-se a inclusão de uma política de crédito voltada para as relações camponesas de produção, incluindo-as nos moldes da produção de mercado onde a figura do camponês é subordinada aos moldes dos projetos de acesso ao crédito rural do Estado.

Sob o prisma da abordagem territorial, as ações de ampliação do crédito rural promovem um novo processo de territorialização do capital no espaço agrário, em detrimento da desterritorialização camponesa. A condição de territorialização nessa reestruturação do capital, desenvolve estratégias para a transformação das relações produtivas no campo em distintas escalas, mas atuando num só objetivo de acumulação.

Territórios também são construídos e desconstruídos em escalas temporais e espaciais distintas. Podem ser construídos ao longo de séculos, décadas, anos, meses, dias e, até mesmo, em escalas ainda menores. Sua existência pode assumir caráter permanente ou periódico. Os objetivos da territorialização podem variar ao longo do tempo e do espaço. Para isso, deve-se levar em conta a intencionalidade do(s) ator(es) ou sujeito(s) que o criou (FILHO, 2008, p.38)

Contudo, os anos posteriores a esse processo são determinantes para a ampliação da subordinação das relações camponesas ao mercado de produção agrícola. Sendo inclusive um período que representa o início da (re)produção espacial, oriunda da reestruturação produtiva do capital via a economia de mercado neoliberal.

Todavia embora houvesse a defesa da unidade do espaço rural e urbano, o conceito de rural permanece como marca fundamental em torno da ideia de desenvolvimento nacional, desenvolvimento tecnológico imbricado ao desenvolvimento rural. Discurso que sustentará o interesse e o total controle das grandes corporações unificadas para, a partir de seus interesses de classe, a prerrogativa da necessidade de conduzir as propostas do modelo econômico da política brasileira a partir de 1993, com a criação da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e em plena consolidação a partir de 1997 com a nova política do Banco Mundial (CONCEIÇÃO, 2013, p.89).

Portanto, é um equívoco associar o PRONAF a um período isolado na virada do século XX, ou mais agravante ainda é direcionar a política neoliberal a mandatos específicos da recente história nacional. O PRONAF é um programa que compõe um plano de transformação do espaço agrário brasileiro contribuindo para o avançar dos ditames do mercado financeiro internacional. O que é identificado é a instauração de um projeto hegemônico do capital que vem sendo perpetuado até a atualidade com o avançar das estratégias neoliberais. Consequentemente no cenário atual da gestão dos territórios rurais, observa-se que a consolidação dessa forma de ordenamento nacional, como viabilizadora do desenvolvimento rural a serviço do capital.

O paradigma do desenvolvimento territorial apresenta um discurso em defesa da concepção de autonomia de gestão e empoderamento dos atores locais. Esses que de certa maneira retiram a ideia da regulação política do Estado como promotor do desenvolvimento, disseminando assim o econômico e o político nas dimensões social, cultura, político-constitucional, e de risco ambiental. (SENRA, 2010).

O discurso do Estado brasileiro era de fomento à produção agrária, através da modernização do campo. Para isso o campo teria que ocupar um espaço maior no planejamento do Estado nacional.

[...] Este modelo hoje é mais do que nunca questionado pelas condições do próprio mundo moderno. No Brasil, para se tornar efetivamente moderna, a agricultura deve dissociar-se dos interesses arcaicos, ligados à concentração fundiária e ao crescimento extensivo, para adotar uma dinâmica efetivamente moderna, que valorize o espaço rural... [...] Com estes objetivos aqueles que vivem do seu próprio trabalho nas atividades agrícolas, devem se preparar para ocupar um importante espaço na construção de um novo modelo de agricultura para o país (ABRAMOVAY, 1998, p.9).

Entretanto, algumas questões são necessárias para analisarmos o cenário de “possível” melhora na condição de vida no campo brasileiro, por meio de diretrizes criadas pelo Estado burguês. No cenário agrário nacional, a título de exemplo, cabe ressaltar que é justamente na subordinação da terra ao capital que o mesmo mais centrou ações que contribuem para a geração da sua acumulação. Além disso, observa-se outro agravante do ponto de vista da classe trabalhadora no que se refere à adoção dos movimentos sociais a esses temas e projetos de produção agrícola ditados pelo capital e que são propostos pelo Estado, através do discurso da agricultura de desenvolvimento.

Durante trabalho de campo realizado no Território de Identidade do Sisal, no município de Valente, percebeu-se o quanto que essa condição de produzir para o mercado está enraizada no pensamento de lideranças políticas que enxergam a reivindicação das lutas dos

trabalhadores por dentro das relações capitalistas de mercado. Segundo uma líder de associação entrevistada:

Não há emancipação humana social sem o trabalho de desenvolvimento financeiro. Para que o indivíduo que se encontra numa condição de miséria ou precariedade social tenha uma melhora real de vida é necessário inseri-lo no mercado. Com isso as pessoas estabelecem a relação de compra e produção constante, participando assim da dinâmica produtiva local (Entrevistada 01, Município de Valente-BA, agosto de 2017).

Diante disso, constata-se que a inserção produtiva vinculada à ideologização burguesa de emancipação humana está impregnada nas lideranças sindicais e comunitárias, ao ponto de compreenderem a adoção dos modelos de produção agrícola como a única saída possível para alterar o cenário de miserabilidade social, situação essa que acaba por influenciar também o universo de trabalhadores que se encontram na base econômica local. Para Horácio Martins de Carvalho, (2004) os movimentos sociais renderam-se à integração ao agronegócio e se deixaram levar pelo discurso cômodo de geração de renda em curto prazo.

Nesse contexto, enquanto alguns movimentos sociais mobilizam-se e organizam-se contra a incursão capitalista no campo, ocupando, resistindo, fazendo pressões de reivindicações de Reformas Agrárias, exigindo Políticas Públicas que garantam a permanência do homem na terra, outros objetivam principalmente a busca por incentivos de créditos (RODRIGUES, 2012, p.97).

E é nessa necessidade de adesão ao crédito que o capital consolida o PRONAF no cotidiano dos trabalhadores rurais.

A forma como a política econômica incorporará o setor agrícola na “solução” do endividamento externo reforça as estratégias de concentração e especulação fundiária no mercado de terras. O maior sinal disto é a liberalidade com que propicia a apropriação da renda fundiária pelos grandes proprietários (DELGADO, 2005, p.12).

Assim há um avanço do incentivo político e financeiro do Estado para grandes empreendimentos agroindustriais, voltados para a geração de saldos externos (CONCEIÇÃO, 2013, p.86).

Trata-se, portanto, de uma série de Políticas Públicas que surgem da articulação de certos intelectuais, políticos, alguns sindicatos, ONGs, instituições e organismos internacionais como a FAO, o BIRD, o Banco Mundial, grupos empresariais, Bancos etc., com o objetivo de inserirem a unidade de produção familiar camponesa e os trabalhadores rurais no mundo precário do mercado, tornando-os altamente subordinados ao capital agrário industrial e financeiro (RODRIGUES, 2012, p.95).

Todo esse processo fundamenta-se em documentos produzidos pelo próprio Banco Mundial, propondo um conjunto de mudanças nas Políticas de Estado. O exemplo do próprio relatório: *Brazil: The Management of Agriculture, rural development and natural resources* (BANCO MUNDIAL, 1994) expõe a necessidade do capital de instaurar direcionamentos econômicos para a produção agrícola, processo que se consolida de tal maneira no cenário brasileiro que o Estado, aos ditames do Banco Mundial, estabelece a modernização da produção agrícola enquanto prioridade para o país se adequar aos novos modelos de produção rural.

O capital financeiro encontra no Estado a possibilidade de alianças para o processo de acumulação. O Estado impõe um discurso velado de submissão ao capital, através de políticas de crédito, tornando crescente a expropriação da produção familiar, o assalariamento direto nas áreas do agronegócio. Expropriando milhares de famílias camponesas, intensificando o desemprego, a precarização do trabalho e inscrevendo relações de trabalho escravo (CONCEIÇÃO, 2013, p.83).

Esse processo de expansão do capital financeiro na subordinação da terra e mão de obra camponesa é de extrema importância para a compreensão do avanço da política territorial. Nos municípios do Território de Identidade do Sisal observou-se, através da pesquisa de campo, a constituição de cooperativas, associações e grupos sociais sindicalizados, com vínculo permanente a determinadas políticas de créditos do Banco do Nordeste e da rede bancária cooperada SICOOB.

No entanto, é necessário destacar que a institucionalização do Território do Sisal pelo governo do estado da Bahia, via o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais é posterior a determinadas estratégias de incentivo ao crédito que foram implantadas em municípios do Território em questão. Mediante isso, a própria consolidação das ações da rede bancária cooperativa, sediada no município de Valente ocorreu em meados da década de 1990 com a fundação do sistema de crédito local, a COOPERE, em articulação com a APAEB, sob o discurso do fortalecimento do poder aquisitivo dos produtores rurais do sisal e a necessidade de os mesmos serem inseridos no mercado de exportação internacional da fibra do sisal. Desse modo, percebe-se como os processos de acumulação do capital, via economia neoliberal se materializam em determinadas escalas.

Desse modo temos a concretização de Políticas Públicas para o campo, mediante a difusão da concepção de alívio da pobreza rural, da substituição da questão agrária pelas políticas de desenvolvimento rural, do fortalecimento do agricultor familiar e da negação da existência do

camponês, assim como a implementação do Mercado de Terras (RODRIGUES, 2012, p.95).

É justamente nessa articulação entre o Estado e os agentes econômicos da nova ordem neoliberal que se promulgará a ideologia do desenvolvimento territorial que fez ascender essa nova racionalidade econômica e social para a produção camponesa, tornando o camponês um agente representativo de um novo projeto para o rural.

Esse processo, na prática, insere a produção camponesa numa rede de produção do agronegócio através dos programas de incentivo à monocultura, financiamento de maquinários agrícolas, adesão de insumos geneticamente modificados e a dependência do produtor aos programas de crédito rural. Elementos esses que são valorizados nas políticas públicas e nos meios de comunicação. O que presenciamos é uma expulsão das condições camponesas de produção, tendo em vista que a mesma não dialoga com o espaço do agronegócio.

Não há equilíbrio de forças entre a agricultura camponesa e as atividades agroindustriais, ao contrário, temos tido desde a década de 1970 um acelerado processo de expulsão da agricultura camponesa, com forte tendência a diminuição crescente dos produtos alimentares de subsistência. Sem condições de resistirem ao agronegócio e permanecerem nas unidades de produção camponesa são obrigadas a se submeterem a expansão do agronegócio, ou mesmo perderem suas terras e tornarem-se andarilhos no ciclo do capital. Entretanto, antes de representar a desconcentração da terra, a modernização da agricultura a política de valorização e acesso à terra tem resultado na expropriação dos pequenos proprietários e na mobilidade do trabalho do campo para a cidade (principalmente internamente) intensificando o processo de urbanização e reproduzindo as desigualdades sociais a níveis locais e sub-regionais (CONCEIÇÃO, 2013, p. 84-85).

Com o avanço dos mecanismos financeiros do capital no campo, pode-se observar no Território do Sisal uma ampliação das redes de cooperativismo e associativismo em diversas cadeias produtivas do Território do Sisal ligadas à produção da fibra do sisal que passam a inserir indivíduos do meio rural numa dinâmica ampliada de produção e acesso a financiamentos e projetos de promoção da agricultura familiar.

É preciso salientar que esses princípios norteadores que consolidam as associações e cooperativas no Território do Sisal baseiam-se no pensamento de inclusão social e aproximação das relações com o poder público em função da busca de autonomia. Nesse sentido, a política territorial subsidia um ambiente favorável para o associativismo e cooperativismo em função das cadeias produtivas locais.

O sucesso econômico de cada país, região ou localidade passa a depender da capacidade de se especializar naquilo que consiga estabelecer vantagens competitivas efetivas e dinâmicas, decorrentes do seu estoque de atributos e da capacidade local de promoção continuada de inovação (DINIZ, 2000, p.7).

No entanto, essas abordagens não atentam para a condição de dominação que o mercado de produção agrícola determina para os camponeses. A especialização produtiva simboliza a inserção ampliada das relações camponesas na economia agrícola internacional, onde a propriedade e o trabalho camponeses são subordinados ao capital em um processo de acumulação permanente. A título de exemplo, no município de Queimadas-Ba (Figura 6) acompanhamos a visita de uma equipe da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), em articulação com a BahiaTer - Assistência Técnica e Extensão Rural¹⁹, durante o curso de formação com pequenos produtores rurais do povoado de Cancelas com o intuito da instrumentalizar os camponeses sobre o uso correto do financiamento que os mesmos foram contemplados.

Figura 6: Reunião na sede da associação dos moradores do povoado de Cancelas em Queimadas-BA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

¹⁹ Setores vinculados a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado e que trabalham também em articulação com a SDT -Secretaria de Desenvolvimento Territorial, compondo também o colegiado territorial, composição essa que é muito comum nos trabalhos desenvolvidos em torno da política territorial.

A visita obedece aos fundamentos propostos pela política territorial de composição diversificada dos representantes colegiais. Havia naquele espaço, além dos trabalhadores locais, representantes dos setores municipais e estaduais comprometidos com o desenvolvimento da produtividade agrícola da comunidade. Na ótica de atuação da política territorial a composição e desenvolvimento dos colegiados são de fundamental importância para o êxito da mesma.

Porém, a simples reunião de segmentos sociais do Território de Identidade do Sisal não pode representar uma condição de autonomia dos trabalhadores. É necessário entender que essa atitude expõe o objetivo de promover uma ideologização de conciliação entre as classes.

Tal Iniciativa insere-se nas premissas da política de desenvolvimento territorial, sendo objeto de opiniões controversas – entre os representantes de organizações de trabalhadores – sobre sua viabilidade, considerando os interesses divergentes intrínsecos à situação de classe desses sujeitos. Assim, é possível observar, desde considerações que exaltam a possibilidade de celebração de acordos duradouros até aqueles que, ainda reconhecendo a iminente contradição, acreditam ser necessário compartilhar os debates com classes sociais opostas, buscando consensos pontuais, sob a justificativa de não poderem se ausentar de decisões que envolvem o destino significativo de verbas (LIMA, 2012, p.155).

Ao aprofundarmos nossa análise sobre o povoado de Cancelas no município de Queimadas-BA, observou-se que a comunidade apresenta um predomínio de atividades artesanais vinculadas a uma pequena comunidade de mulheres, além de atividades pastoris voltadas para a caprinocultura e ovinocultura. No entanto, as visitas dos representantes do colegiado territorial e dos membros dos setores estaduais objetivavam instrumentalizar os produtores rurais da comunidade com projetos de financiamento para a implantação de atividades produtivas que os trabalhadores não tinham convivência, como a piscicultura.

O desenvolvimento dos projetos apresenta direcionamentos específicos de como e o quê produzir, ou seja, esses trabalhadores foram incluídos em cadeia de produção agrícola que não foi idealizada ou planejada pelos trabalhadores locais. Alguns já praticam a criação de aves como a galinha nas suas propriedades. No entanto, a lógica dos trabalhadores não é de uma produção em média ou grande escala que objetiva uma maior renda e competitividade no mercado. A criação das aves em suas pequenas propriedades é para possíveis vendas no comércio local no intuito de manter subsistência da família.

Nesse sentido, a análise sobre a implantação e desenvolvimento desse projeto representa os objetivos de subordinação das relações camponesas aos processos de acumulação que o

capital impõe aos trabalhadores. Todavia, os trabalhadores que já se encontram em uma condição de vulnerabilidade social não podem escolher outra alternativa imediata que não seja a adoção das práticas agrícolas de mercado, ampliando assim a dominação do capital sob suas propriedades e mão de obra.

Os segmentos produtivos ofertados para a comunidade foram hortas, piscicultura e avicultura esta última voltada para a produção e venda de ovos e não para o abate do animal. Segundo os representantes do Colegiado territorial, essas são as “possibilidades” de produção que o Estado oferece para as comunidades que foram contempladas com o projeto.

No que se refere ao desenvolvimento do financiamento, a iniciativa vincula-se ao projeto “Pró Semiárido” criado pelo governo do estado da Bahia em parceria com a FIDA (Fundo Internacional de para o Desenvolvimento Agrícola). Cabe ressaltar que tal fundo é vinculado ao Banco Mundial.

Nos últimos anos, projetos financiados pelo Banco Mundial, com ações assistencialistas nos povoados rurais com recursos do fundo internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA tem atuado em municípios do semiárido, via financiamento de projetos agrícolas e não-agrícolas, principais suportes dessas ações (RODRIGUES, 2012, p.109).

Em suma, o projeto é parte integrante de um conjunto de compromissos promovidos pelo estado, no que se refere à erradicação da pobreza, através da oferta de serviços e investimentos direcionados à população do semiárido da Bahia. Dentre as ações previstas no projeto, pode-se destacar a construção de agroindústrias, sistemas de abastecimento da água, formação técnica para produtores, além da atuação em redes de cooperação socioprodutiva (Figura 7). Através do projeto da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), o governo baiano objetiva realizar investimentos que giram em torno de R\$ 300 milhões em um universo de 70.000 famílias, em 32 municípios do sertão baiano (SDR, 2016).

Figura 7: Reunião na sede da associação dos moradores do povoado de Cancelas em Queimadas-BA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Dentre as opções que foram apresentadas para os produtores e produtoras rurais do povoado de Cancelas, foi escolhido, em sua grande maioria, o subsídio para a criação de aves e implantação das hortas. Segundo um dos contemplados que foi entrevistado:

A criação das aves acaba sendo uma produção que a gente tem um maior costume para trabalhar e com um rápido retorno financeiro, já criamos galinhas para consumo doméstico, mas sempre em ambiente aberto, com o projeto precisamos agora nos adequar com a criação em modelo de granja e seus cuidados. Quando a gente começar a produzir os ovos, almejamos ter o nosso escoamento para as feiras livres da região e pequenas fábricas de bolos. [...] O sindicato dos trabalhadores rurais, em outras visitas afirmou que nós poderíamos até fornecer alguns alimentos para a merenda escolar, mas aí seria bom criar uma cooperativa e registrar a produção, processos que acabam deixando o custo mais elevado e nós não temos recursos para tamanha produção (Entrevistado 02, Município de Cancelas, pesquisa de campo 2017).

No que se refere à atuação do sindicato e dos entes colegiados, vale ressaltar que a escolha dos projetos de financiamento que contemplam as comunidades no Território do Sisal é direcionada através dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (Figura 8) e do Colegiado Territorial do Sisal, ou seja, o sindicato junto ao colegiado estabelece a articulação com os projetos, tendo atuação direta no processo de distribuição dos projetos por comunidade.

Figura 8: Sede do STRAF- Sindicato dos Trabalhadores Rurais e agricultores Familiares de

Queimadas-BA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

O projeto “Pró-Semiárido” que foi direcionado para o Povoado de Cancela é inserido em um projeto de política de crédito que apresenta um montante financeiro exato de R\$ 462.807,38, sendo este total destinado comunidades do município de Queimadas-BA no Território Rural Sisaleiro, o que compreende as comunidades de Cajueirinho/ Lagoa das Cabras, Cancelas/ Várzea do Curral, Mari e Rio do Peixe (Quadro 3).

Quadro 3: Valores de financiamento do projeto Pro semiárido.

Território Rural.	Município	Comunidades	Valor CAR R\$	Valor Contrapartida R\$	Valor Total R\$
Família Unidas.	Queimadas	Jitirana, Maciel, Riacho da Onça e Santo Euzébio.	454.704,61	50.766,50	505.471,11
Queimadense.	Queimadas	Lajedo/Tiririca, Limpo dos Bois, Umbuzeiro Grande e Várzea da Capoeira.	437.852,11	48.189,50	486.041,61
Juntos Para Crescer.	Itiúba	Ancelmo, Queimada Bonita, Sítio do Meio e Várzea dos Porcos.	439.405,20	49.911,25	489.316,45
Aliança do Jacurici.	Itiúba	Fazenda dos Colonos, Jasmim, Limpus e Novo Paraíso.	424.668,43	36.873,50	461.541,93
Sisaleiro	Queimadas	Cajueirinho/ Lagoa das Cabras, Cancelas/ Várzea dos Curral, Mari e Rio do Peixe.	406.323,48	56.483,90	462.807,38
Crescer Produzindo	Queimadas	Capim Grosso, Gentio/Umburanas/ Tanques, Lagoa Formosa/Ponto Novo e Marruá.	414.380,78	50.690,47	465.071,25
Aliança do Sertão.	Itiúba	Capoeira/Alegre, Fazenda Alegre, Fazenda Maria dos	396.591,20	59.273,97	455.865,17

		Santos, Taquari.			
Vale do Itapicuru Açu e Mirim	Itiúba	Alto do São Gonçalo, Fazenda Nova Estreito, Pinheira e Varzea Cumprida.	409.880,81	58.798,50	468.679,31
Itapicuru	Itiúba	Alagadiço do Mel, Cabacas, Cipó de Leite e Várzea Suja.	407.665,64	58.688,50	466.344,14

Fonte: CAR- Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional/ CODETER-SISAL, 2017.

Elaboração: Luis Eduardo Cunha Silva, 2018.

Segundo um dos trabalhadores rurais entrevistados, o processo de adesão aos financiamentos ocorre da seguinte maneira:

Nosso contato é sempre com o pessoal do sindicato. Eles realizam um cadastramento das famílias na comunidade que é enviado para o pessoal do colegiado. E desse momento em diante nós aguardamos para ter informações se a nossa comunidade foi contemplada ou não. Nesse último projeto do “Pró Semiárido” nós fomos contemplados, mas não sei informar o motivo ao certo de escolherem a gente (Entrevistado 03, povoado de cancelas, pesquisa de campo, 2017)

Para a aplicação dos financiamentos, os entes colegiados do Território do Sisal desenvolveram uma outra territorialização em alguns municípios do Território de Identidade do Sisal, na qual são criados territórios rurais em menores escalas geográficas, contendo agrupamentos de comunidades e povoados de um único município integrante. Com isso, o Território do Sisal é novamente dividido em outros territórios, chamados de “Territórios Rurais” que compõem em específico o planejamento das políticas de crédito. Essa organização proposta pelo Conselho territorial, junto com o Colegiado objetiva estabelecer um melhor planejamento para a distribuição dos projetos direcionados pelo Estado.

Numa outra entrevista realizada no povoado de Cancelas, uma liderança local informou que os critérios para a contemplação dos projetos giram em torno do poder de organização das comunidades e o histórico de experiências anteriores bem-sucedidas com projetos similares de financiamento. Segundo o entrevistado, o desenvolvimento de financiamentos na comunidade de Cancelas tem se tornado muito comum nos últimos anos. O mesmo afirma ainda que desde que o município de Queimadas abandonou a produção da fibra do sisal, em função de uma “praga” nos anos finais da década de 1990, os produtores locais passaram a não ter uma cadeia produtiva local sólida de desenvolvimento. Com isso, foi ampliada a criação de animais e plantios de monocultura em pequena escala, mas os produtores estão reféns dos períodos sazonais de estiagem, condicionando-os a buscarem financiamentos como a única forma de manterem suas produções ou abrirem as propriedades rurais para inovações produtivas do mercado (Entrevistado 04, povoado de Cancelas, pesquisa de campo, 2017). Segundo o entrevistado em questão:

A comunidade de Cancelas foi contemplada dentre um universo de outras comunidades no semiárido baiano em função do seu poder de organização comunitária. [...] Cancelas tem uma matriz histórica relacionada com o povo quilombola, mesmo não tendo o reconhecimento da comunidade e do governo federal, isto nos faz ser uma comunidade unida e propicia a receber esses financiamentos do governo. Mas além disso, acredito que a vontade da associação e do sindicato municipal em buscar esses recursos tem feito uma

diferença grande para todos nós (Entrevistado 04, povoado de Cancelas, pesquisa de campo, 2017).

Cabe ressaltar que além das entrevistas semiestruturadas, o que mais foi constatado durante a visita de campo foi um deliberado “alheamento” por parte dos trabalhadores da comunidade sobre a real funcionalidade do Colegiado territorial. Além disso, não foi identificado durante a reunião colegiada nenhum membro dos proprietários latifundiários do município ou do próprio Território de Identidade do Sisal. O que vem acontecendo na política atual dos Territórios de Identidade é que, diferentemente do que ocorria nos anos iniciais do governo do PT em escala federal, todas as decisões deliberadas em Colegiado devem ser aprovadas ou reprovadas pela prefeitura do município que a comunidade está inserida. Isso faz com que os espaços colegiados percam a autonomia e determinados grupos acabam ignorando a necessidade de participação nos espaços de construção das políticas para buscar suas demandas individuais através das prefeituras por meio de consórcios de financiamento. Assim, grande parte dos latifundiários acessa os créditos de financiamentos por meio dos consórcios e com isso, ignoram os espaços colegiados do Território do Sisal. Todavia, a existência do CONSISAL²⁰ representa a consolidação desse modelo de gestão que acaba por conflitar com os princípios da gestão colegiada participativa, o que nos leva a inquietações sobre a real articulação coletiva e cooperada dos indivíduos inseridos nos colegiados e políticas territoriais.

Ao ser questionado sobre a real participação de todos os representantes colegiados nos espaços deliberativos do território, um dos membros do colegiado relatou a seguinte situação.

Geralmente os grandes produtores não participam ativamente das reuniões. De um modo geral nessas reuniões em comunidades locais são debatidas pautas que não interessam aos ditos latifundiários. [...] Este cenário se repete ao longo das visitas nas comunidades dos demais municípios, ou seja, a participação mais significativa são de membros do colegiado e dos pequenos produtores locais. A única situação em que os grandes proprietários costumam participar e ainda assim de maneira bem pontual são os espaços que envolvem a aquisição dos consórcios territoriais, com possibilidades de maiores investimentos para o município (Entrevistado 05, povoado de cancelas, pesquisa de campo, 2017).

Já é possível observar possíveis entraves da política territorial desenvolvida no estado da Bahia que representam e materializam as contradições do modo de produção capitalista, no que tange a dicotomia entre os interesses classistas sobre as políticas de crédito, sendo que

²⁰ CONSISAL - Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal.

inclusive, os interesses dos trabalhadores na comunidade de Cancelas não são uma preocupação significativa de segmentos locais que compõem o Colegiado. Observa-se que os interesses da classe dominante, numa condição de atendimento da política territorial são demasiadamente distintos do que almejam os trabalhadores rurais. Nesse sentido, os meios que propagandeiam a defesa da política territorial na condição de um rearranjo institucional do Estado, como espaços de gestão democrática e descentralização, funcionam dentro da lógica do capital, onde os reduz a condição de negação do conflito entre as classes.

Nesse sentido, poder-se-ia então ressaltar, o quão o Estado atua nesse processo ao aprofundar a territorialização dos produtores e trabalhadores nas comunidades rurais em grupos territoriais que buscam formas de financiamentos e projetos para o desenvolvimento da agricultura de mercado. Nesse sentido, o Estado age camuflando seus interesses em um discurso de promoção do desenvolvimento territorial.

Contudo, o fundamento de defesa da política territorial estabelece a condição de uma composição diversa do Colegiado territorial como princípio condicionante para uma política territorial de desenvolvimento universalizado para todas as comunidades e envolvidos inseridos se torna uma ideologização. Ao mesmo tempo em que a mesma atua sob o pensamento de que a composição diversificada torna a política territorial universalizada e participativa para todos os segmentos sociais, passa a negar a complexidade do conflito entre as classes e o quão que essa condição opera em serviço da classe burguesa.

Portanto,

O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajosas para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito (HARVEY 2005a, p.111).

Mediante isso, a promulgação das políticas territoriais, através do Estado, reveste esse instrumento do capital em algo que o mesmo não é, uma vez que investe nele uma tarefa de realizar um diálogo “harmonioso” entre as classes, quando na verdade as políticas de desenvolvimento territorial promovem um esvaziamento do conteúdo do território, (base de conflito) por uma referência meramente escalar e, além disso, o aborda como uma ilha, o lócus espacial do desenvolvimento apartado e/ou imune as conjunções da macroeconomia global capitalista (LIMA, 2012, p.165).

Para a compreensão desse processo, basta observarmos que a reunião colegiada visava à formação produtiva de trabalhadores rurais sobre um projeto de financiamento, vinculado ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Essa é uma extensão

estratégica do Banco Mundial, onde a sua aplicação é destinada as unidades camponesas. Ou seja, o próprio discurso de emancipação social endógena entra em contradição ao não avaliar os ditames do capital que estão presentes na promoção desta política pública de Estado.

Outro aspecto que nos chama atenção, são os aparentes critérios de avaliação do Estado ao direcionar o projeto “Pró Semiárido” para a população, no que se refere à distribuição dos financiamentos familiares. Inicialmente, é avaliada a força de mobilização cooperativa e associativa das comunidades, em um cenário baiano de precariedade das condições de vida da população, e em seguida observa-se o êxito ou fracasso de projetos anteriores desenvolvidos nas comunidades em questão, sem ao menos avaliar junto à comunidade, as reais escolhas ou processos de implantação da comunidade que não alcançaram o planejamento esperado pelo programa governamental.

Mediante isso, observa-se o ambiente territorial como meio propulsor para alavancar os projetos de financiamento, sendo que as diversas entidades que compõem o Colegiado territorial visam participar e/ou receber projetos de financiamentos públicos. Nos últimos anos mais de 345 mil agricultores foram contemplados com ações do garantia safra e nos anos de 2015/2016 o governo federal destinou 1,4 bilhões em crédito rural para o estado da Bahia, sendo este valor 55% acima do que foi disponibilizado nos anos de 2013/2014, o que representa um maior incentivo ao crédito para os trabalhadores rurais. (BRASIL. MDA, 2015).

Atribui-se, portanto, aos territórios a responsabilidade pelo desenvolvimento que se deve realizar. E o capital, ao se apropriar/dominar do/o lugar, o faz seduzido pelas particularidades presentes – abundância de recursos naturais, mobilidade da força de trabalho na intensidade requerida para a máxima produção de valor, ambiente político estável, além de outras –, mas cuja estratégia é redirecionar o processo produtivo local, de forma que se coadune com seus interesses (LIMA, 2012, p.152).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar a existência de concorrência entre as comunidades, municípios e dos próprios territórios de identidade em busca de recursos e projetos. Processos esses que favorecem o Estado burguês capitalista, tendo em vista que nesse cenário de competição entre os territórios, o Estado transfere a responsabilidade da procura e do crescimento econômico para a população. Há estreita relação entre a política de desenvolvimento territorial e os projetos de (re)estruturação produtiva do capital que direcionam estratégias de subordinação da mão de obra camponesa, por meio de projetos dos setores financeiros mundiais.

Nos direcionamentos propostos na reunião do Colegiado, os representantes dos setores

do Estado destacaram a responsabilidade que os trabalhadores precisam assumir com o desenvolvimento dos projetos financiados, tendo inclusive a preocupação de ratificar durante a reunião a necessidade de uma boa produtividade agrícola para que a comunidade venha a ser contemplada com outros projetos futuros. Em nosso entendimento, mesmo que esse discurso seja oriundo de um representante do Estado, inserido em um Colegiado territorial, o mesmo legitima a ausência do próprio Estado sobre a responsabilidade social com os trabalhadores rurais envolvidos naquele projeto e expõe contradições do modo de produção capitalista.

Mediante isso, é necessário promover uma consciência de que esses trabalhadores rurais foram destituídos das condições de emancipação social e econômica por projetos direcionados pelo próprio processo sociometabólico do capital, onde em determinados períodos esses indivíduos ou seus familiares foram forçados a abandonar a sua propriedade e realizar um processo de mobilidade para vender a sua força de trabalho em outros setores produtivos condicionados pelo próprio capital.

3.1 O ACESSO ÀS POLÍTICAS DE CRÉDITO E A IDEOLOGIZAÇÃO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL

A estrutura de funcionamento do PRONAF objetiva o financiamento de projetos individuais ou coletivos, que potencialize a renda dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária (Quadro 4). Em linhas gerais, o programa valoriza-se no meio rural por possuir as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito no país (BRASIL, MDA, 2014). A estrutura do programa se organiza nas seguintes linhas de crédito:

Quadro 4: Linhas de crédito do PRONAF:

Pronaf Custeio	Financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf.
Pronaf Mais Alimentos Investimento	Financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.
Pronaf Agroindústria	Financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.

Pronaf Agroecologia	Financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
Pronaf Eco	Financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.
Pronaf Floresta	Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.
Pronaf Semiárido	Financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semi-árido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.
Pronaf Mulher	Financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.
Pronaf Jovem	Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.
Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.
Pronaf Cota-Parte	Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.
Microcrédito Rural	Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.

Fonte: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Elaboração: Luis Eduardo Cunha Silva, 2018.

Um elemento de destaque entre o PRONAF e a política de desenvolvimento territorial é a participação das instâncias municipais, estaduais e federais, todos esses segmentos com suas coordenações fomentam a promoção de uma política de ordenamento consolidada. A ampliação desse discurso de certa maneira tem auxiliado no fomento a adesão do programa por parte dos camponeses, principalmente no que se refere à região Nordeste do país onde o

crescimento relativo de adesão do programa desde o ano de 1997 até 2001 é o maior já registrado (Tabela 3).

Tabela 3: Número de municípios beneficiados pelo PRONAF Infraestrutura e Serviços por Região-1997 – 2001.

REGIÃO	1997	1998	1999	2000	2001	Crescimento absoluto (1997-2001)	Crescimento relativo (%) (1997-2001)
Norte	48	75	120	109	161	113	235,4
Nordeste	138	258	392	331	628	490	355,1
Sudeste	96	152	227	212	235	139	144,8
Centro Oeste	44	74	97	94	82	38	86,4
Sul	135	153	170	170	147	12	8,9
Total	461	712	1006	916	1.253	792	171,8

Fonte: HESPANHOL, 2006, p.17

Elaboração: Luis Eduardo Cunha Silva, 2017.

No entanto, observa-se que nos últimos anos a Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário do estado da Bahia tem registrado um crescimento da inadimplência entre os camponeses. Ao todo, estima-se que mais de 100 mil famílias apresentam dívidas com o programa. A manutenção da dívida afeta a vida das famílias em diferentes aspectos. Só a título de exemplo, essas famílias não poderão ter nenhum acesso a outros recursos vinculados ao programa de crédito, além de colocar em risco as garantias reais da posse da terra como alienação, hipoteca ou penhor. (BRASIL, MDA, 2014).

Diante desse cenário pode-se perceber que tanto o camponês quando as suas propriedades são subordinadas ao controle do capital através da política de crédito do programa.

As mudanças de orientação de crédito para o camponês, a partir de meados da década de 1990, surgem numa extensa teia de relações por parte do capital, do Estado com a participação decisiva do Banco Mundial, grupos multilaterais hegemônicos, bem como dos lobbies do agronegócio e dos agentes financeiros, que se sustentam pela via institucional do Estado promovendo via expansão a política de crédito rural, enquanto mola-propulsora de uma estratégia que assenta as bases de um novo padrão de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, sem, contudo, modificar o viés concentrador, setorial e produtivista que caracteriza o modelo de desenvolvimento agrícola vigente no Brasil (RODRIGUES, 2012, 134).

No estado da Bahia esse processo de ampliação da política de crédito é ainda mais intenso, mediante o pressuposto de organização territorial consolidado. Compactuados em

uma base de organização política colegiada de desenvolvimento, o PRONAF e as suas linhas de créditos encontram em cenários como o do Território do Sisal condições favoráveis para o avanço dos projetos de expropriação do Estado burguês.

O Estado da Bahia apresentou a maior participação dentre os estados da região Nordeste (23,9% em média entre 1999 e 2011) e está entre os primeiros estados com maior número de contratos de crédito rural. Desse modo, o valor médio do contrato de crédito rural na região baiana é baixo, comparado ao resto do Brasil. Diferentemente dos estabelecimentos situados nas regiões Sul e Sudeste do país, os estabelecimentos agropecuários do estado da Bahia são caracterizados por empreendimentos familiares e com baixo valor agregado na produção. Assim, têm baixo potencial de acesso a grandes valores de crédito rural. (LIMA, J, 2013, p.37).

Segundo dados do Banco do Nordeste, o da Bahia ainda se mantém como o estado com maior número de contratos de crédito rural (Tabela 4). Isto representa uma consequência da própria política territorial no estado, tendo em vista que a Bahia representa para a política nacional dos Territórios Rurais Sustentáveis, a unidade federativa que apresenta a maior consolidação das estratégias territoriais.

Tabela 4: Números de contratos na região nordeste.

UF	Número de clientes	Número de Operação	Saldo Líquido em R\$.
AL	34.137	45.465	817.767.660
BA	125.373	160.314	4.076.957.653
CE	95.823	134.459	2.309.989.174
MA	102.104	117.575	1.997.205.423
PB	43.630	55.275	678.267.207
PE	99.661	122.198	1.988.936.231
PI	65.656	84.156	1.563.717.390
RN	40.943	53.472	782.691.994
SE	33.037	44.185	1.174.489.496
Total Geral	674.683	860.590	17.019.407.367

Fonte: Banco do Nordeste, 2014.

Elaboração: Luís Eduardo Cunha Silva, 2018.

O que se constata é que a consolidação da política territorial na Bahia gera um incentivo maior do próprio Estado para disponibilizar empréstimos aos camponeses. Consolida, dessa forma, os objetivos do processo de acumulação do capital, tendo em vista que a política de desenvolvimento territorial difunde a possibilidade de se estabelecer uma sociabilidade entre

os indivíduos nos marcos da hegemonia capitalista (LIMA, 2012, p.167).

Ainda, segundo Lima (2012), essa condição da territorialização só se mantém duradoura, conforme seus signatários, caso a mesma, passe a combinar o planejamento espacial pelo Estado, considerando inclusive as potencialidades dos territórios criados, bem como a capacidade empreendedora dos indivíduos que integram o lugar, devendo estar aptos as condicionantes variáveis presentes na circulação de capitais e mercadorias.

Criam-se deste modo as linhas PRONAF jovem, PRONAF Mulher, PRONAF pesca, entre outras linhas de crédito das mais variadas abrangências. Essa expansão da base social de beneficiários opera na inserção de segmentos sociais que tornam-se público alvo modernizados ou a serem modernizados, incorporando nestes segmentos a lógica do espírito empresarial, orientados a adentrar nos circuitos organizados das cadeias produtivas voltadas ao agronegócio e as agroindústrias, ou incorporados em diferentes serviços e atividades para além da agricultura. Assim aparecem no cenário do campo novos empreendimentos não agrícolas ditados pela pluriatividade, a exemplo dos ramos de hospedarias, de serviços, artesanato, pequenas agroindústrias, associados em atividades comerciais com o predomínio da lógica empresarial, cuja eficácia é medida fundamentalmente pelo desempenho produtivo no circuito das flutuações de mercado (RODRIGUES, 2012, p.100).

Segundo Rodrigues (2012), as próprias linhas de atendimento do PRONAF já expõem o quão o programa apresenta um atendimento de interesses dos ditames do capital, compondo setores de atendimentos que se aglutinam no objetivo central de modernização do campo, através da economia de mercado. Contudo, o PRONAF junto com a política territorial, participa de um processo de reestruturação produtiva do capital, responsável pela valorização do território enquanto ator do desenvolvimento.

Para Lisboa (2007), as políticas voltadas para o desenvolvimento nesse formato são respondidas no/pelo território, momento este em que as consequências da crise do capitalismo impõem alterações aos padrões produtivos e organizativos, alterando o discurso predominante em defesa do desenvolvimento por meio da industrialização que passa a ser substituído pela onda de desenvolvimento territorial, fundamentado na valorização cultural, como alternativa para um “desenvolvimento mais equilibrado e justo”.

O Estado, nesse contexto, em razão da mundialização do capital, configura-se numa nova roupagem onde, sem abdicar das funções primordiais de que é investido- portanto, mantendo sua essência - pauta suas intervenções em reiteradas alusões a participação dos indivíduos, na concretização de um promissor desenvolvimento territorial. O lugar, então territorializado pela apropriação propositada do capital, sob os auspícios do Estado, adquire o status de protagonista do crescimento econômico (LIMA, 2012, p.152).

É mediante esse pressuposto de avanço do programa no espaço agrário brasileiro que é atribuído ao PRONAF a razão do aumento da capacidade de investimento e custeio produtivo. Para tanto, é estabelecida a criação de estratégias que facilitem o acesso aos financiamentos, propondo diminuir os custos do crédito para que seu uso se torne mais acessível. Entretanto apesar de propagandear facilidades na acessibilidade ao crédito, o PRONAF cria uma série de “gargalos”, de modo que o financiamento concedido assegura somente aos Bancos maiores condições de retorno dos empréstimos.

Com o avanço das estratégias agrícolas territoriais, em parceria com as políticas de crédito para os camponeses, atuam de maneira articulada aos ditames da (re)estruturação produtiva do capital. A figura do camponês passa a ganhar cada vez mais notoriedade econômica no espaço agrário, em um processo de subordinação e transformação contínua da propriedade camponesa. O resultado do trabalho humano é capturado pelo capital que subordina – sem descartar por completo- sua utilidade à abstração do valor, perpetuando assim à incorporação desses indivíduos a produção agrícola voltada para o mercado.

Isso significa que, no mercado -o espaço criador de sociabilidade- os proprietários de mercadorias emergem como candidatos a sociabilidade à medida que são possuidores de coisas intercambiáveis. A interação social é constituída aqui exclusivamente pela mediação das coisas, isto é, através dos produtos de seu trabalho que aparecem no mercado. Já que se trata de produção individual, marcada pela ausência de qualquer regulação social direta do processo de trabalho, a sociabilidade é posterior ao processo de produção e efetiva-se na esfera da circulação pela mediação da troca dos produtos do trabalho (OLIVEIRA, 1996, p.261).

É justamente nesse ponto que o PRONAF estabelece um campo de estratégias favoráveis aos ditames do capital, seguindo a lógica da expansão da financeirização da economia que não só domina e determina os caminhos da economia rural brasileira, como também controla político- ideologicamente as estratégias políticas do governo. No âmbito do Território do Sisal a inserção de trabalhadores na produção agrícola de mercado, com isso, aqueles indivíduos que baseavam a sua propriedade a relações de caráter camponês, passam agora a se integrar a uma política de crédito para a sua propriedade e a especializar a sua produção mediante a cadeia produtiva que o território desempenha. Um dos elementos importantes para esse processo no Território do Sisal ocorre em função das estratégias produtivas da APAEB. Fundada inicialmente como uma associação, mas que atualmente assume um caráter de produtora industrial e um dos agentes promovedores do desenvolvimento territorial. A APAEB conseguiu ao longo desses anos expandir a produção agrícola de mercado em determinados municípios do Território do Sisal. Outro elemento

importante é a valorização direcionada da política pública territorial e do PRONAF ao modelo de acompanhamento técnico da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), nos planos de execução do programa²¹, os serviços da ATER devem compreender o estudo técnico, representado pelo plano simples ou integrado da produção da propriedade ou agroindústria. Na visão da política de desenvolvimento territorial, uma boa orientação técnica, articulada com a exploração adequada da técnica agrícola é de fundamental importância para a garantia da produtividade, sendo esse inclusive um dos principais objetivos pronunciados pelos representantes da política territorial: a produtividade.

No território do Sisal a função da assistência técnica é bastante enfatizada nos espaços deliberativos da política territorial, sendo inclusive, membros participantes frequentes das reuniões e visitas em comunidades. Esse papel operacional da assistência técnica é de fundamental importância para a inserção dos camponeses nas políticas de créditos oferecidas por programas como o PRONAF, tendo em vista que é a assistência técnica que vai orientar o camponês em sua propriedade a desenvolver determinadas produções agrícolas que são direcionadas para o Território do Sisal.

A partir do momento em que o camponês se vê orientado a alterar as suas relações de produção para “modernizar” sua propriedade e se inserir na cadeia produtiva territorial, o mesmo se encontra também numa situação financeira de vulnerabilidade, com poucos recursos para alterar suas relações de produção. É nesse momento que a própria assistência técnica é um vetor de articulação com as políticas de créditos, ao articular o produtor e a sua propriedade com as linhas de crédito da produção agrícola. Mediante isso, os ditames do mercado agrícola atuam em dialética combinada nesse processo.

São em situações como essas que a subordinação das relações camponesas se materializam, inserindo a propriedade camponesa nos moldes da agricultura familiar, mediante a lógica de mercado que adere os elementos mais claros do modo como os agricultores relacionam-se com a sociedade capitalista de mercado (RODRIGUES, 2012, p.98).

Através dos seus documentos oficiais, percebe-se que o PRONAF, foi criado com a intenção de servir o conjunto dos chamados “agricultores familiares” com o objetivo da inclusão da unidade familiar e crescimento da renda familiar, do emprego, da produção, via adoção de políticas de reordenamentos territoriais, com o discurso de combater, desta forma, parte dos problemas sociais urbanos provocados pelo desemprego rural. (RODRIGUES, 2012, p.98).

²¹ Cartilha Crédito Rural do PRONAF para o Ano Safra.

As atividades produtivas desenvolvidas no espaço agrário estão cada vez mais integradas com uma cadeia produtiva que exige a participação dos trabalhadores nas monoculturas produtivas alinhadas com os moldes de produção industrializados que foram adotados pelas associações e cooperativas locais. Com isso, cabe salientar que o espaço agrário do Território de Identidade do Sisal materializa as relações industriais da modernização agrícola que o capital em sua (re)estruturação produtiva propôs já em meados do século XX.

Todas essas condições, são inclusive consequência do próprio PRONAF, que ao longo dos anos vem passando por constantes transformações em seus planos. De modo geral ocorre uma ampliação no alcance nos públicos alvos com o objetivo de incluir associações de produtores e cooperativas habilitadas ao trabalho e direcionamento de crédito, ampliando com isto a oferta de recursos, limites de taxas de juros e formas de pagamento dos empréstimos. Essas transformações passam a engendrar os processos de formação de associações e cooperativas, bem como o seu fortalecimento, dentro de uma lógica do desenvolvimento local do estado. No entanto, cabe ressaltar que se amplia, uma rede de incentivo ao empreendedorismo econômico, fundamento esse vinculado ao pensamento neoliberal. Nesse sentido o desenvolvimento territorial assume múltiplas funcionalidades.

O avanço dos princípios produtivos do mercado no cotidiano dos trabalhadores rurais estabelece ainda a promoção da categoria de “empreendedor”, sendo esta uma falsificação ideológica ainda mais perversa para as condições da classe trabalhadora por aprofundar a defesa da prioridade individual das unidades produtivas, mesmo estando os trabalhadores envolvidos em cooperativas e associações, as mesmas não se afastam dos princípios de exploração e acumulação do mercado. O que ocorre na verdade é um acirramento da concorrência entre territórios rurais e cooperativas que buscam atender a setores do mercado de consumo.

Processo este que expõe o grau de subordinação camponesa ao processo de acumulação do capital. Portanto, o desenvolvimento territorial que se estabelece no Território de Identidade do Sisal opera sob os ditames de uma (re)estruturação produtiva que visa o fomento a iniciativas neoliberais da economia capitalista. Mas para que isso ocorra em plenitude para o capital, a atuação dos setores estatais é de fundamental importância.

Os protagonistas do desenvolvimento local são, portanto, múltiplos, simplesmente porque, em qualquer latitude, não há nenhum ator econômico, político e/ou social que seja capaz de monopolizar a oferta de serviços de desenvolvimento empresarial na amplitude e diversidade necessárias. Isto

significa, entre outras coisas, que se um governante desejar promover o desenvolvimento local do território que governa ele terá, antes de qualquer outra coisa, que descer do pedestal e compartilhar os espaços do diagnóstico, da formulação implantação e da avaliação de políticas públicas com outras esferas de governo, o setor privado e a sociedade civil organizada (COCCO; URANI; GALVÃO, 2002, p.30).

Dessa forma, os camponeses inserem-se numa produção de mercado que também dita a necessidade de um mecanismo empreendedor da sua produção. Os espaços de gestão colegiada passam a aderir um discurso em consonância com a ideia de promoção do empresário inovador nas políticas de caráter territorial.

O papel político desempenhado pelo novo empresário vem do fato de que a produtividade em um sistema ancorado no território passa a depender fortemente da força cooperativa ente os agentes, ou seja, da integração de cada indivíduo ao grupo. [...] Exatamente por isso, podemos imaginar que a figura do empresário foi inserida no processo de cooperação. Assim, na medida em que este processo cooperativo ganha autonomia ao longo do território, passa a não depender mais das decisões do empresário (COCCO; URANI; GALVÃO, 2002, p.24).

A despeito das assertivas de “sucesso” promovidas pelos governos no que se refere à adoção do enfoque territorial no desenvolvimento das políticas públicas, o que se pode verificar são contradições permanentes, que longe de questões paralelas de resolução processual por via da própria política pública, na verdade selam a incapacidade de socialização da riqueza dentro de uma sociedade regida pelo modo de produção capitalista.

3.2 O (DES)VENDAR DA SUBORDINAÇÃO CAMPONESA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SISAL

Balizado pelas políticas públicas e recursos do Estado burguês, o início da ampliação das ações de acumulação do capital no cenário que hoje corresponde ao Território de Identidade do Sisal se consolida na (re)restruturação produtiva do capital desde meados da década de 1980, principalmente a partir da organização da associação APAEB que surge com a intenção de articular a produção local da fibra de sisal no mercado de exportação mundial.

Na atualidade, mesmo a produção da fibra não sendo a única cadeia produtiva do território, percebe-se que a grande amplitude da política territorial ocorre com eficiência por justamente aproveitar-se da infraestrutura histórica da produção do sisal, ou seja, antes do (re)ordenamento do Estado via as políticas territoriais, existia dentre os municípios produtores da fibra do sisal o desenvolvimento de uma cadeia produtiva baseada na produção de mercado, mas que a mesma só assume uma projeção maior a partir das políticas territoriais

voltadas para o espaço agrário brasileiro.

Em uma das entrevistas realizadas na pesquisa de campo tivemos a oportunidade de ter contato com um dos fundadores da associação. Segundo o entrevistado:

A criação da associação APAEB significa um marco importante para a produção agrícola local. A associação promove mudanças na maneira como a população deve lidar com os problemas que enfrentam, tendo em vista que o que existiam eram ações que buscavam soluções para as mazelas sociais de maneira esfacelada e individualizada. Nesse sentido a associação desenvolve ações em prol da necessidade de promoção coletivas em torno da produção do sisal (Entrevistado 06, Município de Valente-BA, setembro de 2017).

Para além do que foi citado no capítulo anterior, sobre a formação da APAEB, cabe ressaltar que o seu processo de constituição tem fortes ligações com as estratégias financeiras de crédito. A associação foi estruturada em seus primórdios com o objetivo de criar um sistema de poupança financeira para os produtores rurais, denominada de COOPERE-SISAL, instituição essa que posteriormente vinculou-se à rede nacional de créditos cooperados SICOOB. Segundo o mesmo entrevistado na citação anterior pode-se elencar que:

Foi a APAEB quem criou na época o COOPERE aqui em Valente. Quando começamos a experiência com a comercialização do sisal na década 1980, nós encontramos o primeiro dilema que foi o dinheiro e sem isso a gente nem chegava a entrar em um banco da região, quanto mais falar com algum gerente sobre crédito [...] Em 1984 começamos a planejar a exportação do sisal, mas só em 1989 entrar no mercado internacional. No entanto como iríamos exportar? Precisamos comprar o produto, pagar antecipado ao produtor, gerar um estoque. Mas nós não tínhamos dinheiro para isto. Foi então que nós criamos o “programa” Poupança APAEB” com isto nós incentivamos a população local a pegar o que tivesse sobrando em sua renda e entregasse a APAEB para administrar [...] E naquela época alguns começaram a acreditar na proposta e passaram a depositar quantias de diversos valores. Naquela época, na região só tinham agências do banco BANE²² e Banco do Brasil, sendo que os mesmos não abriam uma conta corrente ou poupança com valores inferiores ao que correspondia o salário mínimo na época. E nós começamos a capitalizar isso. Com isto o programa de Poupança APAEB se tornou uma opção viável para os produtores de baixa renda. Com isso nós passamos a ter mais de cinco mil contas abertas que chegaram a gerar valores em torno de US\$ 150 mil dólares e foi com isto que começamos a exportar a fibra do sisal (entrevistado 04, município de Valente-BA, setembro de 2017).

Contudo, cabe ressaltar que a associação se estruturou em seus primórdios com o objetivo de criar um sistema de poupança financeira para os camponeses. O intuito era de promover o fortalecimento local, gerando um planejamento em longo prazo, para o

²² Banco do Estado da Bahia, mais conhecido pela sigla BANE²², foi um banco estatal fundado em 1952 e arrematado em leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, pelo Bradesco, em 22 de junho de 1999, por 260 milhões de reais.

aprimoramento da infraestrutura da associação.

O marco de instituição da APAEB representa a consolidação de uma associação inserida em um mercado resultante da modernização conservadora do campo. Mediante isso, pode-se perceber que no âmbito territorial, as reais consequências permeiam na inserção dos produtores associados no mercado de exportação da fibra e incentivo para a produção de outros derivados na própria unidade fabril da associação. (Figura 9).

Começando suas atividades em 1980, alcançou em 1996 grande realização com a implantação da fábrica de Tapetes e Carpetes de Sisal, dando um grande incentivo a essa cultura, criando todas as condições para seu resgate não só em Valente, mas em toda a região sisaleira [...] Hoje os tapetes e carpetes de sisal são comercializados no mundo inteiro, levando a outros povos o fruto do trabalho do sertanejo (GALVÃO, 2008, p.139).

Figura 9: Instalações internas da fábrica de processamento da fibra de Sisal da APAEB no município de Valente –BA, 2015.



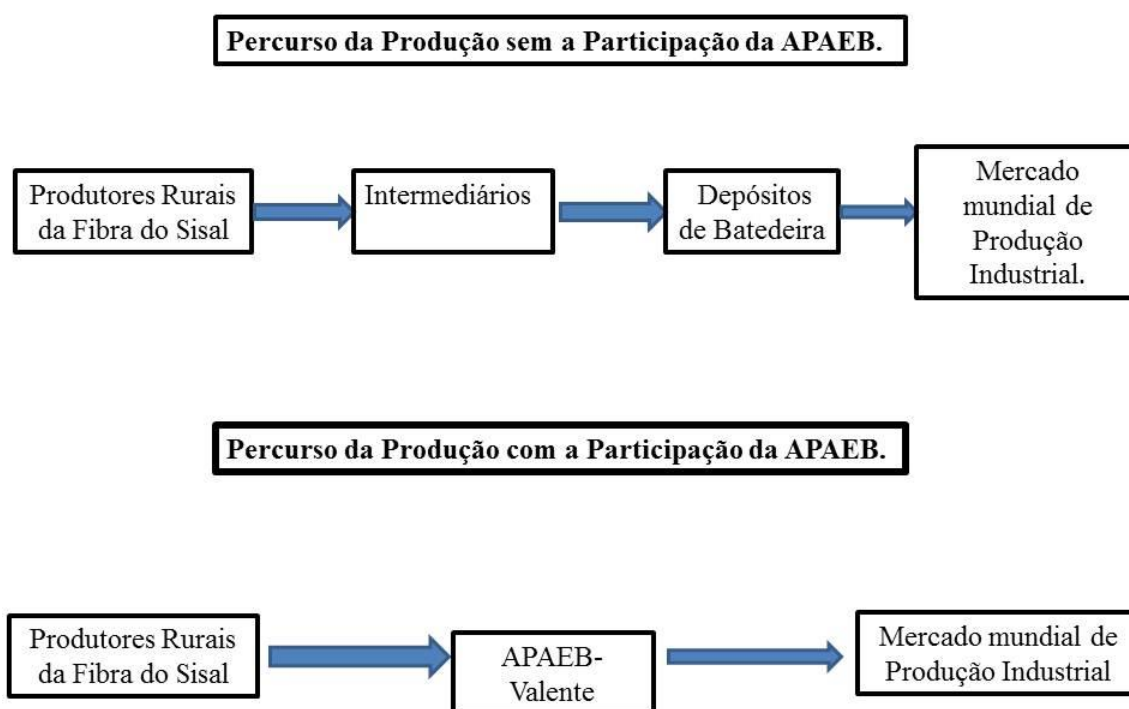
Fonte: <http://www.apaeb.com.br/> acessado em: 12.01.2018.

A condição de ampliação da APAEB para uma escala de produção industrial ocorre por meio da defesa de uma necessidade dos camponeses associados romperem a lógica de valorização da fibra de sisal que é coordenada pelos atravessadores. Segundo os fundadores entrevistados esses indivíduos ainda estão presentes na cadeia produtiva do sisal, mas a

presença da APAEB dificulta uma maior exploração dos trabalhadores rurais. Os atravessadores assumem a função de encaminhar a produção da fibra nos campos de plantio para a indústria processadora. É nesse “vácuo” da produção que se aloja o “intermediário”, esse que se responsabiliza pela compra da fibra dos pequenos produtores de uma determinada região, consolidando assim uma rede de acumulação do produto em valor de revenda para os donos de “batedeiras”²³ (Figura 10).

O contexto de inserção da APAEB nesse cenário está voltado para diminuir a interferência dos intermediários do mercado de preços e comércio da fibra, inserindo assim a associação de pequenos produtores no mercado de exportação da produção, ou seja, a partir da associação os produtores teriam o contato direto com o mercado de exportação (Figura 10).

Figura 10: Cadeia produtiva da fibra do sisal.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Elaboração: Luís Eduardo Cunha Silva, 2018.

²³ Depósitos para o processamento de limpeza e compactação do Sisal.

Entretanto, mesmo com toda a ênfase de defesa desse processo, alinhada a um discurso de emancipação, pede-se perceber que as relações de exploração do trabalho não são rompidas. Na verdade, o que ocorre é um aprofundamento da exploração do trabalho, onde o modelo cooperativo passa a desenvolver um papel de (re)produtora da acumulação capitalista no território. Para além disso, a condição de vida e de trabalho dos indivíduos envolvidos na produção da fibra na unidade fabril correlaciona-se com a precariedade, em sua grande maioria, dos trabalhadores que lidam com o desfibramento nos campos de plantio, restando a esses indivíduos apenas a venda da sua força de trabalho para garantir-lhe a sua sobrevivência.

A despeito desse objetivo da APAEB em estabelecer o rompimento com os atravessadores que exploram a mão de obra dos trabalhadores em função do lucro na produção da fibra do sisal, o que se verifica é que a efetivação da APAEB no circuito de produção da fibra de sisal ratifica a inserção dos camponeses nos ditames da acumulação do capital. Com isso, o interesse da APAEB ultrapassa a organização comunitária da produção e passa a se constituir numa das primeiras portas de entrada para o capital financeiro, via políticas de crédito na região que compreende o atual Território do Sisal, mesmo antes da institucionalização dos programas territoriais.

Dessa forma, o objetivo da associação torna-se de inserção nos fluxos do mercado de exportação da fibra e demais derivados, estabelecendo dessa forma um falso cenário de emancipação dos indivíduos associados por meio das “novas formas de relações de mercado”. A partir de então toda a produção é inserida numa lógica totalmente industrial, onde o preço do produto é determinado e classificado em função da qualidade do produto, selecionado em quatro tipologias diferentes. (Figura 11).

Figura 11: Classificação dos tipos de fibra do sisal.



Fonte: <http://www.apaeb.com.br/> acessado em: 12.01.2018.

Nesse sentido, percebe-se a completa adequação da associação aos meios de produção industrial que o mercado de exportação exige. Assim as relações de poder comunitário se engendram no discurso da produção industrial reproduzindo a contradição do discurso universalista das ações cooperativistas com a manutenção das relações de exploração do trabalho. Para que ocorra uma real transformação na vida dos trabalhadores envolvidos nestas relações produtivas, é necessário que haja um rompimento com essas condições de trabalho e não que se promulguem novas estratégias do capital através de projetos que estabelecem uma ideologização da emancipação humana.

É por meio dessa rede de infraestrutura que a política de desenvolvimento territorial estabelece incentivos que condicionam a criação de associações, cooperativas, fundações e demais segmentos organizativos da sociedade civil, segmentos esses que posteriormente facilitam o desenvolvimento da política de desenvolvimento territorial no Território de Identidade do Sisal. Os setores cooperativados promovem um discurso de “união” entre os trabalhadores, como estratégia de fortalecimento da agricultura local, mas é necessário nos atentarmos que a condição unificação desses camponeses está com o foco para a inserção

adequada do mercado de produção agrícola, o que não permite a emancipação das condições humanas de trabalho, pelo contrário, aprofundam as relações da exploração.

As fábricas cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, são as primeiras rupturas da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista. Mas dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho (MARX, 2008, p.587).

As críticas do Marx e Engels (2008) que estão situadas em um contexto histórico de análise do partido operário alemão, que passam a elencar como umas das prioridades da luta operária a criação de cooperativas por via do Estado, classificando o Estado como ente legítimo da organização cooperada dos trabalhadores, é extremamente pertinente no cenário do Território de Identidade do Sisal, onde as necessidades de transformação proletária são atribuídas erroneamente ao Estado burguês.

Substitui-se a luta de classes existentes por uma fórmula oca de jornalística: a “questão social”, para cuja solução se “prepara o caminho”. Em vez de resultar do processo de transformação revolucionária da sociedade, “a organização socialista do conjunto do trabalho” “resulta” da “ajuda do Estado”, ajuda que o Estado fornece as cooperativas de produção que ele próprio (e não o trabalhador) “criou” (MARX; ENGELS, 2004b, p.144).

Segundo Conceição (2003), nota-se que as cooperativas se tornam meios para o capital penetrar no cenário territorial pela política de financiamento do Banco Mundial através da própria intervenção do Estado, aprofundando ainda mais as desigualdades, ampliando a fome e a pobreza na região tornando mais contraditório e transparente o processo contraditório e combinado do desenvolvimento capitalista.

Além disso, outro ponto de grande relevância nesse processo de expansão dos ditames do capital financeiro trata-se da subordinação das relações camponesas de produção que são transformadas nesses projetos em produção agrícola da agricultura familiar. Tendo em vista que:

Não se priorizou a produção camponesa; o modelo Cooperativista adotado constitui-se como a própria estratégia da penetração capitalista, em função de uma modernização recuperadora que na realidade significou uma vinculação de dependência ao setor industrial, e consequentemente a

incapacidade de acompanhar o nível de produtividade, de competência do mercado internacional (RODRIGUES, 2013, p.118).

Tal processo no contexto do atual Território do Sisal assumiu uma magnitude grandiosa no início da década de 1990, para os moldes das políticas de incentivo ao cooperativismo e associativismo no cenário brasileiro. A APAEB já neste período se tornava uma das poucas associações brasileiras que conseguiram estabelecer um vínculo de produção com o mercado industrial de exportação, condição essa que é muito valorizada pelos membros envolvidos com a fundação e gestão da associação. Em entrevista realizada no município de Valente, um dos fundadores afirma:

O caso da APAEB é extraordinário. Onde no Brasil você encontra uma associação comunitária que começou um planejamento de entrada no mercado de exportação na década de 1980 e que se consolida nos anos iniciais dos anos de 1990? Lugar nenhum! E se houve alguma que começou, não evoluiu muito. Então de fato a APAEB já na antiga Região Sisaleira e atual Território do Sisal é um marco importantíssimo para a sociedade local (Entrevistado 04, Município de Valente-BA, trabalho de campo, setembro de 2017).

Entretanto, essa mesma linha de pensamento que valoriza a impulsão da associação dentro do mercado de produção da fibra do sisal apresenta em seu desenvolvimento evidentes contradições no que tange à condição de trabalho que uma parcela dos trabalhadores ocupa nesse processo, materializando assim uma contradição permanente da sociedade capitalista que se estrutura na acumulação de riqueza em função da exploração constante do trabalho.

Existiam momentos que na APAEB, nós tínhamos cerca novecentos funcionários na fábrica da associação, entre quatro turnos de seis horas permanentes trabalhando, mas aí nos anos 2000 a questão cambial afeta a produção, o dólar sofre uma queda brusca processual de R\$ 4,00 baixa pra R\$ 1,50 e isso faz com que a APAEB entre num quase estágio de falência. Mas é o momento que Lula entra no cenário político, o país ganha credibilidade, o dólar passa a entrar no país em melhor cotação para o mercado e isso faz com que a gente se recupere no mercado (Entrevistado 04, Município de Valente –BA, Trabalho de campo em setembro de 2017).

Conforme os relatos, o entrevistado destaca ainda que no período anterior aos anos 2000 a APAEB apresentava dificuldades na organização do mercado da fibra do sisal, em função das constantes variações no preço. No entanto, nos anos iniciais do Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) ocorre uma reestruturação do mercado da fibra em função das garantias que as políticas de crédito proporcionaram.

Para Conceição (2013).

Com esta mesma intenção o governo do PT de Lula da Silva assume já no seu primeiro ano de governo a formação de sua Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, seguindo o mesmo direcionamento do governo anterior. O território torna-se o referencial para a organização das políticas públicas, constituindo a base para a Proposta Nacional de Ordenamento Territorial-PNOT. É importante observar que o governo assume na totalidade o Programa do Banco Mundial agregando na sua ideologia o conceito de “desenvolvimento sustentável”. O conceito operacional de ordenamento territorial e sua associação ao desenvolvimento sustentável reiteram as medidas definidas pela política neoliberal do Banco Mundial, e o governo popular do Partido dos Trabalhadores se encaixa ao modelo macroeconômico e de ajuste fiscal dando prioridade a centralidade do livre mercado como requisito básico para o crescimento econômico (CONCEIÇÃO, 2013, p.90).

No decorrer desse rearranjo da APAEB é demonstrado o real caráter de inserção da associação no processo de mudanças nas condições de produção camponesas. Desse modo, a subordinação dos camponeses ao capital se estabelece nos mecanismos de desarticulação e eliminação gradativa das relações camponesas em função da sujeição ao capital. Segundo Souza (2001), uma vez que ao adentrar no campo, o capital subordina as relações de produção familiar, através do assalariamento dos trabalhadores, em função da grande empresa capitalista. Além disso, a condição de assalariamento citado pelo entrevistado na citação acima, representa uma subordinação ao capital, numa condição consequente da mobilidade do trabalho para as unidades de produção industrial.

Todavia, no que se refere aos trabalhadores desterrados e sem alternativas para o seu sustento, os mesmos são constantemente submetidos à lógica da exploração do trabalho precarizado. O trabalhador se mantém em condições de extrema exploração da sua mão de obra para a geração de mais valia, bem como de vulnerabilidade das garantias trabalhistas.

A aludida organização socioeconômica erigida pela cadeia produtiva do sisal tem reproduzido sua feição tecnológica arcaica e socialmente injusta e desigual, manifestando-se na concentração de renda engendrada pela superexploração do trabalho e pela sujeição da renda da terra ao capital, e na submissão dos trabalhadores as precárias condições de trabalho e de vida (COELHO NETO, 2013, p.166).

Os depoimentos dos trabalhadores durante a pesquisa de campo realizada no município de Valente expõem essas condições de trabalho de baixa remuneração, altas jornadas de trabalho e inserção de mão de obra infantil nos processos produtivos da fibra. Durante a pesquisa de campo, foi possível observar essa linha de produção em sua completude. De modo geral trabalham por colheita em um campo de sisal²⁴ cinco pessoas, divididas nas funções cortador, botadores, resideiros e sevadores (Figura 12). Cabe ressaltar nessas

²⁴ Área de plantio e cultivo do Sisal.

atribuições de funções que no que se refere ao “botador” é muito comum desde as décadas iniciais de plantio e cultivo do sisal, a utilização da mão de obra infantil, sob o argumento da necessidade de agilidade para avançar no interior das lavouras.

Um dos entrevistados relatou a seguinte experiência.

Trabalho na lavoura do sisal desde os doze anos de idade, hoje tenho trinta e dois anos e continuo no cultivo. Nos momentos de queda do preço do sisal por motivos que desconheço, a minha família acabava abandonando o cultivo e ocupando outras funções nas fazendas vizinhas ou na cidade. Em um determinado momento consegui um emprego numa fábrica calçadista que se instalou aqui em Valente- BA, foi justamente um momento de redução de produção do sisal (Entrevistado 05, Povoado de Valilândia-Município de Valente-BA).

Durante as visitas de campo realizadas na zona rural do município de Valente-BA, foi possível estimar uma média de produção de sisal dos trabalhadores. Em média, a produção atual da fibra gira em torno de 1.300 kg por semana, dentro desse universo a produção é subdividida entre o detentor do campo de sisal e proprietário do motor que se responsabiliza pelo processo de produção da fibra. Através dessas análises, foi possível estabelecer uma simulação da percentagem da produção, (Quadro 5).

Quadro 5: Estimativa da produção em renda de percentagem

Proprietário do Campo de Sisal	25% a 40% da renda gerada.
Proprietários do Motor de Sisal	60% a 75% da renda gerada.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Elaboração: Luís Eduardo Cunha Silva, 2017.

Figura 12: Etapa de secagem da fibra do sisal no povoado de Valilândia em Valente-BA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Portanto, essas condições criam um cenário de “trabalhadores temporários” para a produção, sendo os mesmos considerados sazonais, mas que na verdade não deveriam ser considerados como serviço temporário, uma vez que estes trabalhadores estão submetidos ao esquema contínuo de relações de trabalho que são previsíveis sazonalmente a depender do valor estipulado pelo mercado para a fibra do sisal (Figura 12). Com isto, no momento que o valor da fibra é elevado, a grande parte da mão de obra local ocupa os campos de plantio, sendo então, cooptados pelas relações temporárias de trabalho, em contrapartida nos períodos de queda os mesmos se veem reféns de qualquer forma de trabalho no campo ou na cidade. Nesse aspecto a relação campo-cidade apresenta dentre suas características um mercado de trabalho que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário no campo e nas indústrias.

Nesse sentido, mesmo embora o capital não seja o proprietário fundiário da terra, a família de trabalhadores passa a não ter o domínio sobre sua unidade produtiva, se mantendo em uma cadeia de produção determinada pelos interesses capitalistas. A monopolização do capital promove nessa condição uma permanente territorialização para o seu interesse de acumulação, fazendo com que a produção dos camponeses seja totalmente absorvida pela indústria, bem como a sua mão de obra. O Estado por meio de suas políticas públicas como o PRONAF vem contribuindo para o aprofundar da subordinação dos camponeses para os moldes de produção agrícola com estratégias da própria política de crédito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O processo de análise no Território de Identidade do Sisal possibilitou uma compreensão de importantes aspectos determinantes para as relações de (re)produção em sua unidade territorial. Apesar de inserirmos o termo “unidade” não se atribui ao mesmo uma compreensão de área isolada e condicionada a agentes e processos internos. Durante todo processo de pesquisa da presente dissertação houve a preocupação de entender a realidade do Território do Sisal, articulada aos planos de ordenamento do Estado na sua totalidade.

Todo este processo faz sentido, a partir da análise da condição camponesa, no que tange o reconhecimento da questão territorial, mediante as estruturas ampliadas do Estado que cada vez mais subordina a mão de obra do camponês à produção agrícola de mercado, dificultando assim as condições de vida camponesa. A perda processual das relações camponesas no campo significa a retirada de formas alternativas de se viver no espaço agrário, tornando-o assim um ambiente de expansão das relações capitalistas de mercado.

É pertinente ressaltar que na presente dissertação, o camponês não é compreendido como um ser isolado de uma sociedade ou das relações produtivas do mercado, pois a unidade produtiva camponesa sempre esteve vinculada a relações comerciais. Tendo em vista que, a partir do momento em que a família camponesa necessita vender o seu excedente de produção para garantir a sua sobrevivência a mesma estabelece relações comerciais.

No entanto, a condição que se tornou central no desenvolvimento da presente dissertação é a subordinação das relações camponesas aos moldes de produção agrícola desempenhado numa condição de expansão do agronegócio. No momento em que a mão de obra camponesa é submetida às relações de exploração do capital-trabalho, o camponês está vulnerável aos ditames determinados pelo capital em seu processo de acumulação. Com isso, o que vem sendo observado no Território de Identidade do Sisal é uma expansão de agroindústrias, vinculadas a produção da fibra do sisal, bem como de laticínios que transformam a unidade produtiva camponesa através da técnica aplicada em modelos de monocultura para o mercado, bem como por via dos financiamentos para a mudança da estrutura produtiva dessas propriedades.

Nesse processo em trânsito, a atuação do Estado e dos programas de financiamento do crédito rural como o PRONAF são de consideráveis destaque para o processo de subordinação. Visto que são justamente esses agentes que legitimam as estratégias de transformação das relações produtivas, onde o campo se torna cada vez mais território de

consolidação da acumulação do capital. O acesso ao PRONAF nas comunidades do Território do Sisal traz consigo a promoção do discurso de inserção de novas técnicas agrícolas, insumos, assalariamento da mão de obra, fortalecimento de cooperativas voltadas para a cadeia produtiva territorial e necessidade de adesão ao crédito financeiro. Todas estas ações em comunhão descaracterizam a produção familiar e ressignificam a relação camponesa com a terra. Para Horácio de Martins de Carvalho (2010) essa condição camponesa de conviver com a natureza e de estabelecer uma identidade local de pertencer as condições tradicionais de vida, bem como do trabalho são fundamentos característicos da unidade de produção camponesa. Nesse sentido, a subordinação realizada por programas como o PRONAF nega a lógica de (re)produção social da família camponesa, tendo em vista que os ditames da produção agrícola de mercado move a lógica de produção na centralidade de obtenção do lucro. Sendo inclusive, isso que as ações financiadas pelo PRONAF têm subsidiado: cadeias produtivas em escalas territoriais que visam promover iniciativas de geração do lucro.

Com isto o camponês vê uma necessidade de se adequar aos moldes de produção agrícola se dirigindo ao mercado, tanto para adquirir formação instrumentalizada sobre o processo produtivo, quanto para buscar financiamentos para a sua adequação. Consequentemente a unidade camponesa perde a sua autonomia e ainda é inserida em uma relação capitalista que aprofunda o seu empobrecimento e dependência dos sistemas de crédito financeiro ao ponto em que o capital lhe retira a terra e impõe o trabalho assalariado com alternativa de sobrevivência. No Território de Identidade do Sisal é notório o processo de consolidação da produção agrícola de mercado, desde os anos finais da década de 1980, condição essa que estrutura toda uma conjuntura de (re)produção das relações capitalistas no campo que vêm a ser aprofundadas com a institucionalização da política de desenvolvimento territorial.

Por conta de todo esse histórico de organização, o Território do Sisal acaba por apresentar estruturação produtiva que beneficia a subordinação camponesa em condições mais avançadas de exploração do trabalho. Prova disso, são as ações de incentivo e valorização nas redes de associações focalizadas na geração de lucro, na expansão das políticas de crédito do PRONAF nos planos executados pelo Banco do Nordeste, bem como a criação da COOPERATIVA nos anos de 1990 por agricultores locais que já objetivam a inserção dos produtos do sisal no mercado internacional com maior lucro para os associados. É a consolidação desses elementos que transformam a relação do camponês com a terra e os insere na produção agrícola.

Com o advento da política de desenvolvimento territorial esses processos têm sido

intensificados cada vez mais, a partir dos próprios fundamentos de planejamento dos territórios que estabelecem estratégias para o fortalecimento de um mercado agroindustrial competitivo.

Em nível de análise escalar, a condição territorial proposta desde o governo de Fernando Henrique Cardoso opera dentro do plano de execução da subordinação camponesa, não sendo esta inclusive, uma política recente no cenário nacional. Portanto, os argumentos que camuflam as críticas direcionadas à política territorial, sob o argumento de que as mesmas ainda não tiveram um período prolongado de geração dos resultados é contraditório. O que já é notório no desenvolvimento da política territorial, ao menos no que se refere ao Território de Identidade do Sisal, é a ineficiência de romper as relações históricas de exploração do trabalho e da precariedade que a classe trabalhadora está sujeita.

O modelo de gestão colegiada e participativa que coordena a política territorial promove uma ideologia do consenso entre os grupos sociais territoriais, quando na verdade a mesma estabelece limites para o atendimento das necessidades da classe trabalhadora no alcance das políticas públicas do Estado. O Estado na sua condição ontológica atende aos interesses contrários as necessidades do proletariado.

O que já se pode observar são situações de perda da autonomia colegiada, através da efetivação dos consórcios entre as prefeituras municipais que tem contribuído para o esvaziamento das reuniões colegiadas no Território do Sisal. Situação essa que expõe determinadas contradições do Estado, à medida que o ente estatal passa a enfraquecer os espaços deliberativos da política territorial, em função de novas estratégias de organização e financiamento que o mesmo passa a legitimar com os consórcios. Nesse sentido potencializa-se a geração dos conflitos em função das necessidades dos grupos locais que preconizam as ações que sempre lhes foram convenientes.

Cabe ressaltar, que atualmente é possível reconhecer algumas formas de relação da organização popular no Território do Sisal com o Estado que vem dando certo, sendo essas inclusive ações que ocorrem sob iminentes tensões e resistências camponesas que preconizam o desenvolvimento de estratégias para a melhor convivência dos trabalhadores no semiárido baiano. São relatos que foram coletados durante as entrevistas sobre alguns avanços em beneficiamentos com o abastecimento da água nas pequenas propriedades rurais, bem como um melhor manuseio para o plantio e criação de animais. Neste sentido, vale mencionar o trabalho que alguns membros da Escola Família Agrícola Avani de Lima Cunha, localizada no município de Valente tem desenvolvido com base na agroecologia e que buscam ampliar novas maneiras de lidar com a terra com os trabalhadores rurais. Na opinião dos entrevistados

envolvidos nessa prática, são essas formas de política que têm gerado resultados significativas ações de cooperação coletiva, em escala local, tendo inclusive contribuído para a alteração da lógica histórica de mobilidade do trabalho em algumas famílias rurais, a partir do melhor entendimento das mesmas sobre a sua propriedade. No entanto, são linhas de atuação que encontram resistências nos próprios espaços colegiados, por não se enquadrarem em determinados projetos de financiamento que são instrumentalizadas com acompanhamento técnico e demais atributos do modelo de desenvolvimento agrícola comercial.

É nessa lógica agrícola comercial que o Estado vem promovendo a expansão da política de crédito rural do PRONAF, na condição de estratégia fundante para novos padrões de acumulação capitalista no campo brasileiro. Tendo o camponês cada vez menos condições de manter as relações produtivas tradicionais, e sendo o mesmo, cada vez mais induzido a inserir-se nos moldes que a agroindústria do capital exige. Tudo isso ocorre sem modificar as estruturas fundiárias monopolizadas do país e as formas de desenvolvimento das políticas públicas no campo que fomentam essa concentração fundiária e setoriza os grupos sociais condicionando assim os conflitos.

Contudo, o PRONAF tem se constituído como uma estratégia do Estado que desempenha importante função na subordinação da classe camponesa aos ditames neoliberais baseados nos princípios do livre mercado e iniciativa individual, condutas essas que oferecem condições de apoio ao agronegócio em sua totalidade homogeneizadora no campo, dificultando a possibilidade contra hegemônica que não objetive a extração exclusiva do lucro. Desse modo, o Estado dissimula as reais intenções das políticas territoriais, bem como de programas voltados para o crédito rural como o PRONAF.

Contudo podemos concluir com esta dissertação que o Território do Sisal apresenta um complexo cenário de disputas territoriais que se desenvolvem na região com maior intensidade a partir do incentivo ao cultivo e produção da fibra do sisal, mas que ao longo dos anos tem sido estendido para outros setores de produção, bem como para determinados setores do Estado. Com a consolidação das políticas territoriais durante o período de (re)estruturação produtiva do capital, por meio das políticas econômicas neoliberais, o Estado passa a desempenhar estratégias que camuflam os conflitos existentes nos territórios.

No aparente discurso da participação se encontra um pacote de ações capitalistas que visam uma transformação profunda no campo, com um potencial exploratório do Estado e não dos trabalhadores. O curioso de tudo isso é o tamanho enfoque atribuído à política territorial no sentido de que os indivíduos ao longo do desenvolvimento da política têm sido empoderados das suas condições de vida e de trabalho, sem que os mesmos tenham rompido

as estruturas capitalistas de exploração. Na verdade, o que se observa é que na estrutura de poder do Estado se mantém a mesma lógica de atuação dicotômica entre os que controlam e os que são controlados. O Estado burguês é indolente as necessidades dos trabalhadores e as mudanças necessárias para a transformação da sociedade necessitam de uma organização constante desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: UNICAMP, 1998.

_____. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: _____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Brasília: IPEA, 2003.

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R.; SCHRODER, M, **O processo de constituição dos territórios rurais**. São Paulo: SDT: MDA-FIPE, 2006.

ALBUQUERQUE, R.C. **O IDS – Índice de Desenvolvimento Social, 1970-2007. Uma Ferramenta de Análise da Evolução Social do Brasil, suas Regiões e Estados**. Estudos e Pesquisas n. 213. Rio de Janeiro: INAE – Instituto Nacional de Altos Estudos, 2008.

ALMEIDA, S.S.M. Memória e Trabalho no Sertão: A peleja dos pequenos agricultores no sisal. **Cadernos do SEP ADM**. Salvador: n.3, 2006, p.135-147.

AMARAL FILHO, J.do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n. 23, 2001, p.261-286.

ARAÚJO, NAIANA G. Capital Social no Semi-árido Baiano: O exemplo da APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. In: **Anais do I Seminário Estudantil de Pesquisa da Escola de Administração da UFBA**. Salvador, 2004, p. 1-9.

ARAÚJO, T.B. Desenvolvimento Regional Brasileiro e as políticas federais do governo Lula. In. SADER, E. **10 Anos de governos-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Brasil, 2013.

_____.et al. **Gestão social dos territórios**. Brasília: IICA, 2009.

BANCO MUNDIAL. **Legando a los pobres de las zonas rurales: estrategia de desarrollo rural para América Latina y el Caribe**. [Washington D.C.], Departamento de Desarrollo Ambiental y Socialmente Sostenible, jul.1994.

BAHIA. Decreto n. 12.578, de 8 de fevereiro de 2011. Instituiu o Plano Plurianual Participativo – PPA – P 2012-2015, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 9 fev.2011.

_____. Lei nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014. Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETERs. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 30 dez.2014.

BAHIA. LEI Nº 13.214 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014. **Diário Oficial do Estado da Bahia** - Salvador, Bahia · 30 de Dezembro de 2014 Ano · XCIX · No 21.605.
BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília,

DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/20014. Secretaria de Políticas para as Mulheres/ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Distrito Federal, Brasília, 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável**. MDA/CONDRAF, 2015.

_____. - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Referências para a gestão social de territórios rurais. **Documento Institucional n. 3**. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Novembro e 2005.

_____. – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **“Gestão de Território Rurais”** – CNPq/MDA/SDT, nº 05/2008. Relatório Analítico. Território de Cidadania do Sisal – Bahia. Feira de Santana, 2011c.

BRASIL/MDS. **Número de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família nos Municípios da Bahia**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas. Acesso em: 28 ago. 2012.

BRASIL/MDA/SDT. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável** – Guia para o Planejamento Territorial. Documentos de Apoio nº 2. Brasília, 2005.

BRASIL, Territórios da Cidadania: integração de políticas públicas para reduzir desigualdades. Brasília, março de 2009. Disponível em <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/territoriosrurais/pageflip/>. Acesso em 12 dez 2017.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

BUARQUE,S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CARLOS, A. F, A. **A condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARVALHO, H.M de. **A questão agrária e o fundamentalismo neoliberal**. Curitiba, maio, 2004. (mimeo).

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

CANO, W. **Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional** - Campinas - Ed. UNICAMP.4. ed. (ampliada), 1995.

CANO, W. Novas Determinações Sobre As Questões Regional e Urbana Após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.13,N.2. 2011.

CASTRO, Iná Elias de. **Visibilidade da região e do regionalismo**. A escala brasileira em questão. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; Rio de Janeiro, 1994.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COCCO, G. GALVÃO, A. P.; SILVA, M. C. P. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: URANI, A.; COCCO, G.;

COELHO NETO, A. S. **Emergência e atuação das redes de coletivos sociais organizados no Território do Sisal** In: (Geo) grafias dos movimentos sociais. Feira de Santana: UEFS Editora, 2009, v.1, p. 305-368.

_____. **Políticas governamentais no Brasil e a “banalização” do conceito de território**. In: Anais do I Seminário Internacional Estado, Território e Desenvolvimento. Salvador: UFBA, 2013.

COELHO N, A.S; SANTOS, E. M. C; SILVA, O. A da. **(Geo)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

CONCEIÇÃO, A.L. A geografia do espaço da miséria. **Revista Scientia Plena**, Aracaju,v.1,n.6,p 166-170,2005.

_____. **Estado, políticas públicas e o reordenamento social e territorial do trabalho**. In: ANDRADE, E.S.;SILVA,F.de P.S. da. (Orgs.). Estado e Políticas Públicas: a construção do conselho neoliberal. Salvador, Eduneb,2012.

_____. **Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio**. Revista Meridiano, n.2. 2013. Disponível em: <https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/estado-capital-e-a-farsa-da-expansao3a3o-do-agronegc3b3cio.pdf>. Acesso em 14 janeiro 2018.

DALLABRIDA, V.R. **O Desenvolvimento Regional**. Ijuí:Ed.UNIJUÍ,2013.

DEMIER, F. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira**. Revista outubro, n.16. Disponível em: < <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-OutubroEdic%CC%A7a%CC%83o-16-Artigo-03.pdf>. Acesso em 03 de janeiro de 2017.

DELGADO, Guilherme C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5491>. Acesso em: 24 julho. 2017.

DINIZ, C.C. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. **Textos para Discursão 159**. Brasília: IPEA, 2016.

DINIZ, C. C.. A nova Geografia econômica do Brasil: Condicionantes e implicações. In: **XII FÓRUM NACIONAL - INSTITUTOS DE ALTOS ESTUDOS**, Rio de Janeiro, maio de 2000.

DIAS, W.J.V. **Territórios de Identidade e políticas públicas na Bahia: gênese, resultados, reflexões e desafios**. Feira de Santana: Z ArteEditora, 2016. 258 p.: il.

ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia Alemã**. 9. Ed., São Paulo: Hucitec, 1993.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trad. Lenandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. B.A Schumann. São Paulo: Boitempo, 2007.

FAVARETO, A. da S. Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre o desenvolvimento territorial. In:_____ **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010.

FILHO, Eraldo da Silva Ramos. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003 – 2006)**. 2008. 428 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

FIORI, J.L. Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. **Revista de Economia Política**, vol.12,n.1(45),p.76-89, jan/mar 1995.

FONTES, V. **O Brasil e o capital- imperialismo: teoria e história**. 2ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2012. 388p.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. Os Desafios da Nova Geração. **Revista de Economia Política**. São Paulo: v. 24, n. 4 (96), p. 483-486, outubro-dezembro 2004.

GALVÃO, A. P. (Org.). **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 13-32.

HAESBAEST, R. Dês-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

GALVÃO, A. C. F. Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Resenha. **Boletim Regional**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, n 2, p. 45-48, 2008.

_____. Por que apoiar políticas de desenvolvimento regional? Ideais sobre alguns dilemas atuais do desenvolvimento. In. BRANDÃO, C.; SIQUEIRA,H. **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

HARVEY, D. **A Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005.b

HARVEY, O **neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 249p.

IASI, M. **A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada**. Revista PRAIA VERMELHA. Rio de Janeiro, v. 19 nº 1 / p. 25-40 / Jan-Jun 2010. Acesso em 02 de janeiro de 2017.

_____. **Marx e a crise: os fantasmas, agora, são eles**. Partido Comunista Brasileiro. Disponível em: http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5640. Acesso em 02 de janeiro de 2017.

_____. A atualidade da Revolução Soviética e a questão do Estado. Partido Comunista Brasileiro. Disponível em: http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4874%3Aa-atualidade-da-revolucao-sovietica-e-a-questao-do-estado&catid=61%3Acultura revolucionaria. Acesso em 03 de janeiro de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário da Bahia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

LASKI, H. **O liberalismo europeu**. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

LESSA, S. **Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.215p.

LIMA, J. A. X. **Políticas públicas e agricultura familiar: caracterização do acesso ao crédito em Santa Cruz da Baixa Verde-PE**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 51., 2013, Belém. Anais, Brasília: SOBER 2013.

LIMA, Lucas Gama. **Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial no alto sertão sergipano: o (des)maskamento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. Série BNB Teses e Dissertações, n.32. 2012.

LIMA, L.G.; CONCEIÇÃO, A. L. O Estado e o desenvolvimento territorial como suportes para a dominação do capital. **Scientia Plena**, São Cristovão, Universidade Federal de Sergipe, v. 5, n.12,p.1-11,2009.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do desenvolvimento para o nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. 2007. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2007.

LOWY, M. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. In: LOWY, Michel; BENSARD, Daniel. **Marxismo, modernidade, utopia**. São Paulo: Xamã, 2000, p. 160- 167

MARQUES, Leônidas de Santana. **Os Fundos de Pasto do Município de Monte Santo (BA) e a política de desenvolvimento territorial: conflitos e interesses territoriais no campo**. 2013. 201 f. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

MARQUES, N. O sisal na Bahia. **V convenção Regional do Sisal**. Salvador, 1978.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 182p.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1965 vol.1, p.261-294.

_____. **O capital**. Vol.I. Tomo I. Coleção Os economistas. Trad. Regis Barbosa e Flávio R Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

_____. **O capital**. Vol. I. Tomo II. Coleção Os economistas. Trad. Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Nova cultural, 1988^a.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Tomo 1 (Capítulos I a XII). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1995a.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004c.

MARX, K.; ENGELS, F. **O capital**: livro III. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: CCivilização Brasileira, 2008. V.5.

_____. **A ideologia alemã**: crítica da novíssima filosofia alemã em seus respectivos representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1945-1946. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M.L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3.ed. São Paulo: Cortez; v.5. 2011.

MONTENEGRO, G. J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente. SP. 2006.

MORAES, A.C.R.; COSTA, W.M. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1987. 196p.

MORESI, E. **Metodologia da Pesquisa**. Brasília-DF. 2013. http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1370886616.pdf. Acessado em 7 de dezembro de 2014.

MOYANO ESTRADA, E. El concepto de capital social y su utilidad para el análisis de las dinámicas del desarrollo. **Economia Ensaíos**. Uberlândia, v. 13 (2) – v. 14 (1), jul. e dez. 1999, p. 3-39.

MULS, L.M Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Revista Economia**, Brasília, Associação Nacional dos Centros de Pós Graduação em Economia (ANPEC), v.9, nº 1, p.1-21, jan/abr 2008.

NASCIMENTO, H. M. **Conviver o Sertão: Origem e Evolução do Capital Social em Valente**. São Paulo: Annablume/ FAPESP; Valente, APAEB, 2003.

NETO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OCDE. **Relatório Territorial da OCDE: Brasil 2013**. OCDE. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264189058-pt>

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, A.U. de. A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições. In: CHRISTOFOLETTI, A.; BECKER, B.K.; DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P.P. (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p.280-306.

_____. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo na luta camponesa no Brasil. In: CANUTO, A.; LUZ, C.R. da S.; WICHINIESKI, I (org). **Conflitos no campo Brasil 2010**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2010.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma Discussão sobre o Conceito de Desenvolvimento. **Revista da FAE**. Curitiba: v. 5, n. 2, p. 37-48, mai./ago. 2012.

OLIVEIRA, F. **Crítica a razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo: Perseu Abrame, 2003^a.

ORTEGA, A.C. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008, 244p

PENHA, M. M. Sisal: A Fibra do Sertão Baiano. **Revista Geográfica Universal**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n 146, p.40-49, janeiro 1987.

PEREIRA, L.C.B. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1997.

PEURROUX, F. **Á economia do século XX**. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.

PINTO, Maria N. Contribuição ao estudo da influência da lavoura especulativa do sisal no estado da Bahia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 31 (3), p. 3-102, jul./set. 1969.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ROCHA, M. O. **Política de Desenvolvimento Territorial na Bahia: inovação e conservadorismo político**. 2015.187f. (Mestrado em Planejamento Territorial) Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, 2016.

RODRIGUES, Vanessa Paloma Alves. **Capital, Estado e a lógica dissimulativa das políticas de crédito no processo de expropriação e sujeição do trabalho no campo**. 2012, 250f. (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

ROSENMAN, M R. Conflito e crise no pensamento social latino-americano. In: LEHER, Roberto; Setúbal, Mariana (orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogo para uma nova práxis. Rio de Janeiro: Cortez, 2005.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SANTOS, A R. dos. **O desvelar das contradições do modelo de descentralização**: as interfaces escalares na conformação do sistema único de saúde em Sergipe. 2008. 348f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2008.

SANTOS, J.A.L dos. **Implicações do PRONAF na produção do espaço rural de Feira de Santana-Ba**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2009.

SANTOS, Marleide, Maria. **Movimentos sociais**: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe. 2008. 311f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2008.

SANTOS, Milena, **Estado, política social e controle do capital**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

SANTOS, Milton, **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2.Ed., São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6º ed. São Paulo: Edusp. 2008.

_____. **Território e Sociedade**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

SANTOS, Edinúsia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araújo da.; COELHO NETO, Agripino Souza. **Gente ajudando gente: o tecido associativista no Território do Sisal**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n.11, na./jun.2004.

SENRA, K. **Políticas e instituições para desenvolvimento econômico: o caso do Brasil**. Santiago, Chile: CEPAL, 2010. Serie Desarrollo Territorial n. 8. Disponível em: <http://www.eclac.cl/ilpes/publicaciones/xml/3/38883/S8DT_L3192_p.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SEI. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Anuário estatístico da Bahia**, v.1, Salvador: SEI, 2001.

_____. Bahia 2003, Salvador: SEI, 1999a.

SILVA, E.R.A. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF: uma avaliação das ações realizadas no período 1995/1998. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, março de 1999. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/publicações>. Acesso em 21 dez 2017.

SILVA, J.G. **O Novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 2005.

SMITH, Adam, **A riqueza das nações**. vol.1, Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Bertrand Brasil, 2001.

STEINBERGER, M. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. In: STEINBERGER, M (org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15/LGE, 2006. p.29-82.

TEIXEIRA, Francisco J.S. O neoliberalismo em debate. In: **Neoliberalismo e reconstrução produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**/Francisco J.S Teixeira & Manfredo Araújo de Oliveira (orgs). 2.ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade do Ceará, 1998.

THOMAZ JÚNIOR, A. geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Geosul**, Florianópolis, v.19, n.37, p.7-26, jan./jun.2002.

TROTSKY, León. **A revolução permanente**. 2 ed. São Paulo: Kairós, 1985.

VÁZQUEZ, BARQUERO, A. Desenvolvimento local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital. **Ensaio FEE**, Fundação de Economia e Estatística (FEE), v.16, n.1, p. 221-241, 1995.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: UFRGS/FEE, 2001. 278p.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
(PPGEO)



Discente: Luis Eduardo Cunha Silva

Curso: Mestrado

Professora orientadora: Ana Rocha dos Santos

**ROTEIRO DE ENTREVISTA 01: PESQUISA DE CAMPO – MUNICIPIOS DE
 VALENTE-BA E SERRINHA-BA.**

Data: _____ Hora: _____

Localidade: _____

Entrevistado (a): _____

1- Qual a articulação entre os objetivos da gestão colegiada do Território do Sisal e o planejamento da política nacional dos Territórios Sustentáveis?

2- O que mudou na política territorial nos últimos anos?

3- Qual o papel da gestão colegiada no contexto de organização do Território de Identidade do Sisal?

4- Diante da execução da gestão colegiada, qual a sua avaliação sobre os seguintes setores administrativos?

-SEPLAN-BA

-CODETER

-CEDETER

-CET

5- Diante da execução da gestão colegiada, qual a sua avaliação sobre os seguintes instrumentos?

-PPA

-CAPPA

6- Quais as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento da gestão colegiada?

7- Qual a sua avaliação sobre as relações de conflitos presentes no Território de Identidade do Sisal?

8- Como a política territorial desenvolve os seus objetivos mediante a presença de conflitos no território?

9- Quais os principais avanços que em seu entendimento, são oriundos do desenvolvimento do Território de Identidade do Sisal?

10- O que torna o Território do Sisal uma referência para a política nacional de desenvolvimento territorial sustentável?

11- Como funciona a gestão do território?

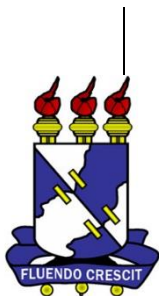
12- Quais os problemas enfrentados na gestão do território?

13- Quais as divergências existentes entre os membros do colegiado?

14- Como são resolvidos os problemas?

15- Qual a importância do banco (o que tem no território) para aqueles que estão no território?

16- De que maneira são tomadas as decisões?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
(PPGEO)



Discente: Luis Eduardo Cunha Silva Curso: Mestrado em Geografia.
Professora orientadora: Ana Rocha dos Santos.

QUESTIONÁRIO 01: PESQUISA DE CAMPO

Data: _____ Horário: _____

Localidade: _____

Entrevistado (a): _____

Idade: _____

1. Grau de escolaridade: () não alfabetizado

Ensino Fundamental Completo () Incompleto ()

Ensino médio Completo () Incompleto () Qual o motivo da desistência

Ensino Superior Completo () () Incompleto () Qual o motivo da desistência

Curso Técnico especializado () Sim, qual _____

1.1 Naturalidade: _____

1.2 Local da Residência anterior _____

1.3.: Profissão: _____

Sempre trabalhou nas atividades relacionadas ao campo? Sim () Não () Se sim, que
atividade especificamente: _____

Se não, que atividade exercia anteriormente? _____

Em que lugar trabalhava? (outra cidade, outro Estado, etc.)

Por que veio para o atual lugar de residência? Tem interesse em sair? _____

É proprietário da terra? Qual a área da propriedade? Quanto produz? Vende para onde? Para quem? O que tem mudado nas condições de produção? Como era antes? E hoje? Já pegou empréstimo? Por quê?

1.3 Contrata trabalhadores? () Meeiro () Arrendatário () Trabalhador assalariado

() Outros Quais?

Há períodos que esse número aumenta, ou diminui? Em função do quê?

1.4 - É membro de alguma associação local ou cooperativa? Sim() Não ()

1.4.1- Se sim, qual? E destaque a atividade produtiva

Produto/criação	Quantidade/mês	Comercialização ou consumo	Renda mensal com a comercialização

1.4.2 – Participou de algum programa de incentivo ao crédito através de iniciativas da associação ou cooperativa? Sim () Não ()

1.4.3- O número de cooperados ou associados que participou/participa deste programa de incentivo ao crédito pode ser avaliado no universo de:

Entre 2 – 5 membros ()

Entre 5 – 10 membros ()

Entre 10 – 15 membros ()

Entre 15 – 20 membros ()

Mais de 20 membros ()

1.5 – É membro da gestão colegiada do Território? Sim () Não ()

1.5.1 – Participa das reuniões com frequência ? Sim () Não ()

1.5.2 – Participou do processo de elaboração do Plano Plurianual Participativo do Território de Identidade do Sisal () Sim Não ()

1.5.2.1 – Se não, por qual motivo?

1.6 – Recebe acompanhamento de membros do colegiado territorial? Sim () Não ()

1.6.1- Se sim, qual o objetivo das visitas?

1.7 – Qual a sua avaliação sobre as relações colegiadas existentes no território de identidade do Sisal?